

ISSN 18078834



Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2010

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

— João Emílio Gazzana
— José Sydrião de Alencar Júnior
— Luiz Carlos Everton de Farias
— Oswaldo Serrano de Oliveira
— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
— Stélio Gama Lyra Júnior

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste - Etene**

José Narciso Sobrinho
(Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Jânia Maria Pinho Souza
(Gerente de Ambiente)
Airtón Saboya Valente Júnior
(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)
Wendell Márcio Araújo Carneiro
(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)
Francisco Diniz Bezerra (Gerente da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas)

Equipe Responsável:

Coordenação Técnica

Airtón Saboya Valente Junior e Assuero Ferreira

Síntese de Expectativas

Américo Leite Moreira e Assuero Ferreira

Produto Interno Bruto (PIB)

Américo Leite Moreira e Roberto Alves Gomes

Produção Industrial do Brasil e Nordeste

Américo Leite Moreira

Desempenho do Comércio no Brasil e Nordeste

José Varela Donato e Laura Lúcia Ramos Freire

Produção Agropecuária

Francisco Raimundo Evangelista, George Alberto de Freitas, Jackson Dantas
Coelho e Maria de Fátima Vidal

Emprego e Rendimento

Américo Leite Moreira

Setor Externo

Inêz Sílvia Batista Castro, Aline Maria Souza
Menezes e Jacqueline Nogueira Cambota

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Estagiários: João Mairton Moura de Araújo, José
Vladimir Cardoso Sena e Rayssa Alexandre Costa.

Preparação e Tabulação de Dados: Elias Augusto
Cartaxo, Kamille Leão de Souza, José Wandemberg
Rodrigues Almeida e Marcelo Borges Barbosa

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE)

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino

Revisão

Edmilson Nascimento

Diagramação

Franciana Pequeno da Silva

Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do
Nordeste**

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo
- Passaré

60743-902 - Fortaleza(CE) - BRASIL

Telefone: (85) 32995036

Celular: (85) 86356046

*Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem
necessariamente o ponto de vista do BNB.*

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 25 (abr. - jun. 2010). - Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2010 -

102 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS
05	Papel Contracíclico dos Bancos de Desenvolvimento e Áreas Estratégicas de Atuação
17	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
23	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
23	3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)
30	3.2 - Produção Industrial do Brasil
33	3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste
39	3.3 - Comércio
39	3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil
41	3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste
43	3.4 - Produção Agropecuária
43	3.4.1 - Agronegócio
43	3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento
47	3.4.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio
50	3.4.2 - Agricultura
60	3.4.3 - Pecuária
65	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
65	4.1 - Nordeste
68	4.2 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal
73	5 - SETOR EXTERNO
83	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
84	6.1 - Arrecadação do ICMS
85	6.2 - Transferências Constitucionais
87	6.3 - Transferências Voluntárias

91	7 - Intermediação Financeira
91	7.1 - Panorama Geral
92	7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional
94	7.3 - Saldo das Operações e da Qualidade do Crédito no Nordeste
96	7.4 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito no Nordeste
98	7.5 - BNB: Taxas de Juros, Depósitos e Operações de Crédito
100	7.6 - Conclusão

1 - Avaliação e Perspectivas

Papel Contracíclico dos Bancos de Desenvolvimento e Áreas Estratégicas de Atuação

Romy Calderón Alcas

Economista, chefe do Programa de Estudos Econômicos e Informação da Associação Latino-americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide).
E-mail: calderon@alide.org.pe.

Javier Carbajal Galarza

Economista, economista principal do Programa de Estudos Econômicos e Informação da Associação Latino-americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide).
E-mail: e-banca@alide.org.pe.

Os momentos mais difíceis da crise econômica e financeira internacional, ao que parece, já foram superados, embora persista uma série de riscos latentes relacionados, por exemplo, com os altos níveis de endividamento e de déficit de um importante grupo de países da Europa, que, em certo momento, temeu-se que pudesse anunciar uma moratória em cadeia. Esses riscos são latentes, assim como outros relacionados ao sistema bancário dos países onde se originou a crise internacional, uma vez que não foram feitas as mudanças substanciais nas regulamentações para evitar que voltassem a se cometer os excessos e as condutas perversas que levaram a correr demasiados riscos em um sistema que estimulava o desmedido afã por crescentes níveis de rentabilidade.

Durante a crise, a ação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD), na condição de agentes de políticas públicas de financiamento, adquiriu maior relevância no cumpri-

mento de sua função anticíclica, sem prejuízo de sua visão de longo prazo nem de sua política permanente de distribuição de renda. De imediato, as IFDs desempenharam um papel que ajudou os países a superar a crise financeira, ao colocar à disposição do setor produtivo e social maior volume de recursos e em condições mais flexíveis e acessíveis.

Depois de cumprir tão importante função no curto prazo, agora o banco de desenvolvimento vai além da conjuntura e projeta-se para exercer sua função também no longo prazo, com medidas e ações capazes de contribuir para resolver de maneira sustentável os grandes problemas que afligem a América Latina e o Caribe (ALC): pobreza, desigualdade, insegurança, exportações e produção baseadas em recursos naturais, atraso na infraestrutura, baixa qualidade educacional, apoio débil ao desenvolvimento tecnológico e mudanças climáticas. Todos esses problemas constituem o campo de ação natural do banco

de desenvolvimento e representam uma oportunidade para o desenvolvimento de novas áreas de atividades estratégicas para os países da região.

Esses e outros temas são abordados no presente artigo, no qual se dá uma visão mais estratégica da direção na qual se orienta a ação de um banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe (ALC)¹.

Crise Econômico-Financeira e Perspectivas da América Latina e Caribe

O ano 2008 marcou o sexto período consecutivo de crescimento econômico da América Latina e do Caribe, mas ao mesmo tempo representou o fim de um período com raros precedentes em sua história econômica recente: superávit da conta corrente, melhoria dos termos de troca, superávit fiscal primário, desemprego decrescente, aumento das reservas internacionais e redução da dívida pública. Entre 2003 e 2008, o grupo América Latina e Caribe (ALC) cresceu em média 5% ao ano, o que implica uma elevação do PIB *per capita* superior a 3% ao ano. Esse crescimento foi acompanhado por uma melhoria dos indicadores do mercado de trabalho e por uma redução dos níveis de pobreza.

Todo esse primeiro cenário mudou na segunda metade de 2008, quando os indícios de uma recessão nas economias industrializadas ficaram mais visíveis e o banco de investimentos Lehman Brothers pediu concordata. Esse fato marcaria o início da queda abrupta nos índices dos mercados finan-

ceiros, trazendo consigo uma perda de confiança entre as instituições financeiras e a consequente paralisação, a curto prazo, dos mercados monetários mundiais, além de tornar extremamente onerosas as transações comerciais a curto prazo.

A partir desse período, e em um lapso de semanas (e até mesmo dias em alguns casos), os preços das matérias-primas caíram abruptamente e, por causa do congelamento sistêmico dos mercados de crédito e a fuga em direção a títulos do tesouro, caíram as cotações das bolsas de valores de todo o mundo e o dólar se valorizou fortemente frente a todas as moedas, à exceção do iene.

Um dos efeitos derivados da crise financeira foi seu impacto no comércio internacional. A Organização Mundial do Comércio (OMC) previu que os fluxos do comércio internacional registrariam uma queda de 9% em 2009, a maior contração desde a Segunda Guerra Mundial, o que decorreria também do colapso da demanda nos países mais dependentes do comércio exterior, como os Estados Unidos da América (EUA), e da falta de linhas de crédito e garantias comerciais para os exportadores/importadores (os créditos que em um momento foram certos e garantiram a sustentabilidade dos processos, tornaram-se mais caros ou foram interrompidos por completo)², combinados com uma incipiente escalada protecionista³. A OMC também estimou que entre 80% e 90% dos fluxos do comércio mundial dependiam de financiamento bancário.

1 Mais detalhes acerca das medidas contracíclicas do banco de desenvolvimento e seus campos de ação estratégica podem ser encontrados na próxima publicação da Alide "El papel contracíclico de la banca de desarrollo y áreas estratégicas de actuación".

2 De acordo com a OMC, as diferenças de facilidades de crédito para a exportação de curto prazo nesse período aumentaram entre 300 e 600 pontos básicos sobre a taxa de referência Libor, em contraste com *spreads* normais cobrados antes da crise, que ficavam entre 10 e 20 pontos. Por exemplo, segundo o serviço de notícias Bloomberg, o custo de uma carta de crédito para os importadores da China, Brasil e Turquia triplicou, enquanto duplicou para os do Paquistão, Argentina e Bangladesh.

3 De 2008 até o primeiro trimestre de 2009, foram detectadas 47 medidas em diferentes países para proteger seus setores produtivos, como o transporte entre México e EUA, as tarifas sobre petróleo na Coreia e os subsídios à indústria automobilística nos EUA (OMC: 2009).

Para os países em desenvolvimento, previa-se que essa redução do comércio acarretaria um impacto mais forte, já que sua demanda agregada era mais vulnerável a uma contração da atividade econômica mundial, devido à dependência da demanda externa e do investimento estrangeiro⁴.

Dessa forma, os governos passaram da preocupação em conter as pressões inflacionárias à dedicação por múltiplos esforços para restaurar o funcionamento dos mercados de crédito em todos os níveis, evitar uma deflação e reduzir a magnitude e duração da recessão. Devido ao drástico movimento de capitais a partir de muitas economias emergentes em direção, sobretudo, a bônus do tesouro⁵ dos EUA, os organismos multilaterais e governos se esforçaram em buscar mecanismos para mitigar os impactos dessa reversão nos fluxos de investimento e garantir o acesso ao crédito internacional por parte dos setores público e privado dos países em desenvolvimento.

Ainda quando, inicialmente, se chegou a pensar que as principais economias emergentes (Brasil, China e Índia)⁶ poderiam constituir o novo motor da economia mundial, na realidade, elas também acabaram perdendo dinamismo e se viram envolvidas na crise, o que demonstrou que em uma economia mundial a cada dia mais globalizada não há países “blindados” frente às consequências de uma crise econômica internacional dessa magnitude.

Os canais de transmissão da crise financeira global e sua consequência sobre a região se expressam principalmente por meio dos seguintes fatores: (1) uma forte redução do consumo nos países desenvolvidos, com a consequente queda dos preços das exportações e, em certa medida, também dos volumes exportados; (2) a falta de

liquidez e contração dos investimentos, como resultado da abrupta redução do crédito; (3) a crise nos países desenvolvidos desacelera o fluxo de migração em sua direção e afeta as remessas para as nações de origem, o que, em alguns casos, constitui elemento de peso no consumo nacional.

Não obstante, é importante destacar que dessa vez os países da ALC se encontravam em melhor posição, comparando-se o contexto recente a crises anteriores, uma vez que seu grau de preparo era muito maior por conta da solidez de suas finanças públicas e dos setores financeiros, assim como das políticas que contribuíram para suavizar os choques externos. Além disso, nessa ocasião, a ALC não enfrentava uma crise fiscal, como outras regiões em desenvolvimento, nem uma crise bancária, como EUA e grande parte da Europa.

Em princípios de 2009, já se observava como haviam sido graves os choques externos que golpeavam a região e como eles afetaram a conta de capital e a conta-corrente da balança de pagamentos. Todos os países vivenciaram quedas na demanda externa e muitos também sofreram queda em seus termos de troca, quando caíram fortemente os preços de exportação de matérias-primas. Os países com setores manufatureiros relativamente grandes se viram muito prejudicados.

Esperava-se que a deterioração da conta-corrente da balança de pagamentos fosse maior nos outros países exportadores, onde se projetava uma redução considerável nos superávits de conta-corrente, que em alguns casos se converteram em déficits. No contexto mundial desse momento, o financiamento dos déficits não estava assegurado, e, a curto prazo, acreditava-se que seria necessário utilizar parte das reservas internacionais.

4 Ver informativo sobre a atual crise financeira internacional e seus efeitos na América Latina e no Caribe (CORREA; JIMENEZ; MANUELITO, 2009).

5 Fuga em direção à qualidade (*flight-to-quality*).

6 Acreditava-se que os efeitos da situação financeira do mundo desenvolvido não repercutisse sobre essas economias.

Com relação aos fluxos de financiamento líquido para a região, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetava uma forte queda para 2009, sendo que estes se manteriam em torno dos níveis observados no início da década. Tudo indicava que as condições de crédito mais restritivas e a escassez de capital bancário nos mercados desenvolvidos reduziriam o financiamento comercial disponível para o setor corporativo. Da mesma forma, o FMI projetava um declínio do investimento estrangeiro direto, devido às perspectivas menos favoráveis nos setores produtivos de matérias-primas. Em contrapartida, previa uma recuperação do financiamento oriundo de fontes oficiais, organismos multilaterais e bancos de desenvolvimento nacionais.

As entradas geradas pelas remessas do exterior e pelo turismo também caíram, pelo fato de aproximadamente 80% do total dessas remessas serem oriundos dos EUA. Outras economias que são importantes fontes de remessas – por exemplo, Espanha, no caso das remessas para Bolívia e Equador – também diminuíram. Os países da América Central foram os mais afetados, posto que as remessas correspondem a uma significativa proporção do seu PIB. As remessas para a ALC totalizaram cerca de US\$ 58,8 bilhões em 2009, representando uma queda de 15% em relação a 2008, segundo informe do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin).

A redução do turismo prejudicou particularmente as perspectivas econômicas dos países do Caribe. Depois de um leve aumento no primeiro semestre de 2008, estimou-se que a chegada de turistas ao Caribe diminuiria em aproximadamente 5% durante a segunda metade daquele ano. A Organização Mundial de Turismo (OMT) previu que as divisas geradas pelo turismo diminuiriam

2% no ano 2009, o que ocasionaria também uma significativa queda no setor da construção vinculada ao turismo⁷, que, por sua vez, enfraqueceria o crescimento econômico e a oferta de emprego. Isso afetaria a situação fiscal de muitos países e reduziria a entrada de divisas.

É claro que a crise acarretou impacto bastante negativo na ALC, em nível tanto macroeconômico como microeconômico. A partir do quarto trimestre de 2008, a desaceleração econômica se fez evidente na maioria dos países, razão pela qual se esperava que a economia regional se contraísse em 1,5% em 2009. O resultado final foi que a economia da ALC se contraiu em 2,6% nesse ano, muito acima do previsto.

A crise financeira se fez refletir não somente sobre o funcionamento dos mercados, mas também sobre o papel do Estado na regulamentação do sistema financeiro e sua transparência, dentre outros aspectos. Isso implica que a ação do Estado deve ser direcionada para possibilitar que os mercados financeiros funcionem cada dia melhor, e não resta dúvida que sua ação é fundamental em épocas de crise, quando corre perigo o funcionamento do mecanismo de pagamentos e créditos.

A estabilidade se vê ameaçada principalmente por comportamentos oportunistas que resultam em riscos excessivos, e devido ao fato de que nos mercados financeiros, quando um intermediário assume riscos excessivos, põe em perigo não somente sua própria liquidez e solvência, mas também a dos demais atores do mercado (CHAVES; GONZÁLEZ-VEGA, 1994). Isso acontece porque, muitas vezes, os poupadores tendem a generalizar para todo o sistema os problemas financeiros que se observam em um banco, gerando pânico e

7 Os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) em alguns países do Caribe (ligados à atividade turística) representam níveis entre 15% e 25% do PIB. Costa Rica, Panamá e República Dominicana possuem níveis entre 6,5% e 8% do PIB (Cepal).

corridas bancárias; e inclusive os próprios bancos tendem a ser mais cuidadosos ao realizar operações entre si, com o que se reduz significativamente a disponibilidade de fundos para empréstimos e se finda por interromper o financiamento dos setores produtivos e sociais.

É por essa razão que governos de todo o mundo puseram em prática uma série de políticas, programas compensatórios e acordos consensuais que permitiram enfrentar a crise. Alguns tomaram por base ampliações orçamentárias e outros, manifestando a necessidade e interesse de recorrer à cooperação internacional para conseguir recursos adicionais que lhes possibilitassem concretizar as iniciativas e programas que mantivessem em funcionamento seus setores produtivos e/ou protegessem os setores mais vulneráveis.

Entre a série de medidas que, em maior ou menor proporção, foram implementadas, destacam-se:

a) Política monetária de redução de taxas.

EUA e Japão fixaram suas taxas de referência em torno de zero por cento. Os demais países seguiram essa trajetória de redução. Devido à escassa ou nula margem de ação deixada por essa ação, passou-se a injetar liquidez nas economias. As operações consistem em compras de títulos públicos pelas autoridades monetárias, somadas a linhas de crédito direto para as empresas.

b) Políticas fiscais de estímulo à atividade econômica.

Implicou essencialmente uma redução de impostos e o aumento do investimento público. Com relação a essas medidas, o FMI recomendou que, no mínimo, cada país destinasse para essa finalidade recursos da ordem de 2% do respectivo PIB.

c) Planos de salvação para entidades financeiras. O fundamento é parecido para todas as economias: evitar a quebra de novas instituições.

Outras medidas foram a estatização de bancos privados, a oferta de incentivos para a compra ou fusão de bancos privados com problemas, a participação acionária no capital dos bancos, a garantia de depósitos de todo o sistema bancário, a concessão de empréstimos para os bancos com problemas de liquidez, a reconversão do banco de investimento, a compra de carteira em dificuldades, a redução de caixa, a redução e/ou exoneração de impostos de linhas de crédito do exterior, os programas de investimento em infraestrutura, a capitalização de bancos públicos e a outorga de garantias para os bancos públicos.

Ação contracíclica das IFDs frente à crise internacional

A redução dos fluxos de financiamento como consequência da crise econômico-financeira internacional fez com que os sistemas financeiros da região passassem a dispor de poucas alternativas de financiamento, e, devido ao ambiente de grande incerteza, foram obrigados a cuidar ao extremo de sua liquidez e exposição a riscos, o que ao final se traduziu em um endurecimento de suas políticas de crédito⁸.

O enfrentamento do impacto da crise exigiu principalmente a intervenção direta do Estado para sustentar os mercados financeiros e evitar um colapso maior. Com isso, ficou evidente que o Estado não pode se desinteressar e deixar que o mercado se autorregule de forma irrestrita, sobretudo no segmento financeiro, e que lhe cabe importante papel em matéria de regulamentação e supervisão, assim como gerando as condições

8 As instituições financeiras aumentaram as taxas de juros devido ao maior risco, tornando menos viáveis os projetos. Faz-se uma seleção mais rigorosa e com isso aumentam os custos de transação e a falta de oportunidade de crédito.

para o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros e injetando recursos no período de baixa do ciclo econômico.

A resposta dos governos e as ações nos âmbitos fiscal e monetário tiveram como objetivo diminuir os mecanismos de propagação da crise, cabendo às IFDs papel fundamental na manutenção do crédito e do financiamento de longo prazo. Junto com as medidas gerais de políticas, os governos da região lançaram uma série de medidas específicas para enfrentar os efeitos adversos da crise internacional na economia nacional, e muitas dessas medidas tiveram como braço executor o conjunto das IFDs nacionais.

Nesse contexto, a presença e a ação das IFDs como agentes de políticas públicas de financiamento adquiriram maior relevância com o cumprimento de sua função anticíclica, mas sem prejuízo da visão de longo prazo nem de sua política permanente de distribuição de renda. De imediato, as IFDs trataram de adotar medidas que ajudassem os países a superar a crise financeira, ao colocar mais recursos financeiros à disposição

dos setores produtivo e social. Assim, com recursos próprios e com fundos aportados pelo Estado, outorgaram novas linhas de crédito direcionadas aos setores da indústria, agricultura, moradia, pequenas e médias empresas, comércio exterior e infraestrutura.

Além dessas medidas, foram implementadas ações para: aumentar o limite de endividamento dos agentes financeiros, a fim de dotá-los de mais recursos financeiros; outorgar garantias para as emissões de títulos pelas empresas; constituir fundos para infraestrutura; renegociar dívidas e ampliar os prazos das dívidas; e oferecer créditos preferenciais a segmentos específicos, como às pequenas empresas urbanas e rurais, e para a aquisição de moradia⁹.

A intensificação do papel ativo do banco de desenvolvimento latino-americano pode ser constatada no fato de que sua participação mantém uma presença e contribuição significativa no desenvolvimento econômico e social da região. No início de 2009, os ativos totais de um conjunto de 101 IFDs somavam US\$ 865,2 bilhões, o que

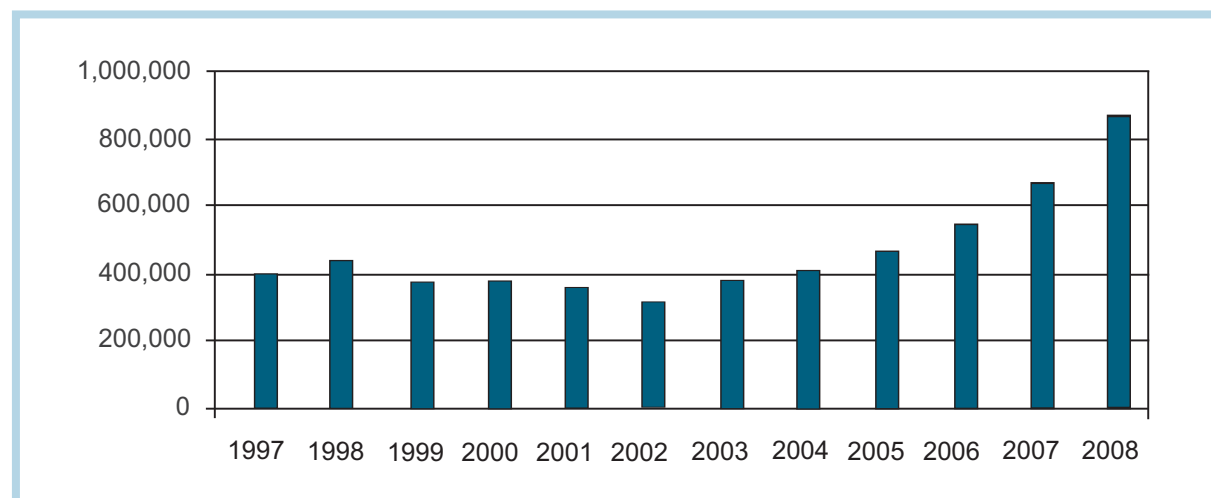


Gráfico 1 – Instituições Financeiras da ALC: Evolução dos Ativos (Em US\$ milhões)

⁹ Vide “El papel contracíclico de la banca de desarrollo frente a la crisis económica internacional”, Alide, maio 2009; para detalhes pontuais sobre medidas implementadas pelo banco de desenvolvimento.

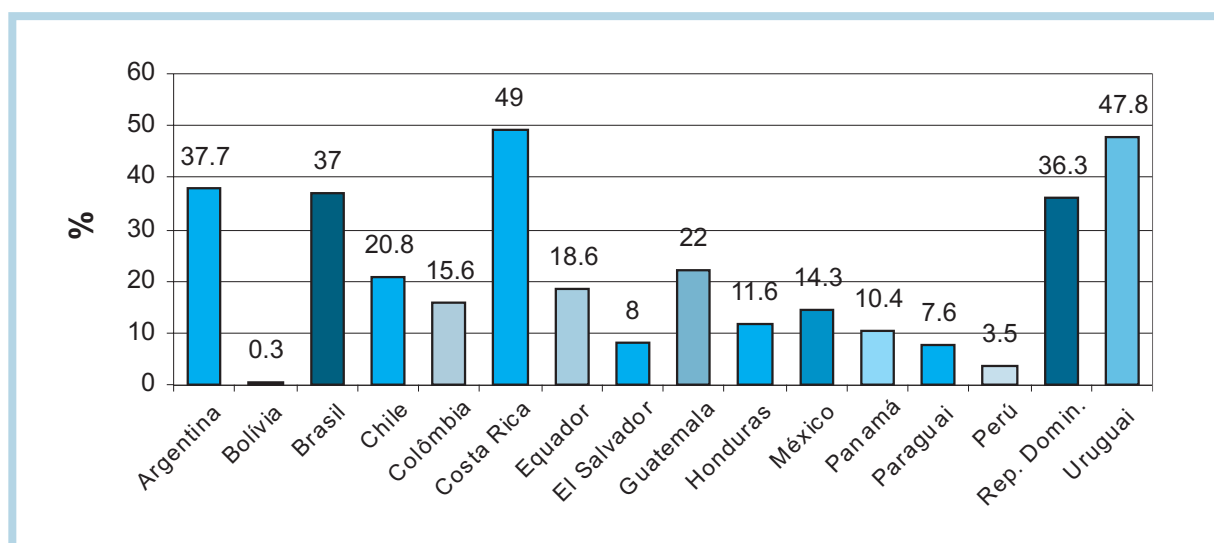


Gráfico 2 – Participação da Banca de Desenvolvimento na Carteira de Créditos do Sistema Bancário – 2009

reflete o expressivo aumento de US\$ 200,8 bilhões, representando um crescimento de 30% entre 2007 e 2008. O saldo da carteira de empréstimos – excluindo investimentos em empresas e em títulos de valores de empresas –, que representa 56% dos ativos, aumentou 12% em 2008.

Esse aumento dos ativos reflete tanto as ações de capitalização dos bancos públicos, como a canalização de recursos provenientes de linhas de financiamento dos organismos internacionais, os recursos da administração concedidos pelo Estado no auge dos planos de estímulo econômico, além da recapitalização dos serviços públicos. A valorização das moedas latino-americanas em relação ao dólar, nos países que concentram as IFDs de maior dimensão na região, também contribuiu parcialmente para aumentar os ativos. Entretanto, vale ressaltar que o aumento do nível dos ativos das IFDs vem ocorrendo desde 2003, conforme se pode verificar em um conjunto de 101 IFDs da região, conforme ilustrado no Gráfico 1.

A importância da participação do banco de desenvolvimento pode ser também comprovada por

sua marcante presença na carteira de créditos totais dos sistemas bancários da região. A propósito, vale ressaltar que há um grupo de sete países – Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guatemala, República Dominicana e Uruguai – cujas IFDs respondem por 20% a 49% do crédito bancário. Em um segundo grupo de sete países – Colômbia, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá e Paraguai –, a participação das IFDs varia de 7% a 19%. No auge da crise, os bancos de desenvolvimento ganharam uma maior participação ao atuar de maneira contracíclica, diferentemente dos bancos comerciais privados, que restringiram o crédito (Gráfico 2).

Com relação aos depósitos em conta-corrente, a situação se repete, de maneira que naqueles países onde há várias instituições financeiras públicas de primeiro plano, sua participação é muito maior. Uma das causas para isso é que em situações de crise, os bancos públicos se revelam os mais seguros para os poupadores. Assim o demonstra o que ocorreu na crise da Argentina de 2000, ao declarar falência sem que ninguém respondesse pelos depósitos do público (Gráfico 3).

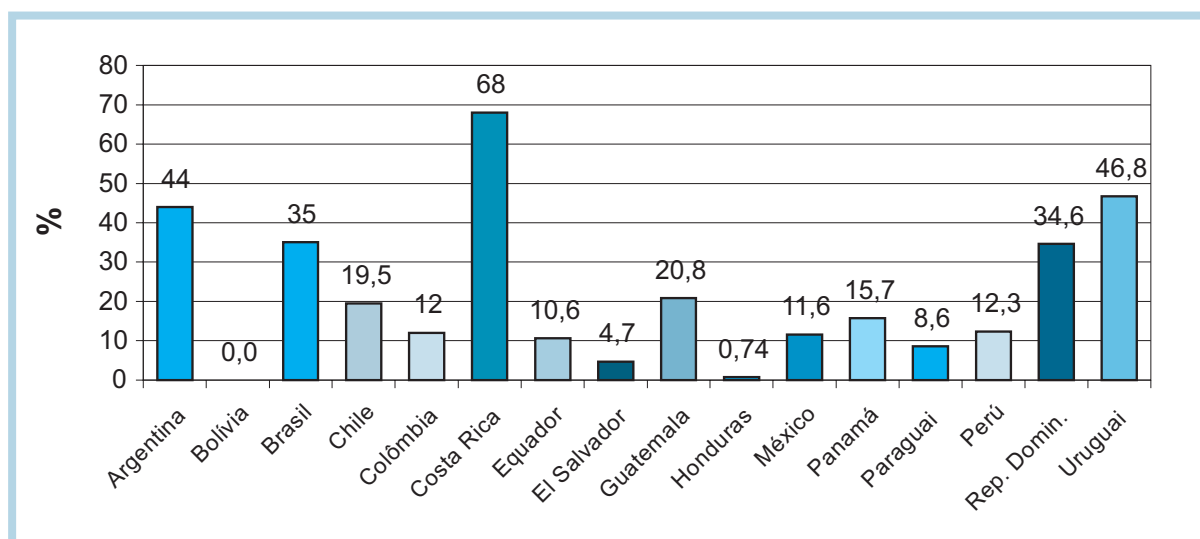


Gráfico 3 – Participação da Banca de Desenvolvimento nos Depósitos Totais do Sistema Bancário – 2009

Considerações Finais

Apesar dos significativos avanços em termos macroeconômicos nos últimos seis anos¹⁰ e do fato de vir superando sem grandes turbulências o impacto da crise financeira mundial, a ALC deixa muito a desejar no que tange a vários indicadores socioeconômicos e de inclusão e descentralização financeira. Igualmente, há sérios problemas, como pobreza e desigualdade, insegurança, déficits na qualidade da educação e investimento em infraestrutura, além de ciência e tecnologia que impedem a região de consolidar seu crescimento econômico e social frente a outras regiões. Tais questões constituem oportunidades e campos de ação para que em alguns casos o banco de fomento estimule, e em outros amplie seu apoio ao fomento de novas áreas estratégicas de desenvolvimento.

A percepção inicial de que o desempenho econômico da ALC estaria desvinculado da dinâmica da economia mundial acabou por não se confirmar, como mostram as previsões de crescimento econômico que se projetavam para a região e

os resultados obtidos ao final. Segundo a Cepal, América Latina e Caribe sofreriam em 2009 uma recessão de 0,3%. Em contrapartida, para o FMI, a turbulência global provocaria na ALC uma queda de 1,5% nesse ano. Ainda se esperava que, por sua solidez fiscal, o forte sistema financeiro, assim como as políticas que contribuíram para suavizar os choques externos, ajudassem a região a sair da crise financeira antes do que as economias avançadas. Por isso projetaram para 2010 uma taxa de crescimento de 1,6%. Entretanto, o resultado para 2009 foi pior do que o previsto: a ALC decresceu 2,6%. Para 2010, o FMI prevê para a ALC um crescimento de 5,1%, em consequência da forte expansão do Brasil e do Peru.

As políticas contracíclicas eficientes requerem um volume suficiente de recursos financeiros, assim como o estabelecimento de diferentes formas de crédito contingente e o desenvolvimento de uma rápida capacidade de endividamento nos mercados internacionais. Por isso, se faz necessária a cooperação do banco de desenvolvimento nacional com os bancos de desenvolvimento re-

¹⁰ As economias da América Latina cresceram em torno de 5%, assinalando o maior índice dos últimos 30 anos.

gional, assim como a coordenação com os diferentes agentes financeiros nacionais.

No auge da crise, as ações do banco de desenvolvimento ajudaram a aumentar sua participação. Isso se constata, por um lado, em um aumento considerável de seus ativos; e, por outro lado, por sua participação na carteira de créditos totais dos sistemas bancários da região. A propósito, como já salientado, há um grupo de sete países – Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guatemala, República Dominicana e Uruguai – cujas IFDs respondem, em cada um deles, por 20% a 49% do crédito bancário. Em um segundo grupo – Colômbia, El Salvador, Equador Honduras, México, Panamá e Paraguai, essa participação varia entre 7% e 19%. No auge da crise, portanto, os bancos de desenvolvimento ganharam uma maior participação ao atuar de maneira contracíclica, diferentemente dos bancos comerciais privados, que restringiram o crédito.

Vale enfatizar, também, que, se por um lado a presença e intervenção do banco de desenvolvimento no contexto da crise deu-lhe mais relevância, uma vez que no cumprimento de sua missão atua criando programas de ação rápida para injetar recursos nos setores produtivos e sociais, por outro lado não se deve perder de vista a geração de economias mais competitivas que agreguem

valor e gerem novas fontes de riqueza, mediante incremento do investimento, progresso tecnológico, inovação, e indução ao desenvolvimento sustentável, que são ações com efeitos de mais longo prazo. Da mesma forma, o financiamento deve consagrar práticas bancárias que estejam em consonância com as regras internacionais de gestão do risco creditício, colaterais, assim como os riscos operacionais e de mercado, quer dizer, gerar mecanismos de sustentabilidade e transparência.

Importantes organismos internacionais concordam em apontar que a saída da crise foi mais rápida graças a um conjunto de políticas contracíclicas que possibilitaram enfrentar eficazmente as turbulências externas, como a redução das taxas de juros, o aumento na participação creditícia do banco estatal, a expansão do gasto público e a aplicação de uma variada gama de programas na área social relacionados com subsídios ao consumo e iniciativas de apoio às famílias pobres.

Como era de se esperar, as IFDs se movimentaram em sistemas financeiros pós-crise que experimentaram grandes mudanças na gestão, desenvolvimento de produtos financeiros, governo corporativo, controle e administração de riscos, entre outros, em um contexto com regras de supervisão e regulamentação bancária distintas da que prevaleceu nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS



ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INSTITUCIONES FINANCIERAS PARA EL DESARROLLO. **Acciones de la banca de desarrollo como respuesta a la crisis internacional.** Lima: [s.n.], 2009a.

_____. **El papel contracíclico de la banca de desarrollo frente a la crisis económica internacional.** Lima: [s.n.], 2009b.

_____. **Evolución y perspectivas de la banca de desarrollo en Latinoamérica.** Lima: [s.n.], 2009c.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA. **Entorno económico global.** [S.L.: s.n.], 2009.

BANCO CENTRAL DE CHILE. **Informe de estabilidad financiera,** segundo semestre 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. La era de la productividad. **Revista Idea**, enero-abril, 2010.

BANCO MUNDIAL. **Perspectivas económicas mundiales 2010: crisis, finanzas y crecimiento**. Washington, 2010. Disponible em: <<http://sitelibrary.worldbank.org/INTGEP2010/Resources/GEP2010-Full-Report>>. Acceso em: [2010?].

CARRERA, Jorge (Comp.). Turbulencias financieras impacto en economías desarrolladas y emergentes: jornadas monetarias y bancarias del BCRA. In: BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Anales...**, Buenos Aires, 2008.

CHAVES, Rodrigo; GONZÁLEZ-VEGA, Claudio. **Principles of regulation and prudential supervision and their relevance for microenterprise finance organizations**. [S.l.:s.n.], 1994.

CIMOLI, Mario; FERRAZ, João Carlos; PRIMI, Analisa. Políticas de ciencia, tecnología e innovación en economías abiertas globales: reflejos de América Latina en el Caribe. **Revista Globalización, Competitividad y Gobernabilidad en la Región Iberoamericana**, v. 3, 2009.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Panorama social de América Latina 2009**. Santiago de Chile: [s.n.], [2009?]

CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. Caminos para el futuro: gestión de la infraestructura en América Latina. **Reporte de Economía y Desarrollo (RED)**, 2009.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro 2008**. Santiago de Chile. Disponible em: <http://www.latinobarometro.org/docs/INFORME_LATINOBAROMETRO_2008>. Acceso em: [2010?].

CORREA, Filipa; JIMÉNEZ, Luis; MANUELITO, Sandra. Regulación y supervisión financiera: lecciones de la crisis para América Latina y el Caribe.

Revista Cepal, Santiago de Chile, n. 99, diciembre 2009.

FAY, Marianne; MORRISON, Mary. **Infraestructura en América Latina y el Caribe: tendencias recientes y retos principales**. [S.l.]: Banco Mundial, 2005.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. **Perspectivas económicas: Las Américas**. Washington, mayo. Disponible em: <<http://www.imf.org/external/spanish/pubs/ft/reo/2010/whd/wreo0510s>>. Acceso em: [2010].

GARCÍA, Ana López; ALONSO, Juan Méndez; TACERO, Milagros dones. factores clave de la competitividad regional: innovación e intangibles. **Revista de Economía**, Madrid, n. 848, mayo-junio 2009.

GONZÁLEZ-PÁRAMO, José. Estrategias económicas de salida de la crisis. In: CICLO DE CONFERENCIAS: LA ECONOMÍA MUNDIAL: ESCENARIOS DE FUTURO FUNDACIÓN RAMÓN ARECES. **[Trabalhos apresentados]**. Madrid, 2010.

KLIKSBERG, Bernardo. ¿Cómo enfrentar la inseguridad en América Latina? La falacia de la mano dura. **Revista Nueva Sociedad**, n. 215, mayo-junio 2008.

MORENO-BRID, Juan; RUIZ-NÁPOLES, Pablo. La educación superior y el desarrollo económico en América Latina. **Serie Estudios y Perspectivas – México**, Cidade do México: Cepal, n. 106, enero 2009.

NACIONES UNIDAS. **Informe de los objetivos del milenio 2009**. [S.l.: s.n.]: [2010?].

ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN ECONÓMICA Y EL DESARROLLO. **Perspectivas económicas de América Latina 2009 y 2008**. Disponible em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/17/23/41580526>>. Acceso em: [2010?].

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. **Infor-**

me de seguimiento de la educación para todos el mundo 2010. París, 2010.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE. **Informe sobre un medio ambiente para el desarrollo (GEO-4).** Disponible en: <http://www.unep.org/geo/geo4/report/GEO-4_Report_Full_ES>. Acceso en: [2010?].

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS. **El estado de las ciudades de América Latina y el Caribe:** urbanización, desarrollo humano y democracia: oficina regional para América Latina y el Caribe (ROLAC). Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.

RAPETTI, Martin; FRENKEL, Roberto. La crisis mundial desde la perspectiva de los países en

desarrollo: algunas reflexiones. **Revista Nueva Sociedad**, n. 224, noviembre-diciembre, 2009.

RED IBEROAMERICANA DE INDICADORES DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA. **El Estado de la ciencia 2009:** principales indicadores de Ciencia y tecnología Iberoamericanos/Interamericanos 2009. Buenos Aires, 2009.

SACHS, Jeffrey D.; VIAL, Joaquín. **Competitividad y crecimiento económico en los países andinos y en América Latina.** [S.l.]: Corporación Andina de Fomento, 2002.

THE INSTITUTE OF INTERNATIONAL FINANCE. **Latin America regional overview.** [S.l.: s.n.], 2010.

2 - Síntese de Expectativas

Segundo o Fundo Monetário Internacional-FMI, em 2010 a economia mundial deverá crescer em torno de 4,6%. Nos países desenvolvidos, projeta-se crescimento de 2,6%, enquanto para o grupo dos países em desenvolvimento a previsão é de 6,8%. Essas projeções revisam para cima os números apresentados pelo FMI em abril. O otimismo está associado, principalmente, ao bom desempenho dos indicadores vinculados à economia real nos primeiros cinco meses do ano. O ritmo de crescimento mais forte do que o esperado da produção e do comércio mundial foi determinante para essa revisão (IMF, 2010).

Contudo, a instabilidade nos mercados financeiros, em função, sobretudo, da possibilidade de *default* de alguns países avançados que possuem elevada dívida pública e baixa taxa de crescimento pode impactar fortemente no desempenho da economia real.

A exposição do setor financeiro ao risco soberano, sobretudo na zona do euro, pode levar tanto a uma redução do volume de crédito como a uma elevação do custo de financiamento. Ademais, uma queda acentuada da confiança dos consumidores e dos empresários traria consequências muito negativas sobre o consumo e o investimento. Nesse sentido as recomendações do FMI sinalizam para a diminuição do risco soberano das dívidas nacionais, o que implicaria medidas fiscais visando reduzir a relação dívida/PIB.

Na Zona Euro, por exemplo, as medidas fiscais de austeridade se generalizam visando restabelecer a confiança dos mercados financeiros. Se, por um

lado, a adoção de políticas fiscais contracionistas legitima essas economias perante os mercados financeiros, por outro lado, a redução dos gastos públicos compromete a frágil retomada do crescimento econômico, com desdobramentos negativos nas políticas sociais e na geração de emprego. Ou seja, a opção pelo rigor fiscal nessa região, de uma forma preventiva, inviabiliza a utilização de instrumentos fiscais expansionistas, comprometendo a retomada do seu dinamismo. Nesse sentido, não se pode desprezar as possibilidades de tensões políticas decorrentes de movimentos sociais contrários às potenciais restrições de gastos públicos em áreas sensíveis como as de aposentadoria e pensões, educação, saúde e segurança.

Sem ainda refletir as consequências das medidas fiscais de austeridade, o indicador de crescimento da Zona Euro (Eurogrowth) calculado pela European Forecasting Research Association for the Macro-Economy (EUROFRAME, 2010) sinaliza para uma aceleração do crescimento em 2010. As taxas de crescimento estimadas no mês de julho para o segundo e o terceiro trimestres são de, respectivamente, 1% e 1,5%. Na avaliação da Euroframe, a política expansionista na área monetária continua contribuindo positivamente para o desempenho da atividade econômica, particularmente do setor industrial.

Entretanto, os bons resultados do indicador devem ser relativizados, já que vários de seus componentes não refletiram as recentes turbulências financeiras assim como o impacto da política fiscal restritiva sobre a *performance* econômica dos países membros da Zona Euro.

Nos Estados Unidos, por sua vez, constatou-se uma redução do ritmo de expansão do Produto Interno Bruto no segundo trimestre de 2010. Segundo estimativas do Bureau of Economic Analysis – BEA (2010), a economia norte-americana cresceu 2,4% no indicador trimestre/trimestre imediatamente anterior. Nessa base de comparação, o acréscimo foi de 3,7% no primeiro trimestre. A desaceleração deveu-se, principalmente, ao recuo do investimento empresarial e ao aumento das importações.

Vale frisar que em contraponto ao relativo otimismo do FMI quanto à recuperação das economias avançadas, informe do banco central americano indica que a economia estadunidense deverá crescer bem menos, em 2010, do que o esperado com consequências negativas sobre os níveis de emprego e renda das famílias (FEDERAL RESERVE, 2010). Ou seja, o desempenho previsto pelo FMI para a economia dos Estados Unidos, de 3,3%, em 2010, está ameaçado de não se concretizar. Ademais, em seu informe sobre inflação de agosto, o Banco da Inglaterra anuncia que o incremento da economia do Reino Unido também ficar aquém do esperado, com a inflação apresentando muita volatilidade (BANK OF ENGLAND). Nesses termos, tudo indica que à medida que as economias desenvolvidas vão apresentando seus resultados do primeiro semestre pioram as expectativas de crescimento, contradizendo relativamente os últimos prognósticos do FMI.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, as projeções continuam apontando para um crescimento superior ao dos países avançados. Para 2010, o FMI revisou em julho a expansão desse grupo de países para 6,8% ante 6,4% previstos em abril. Esse otimismo reflete, principalmente o dinamismo da China (10,5%), da Índia (9,4%) e do Brasil (7,1%).

A existência de uma demanda doméstica sólida tem sido o grande trunfo dessas economias em um contexto de forte instabilidade financeira com possíveis repercussões desfavoráveis na de-

manda externa. No caso da China, por exemplo, o governo afirmou recentemente que o PIB do país superou o do Japão, colocando-a como a segunda maior economia do mundo. Mesmo assim, no segundo trimestre do ano ocorreu uma desaceleração do crescimento da economia chinesa, segundo se afirma, devido a medidas de contenção do governo com o intuito de conter uma bolha de crédito ao par com uma alta valorização de preços de imóveis, mesmo assim, a expectativa de crescimento daquela situa-se em torno dos 10%, mas, ligeiramente abaixo da previsão do FMI (SHANGAI EXPRESS, 2010).

No Brasil, a expansão da demanda interna reflete tanto o desempenho da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – a expansão dos investimentos – quanto o consumo das famílias. A produção de bens de equipamentos registrou um acréscimo de 29,6% no primeiro semestre, com crescimento em oito dos nove segmentos, em particular dos bens de capital para construção (187,13%). Por sua vez, o consumo das famílias já apresenta resultados positivos pelo segundo semestre consecutivo, impulsionado pelo incremento do crédito e da criação de empregos, sobretudo formais.

Os bons resultados da demanda interna no primeiro semestre, refletido no volume de vendas do comércio, no entanto, não parecem indicar um processo de superaquecimento da economia brasileira. No caso da atividade industrial, esses resultados não alteraram substancialmente o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). De fato, esse indicador ainda se encontra abaixo do nível verificado na fase anterior à intensificação da crise econômica mundial. Em junho de 2010, o Nuci alcançou 85,3% inferior aos 86,3% registrados em setembro de 2008.

Finalmente, o comportamento recente da inflação aponta para uma melhora acentuada na margem, com queda em julho das principais medidas de tendência da inflação calculada pelo Banco Central, os chamados núcleos inflacionários.

Os preços de alimentos, que contribuíram decisivamente para a aceleração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em junho e julho apresentaram variações negativas. Isso fez com que o índice cheio apresentasse nos referidos meses valores praticamente nulos, conduzindo a uma expectativa inflacionária bem mais conservadora do que aquela aventada no começo do ano. Assim, no máximo, Conjuntura espera uma variação anual do IPCA de 5,2%, ou seja, acima da meta central de 4,5%, porém, bem abaixo do limite superior admitido de 6,5%.

Nesse sentido, a elevação da taxa Selic para 10,75% em julho parece precipitada, considerando uma alta localizada de preços e o momento de relativo arrefecimento da atividade econômica. Esse ciclo de alta contribui significativamente para acentuar a já excessiva apreciação da moeda nacional, repercutindo também no custo da dívida mobiliária federal indexada pela taxa Selic cuja parcela representou em junho do corrente ano 33,6% de um valor total no montante de R\$ 1,52 trilhões.

O real alcançou em junho pela primeira vez, o mesmo patamar de sobrevalorização de dezembro de 1998, período que antecedeu a última maxidesvalorização da moeda brasileira. Comparativamente às moedas dos principais parceiros comerciais do país, o valor da moeda nacional atingiu o nível de 75,6 em junho de 2010, muito próximo dos 75,4 de dezembro de 1998.

A sobrevalorização do câmbio prejudica a competitividade das exportações e estimula a entrada de produtos importados, desequilibrando as contas externas do país, bem como a conta de viagens com o exterior¹. As transações correntes

foram deficitárias em US\$ 5,2 bilhões em junho, acumulando déficit de US\$ 51,3 bilhões no primeiro semestre de 2010 e de US\$ 40,9 bilhões nos últimos 12 meses (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010b).

Essa situação implica, conforme cálculos do Bacen, uma necessidade de financiamento externo como proporção do PIB da ordem de 0,81% quando, em janeiro, era praticamente nula 0,03%)². Ou seja, tudo aponta para uma clara deterioração de balanço de pagamentos em conta corrente. Não obstante, é necessário ter claro que não é somente a atual sobrevalorização cambial que está a deprimir as exportações, os seus efeitos mais impactantes é sobre o aumento das importações e sobre a conta de viagens para o exterior.

Outro fator a atuar deprimindo a conta corrente do balanço de pagamentos e, sem dúvida mais importante, por não se situar no campo de decisões internas de políticas econômicas está associado à situação crítica internacional já comentada. Aí, por um lado, há uma séria retração de demanda externa por produtos brasileiros, especialmente manufaturados, e, por outro, as empresas multinacionais sediadas no País tendem a aumentar suas remessas de lucros para as suas matrizes diante das restrições de liquidez e crédito ali existentes. Nesse sentido, há que levar em consideração, do mesmo modo, os aluguéis de equipamentos providos do exterior.

Vale destacar que esse déficit é cada vez mais financiado por investimentos de portfólio, de natureza volátil e de curto prazo. O cenário preocupa, apesar de os riscos serem menores do que em 1998, devido ao sistema de câmbio flutuante e ao elevado nível de reservas cambiais do país.

1 Conforme se pode deduzir de informações do Bacen, no primeiro semestre deste ano, o déficit da conta de viagens no balanço de pagamentos foi de US\$ 4,1 bilhões, enquanto no mesmo período do ano passado foi de US\$ 1,8 bilhões, ou seja, um incremento de nada menos que 128%.

2 Nos primeiros seis meses do ano anterior, o déficit em conta corrente chegou a apenas US\$ 7,1 bilhões.

Com relação ao Nordeste, vale destacar que foi a única região do país a não registrar desaceleração no segundo trimestre de 2010. De acordo com o Boletim Regional divulgado pelo Banco Central (2010a), a economia da região assinalou uma expansão de 3,3% no trimestre encerrado em maio em relação ao trimestre anterior. Esse índice supera a média nacional de 2,2% desse mesmo período.

O BNB-Etene estima que as taxas de crescimento do PIB do Brasil e do Nordeste atingirão 6,8% e 6,9% em 2010, respectivamente.

Entre os fatores impulsionadores, destaca-se a forte participação do setor público como empregador e investidor no Nordeste. A expansão do mercado interno, beneficiada pelo crescimento do emprego formal, as políticas de valorização do salário mínimo, os programas de transferência de renda e o Bolsa Família foram cruciais para esse dinamismo.

Finalmente, vale ressaltar o papel de destaque do Banco do Nordeste do Brasil no incremento dos financiamentos direcionados para fortalecer a estrutura produtiva da região, incluindo o microcrédito.

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim de Economia Regional**, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.bacem.gov.br>>. Acesso em: 09 ago. 2010a.

_____. **Indicadores de conjuntura**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2010b.

BANK OF ENGLAND. Disponível em: <http://www.bankofengland.co.uk/publications/inflationreport/irspnote110810.pdf> . Acesso em 10 ago. 2010.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **Gross domestic product**. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: 07 ago. 2010.

EUROFRAME. **A steeper growth path in the Euro Area**. Disponível em: <<http://www.euroframe.org>>. Acesso em: 07 ago. 2010.

IMF. **World economic outlook update**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 04 ago. 2010.

FEDERAL RESERVE. Disponível em <http://www.federalreserve.gov/newsevents/press/monetary/20100810a.htm>. Acesso em 11 ago. 2010.

SHANGAI EXPRESS [online]. Disponível em <http://shangaiexpress.blogspot.com/2010/07/crescimento-economico-na-china-em-2010.html>, Acesso em 11 ago. 2010

Tabela 1 – Nordeste e Brasil – Principais Indicadores Econômicos Abril-Junho 2010

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Variação (%) igual período 2009	Brasil	Variação (%) igual período 2009
Estimativa produção grãos (a)	2009/10	Mil t	12.364,80	5,8	146.917,40	8,7
Estimativa área plantada grãos (a)	2009/10	mil ha	7.887,10	-3,4	47.396,30	-0,6
Estimativa produtividade grãos (a)	2009/10	Kg/ha	1.568,00	9,6	3.100,00	9,3
Produção Industrial	Abr-Jun	Nº Índice	120,3 (i)	38,8	114,40	30,4
Pessoal ocupado na indústria	Abr-Mai	Nº Índice	106,04	11,1	103,78	10,2
Horas pagas na indústria	Abr-Mai	Nº Índice	106,30	12,8	104,90	12,1
Folha de pagamento real na indústria	Abr-Mai	Nº Índice	99,21	-5,5	104,68	6,2
Comércio varejista vol. de vendas	Maio	Nº Índice	-	-	168,01	10,2
Comércio varejista ampliado vol. de vendas	Maio	Nº Índice	-	-	174,10	9,5
Exportações	Abr-Jun	US\$ milhões	3.660	46,3	49.958	28,8
Importações	Abr-Jun	US\$ milhões	4.094	69,6	42.958	54,2
Corrente de comércio (exp + imp)	Abr-Jun	US\$ milhões	7.754	57,7	92.916	39,5
Saldo da balança comer. (exp - imp)	Abr-Jun	US\$ milhões	-434	-595,0	7.000	-35,9
Saldo das operações de crédito (f)	Maio	R\$ milhões	89.988	24,6	1.284.655	9,1
Saldo dos depósitos bancários (f)	Maio	R\$ milhões	119.979	5,6	2.295.075	11,0
BNB – Saldo oper. crédito (com FNE)	Junho	R\$ milhões	38.086	16,4	-	-
BNB – Contratações do FNE (b)	Abr-Jun	R\$ milhões	2.111	10,5	-	-
BNB – Contratações do PRONAF (b)	Abr-Jun	R\$ milhões	262	31,7	-	-
Arrecadação de receitas federais (c)	Abr-Jun	R\$ milhões	8.635	-19,2	138.913	-14,1
Arrecadação de ICMS (d)	Abr-Mai	R\$ milhões	6,7	-49,2	42,4	-50,2
Saldo emprego formal na indústria	Abr-Jun	Unidade	5.373	125,9	198.388	4.750,6
Saldo emprego formal na const.civil	Abr-Jun	Unidade	28.492	258,0	102.325	108,3
Saldo emprego formal no comércio	Abr-Jun	Unidade	16.210	154,7	110.821	193,4
Saldo emprego formal nos serviços	Abr-Jun	Unidade	35.507	146,0	247.962	85,7
Saldo emprego formal agrop.extra.veg.caça pesca	Abr-Jun	Unidade	18.548	199,3	156.565	17,9
Saldo emprego formal total	Abr-Jun	Unidade	104.130	634,4	816.061	128,4
Taxa média de desocupação Recife (e)	Junho	%	8,6 (g)	10,2 (h)	-	-
Taxa média de desocupação Salvador (e)	Junho	%	12 (g)	11,2 (h)	-	-
Taxa média de desocupação Brasil (e)	Junho	%	-	-	7,3(g)	8,2(h)

Fontes: IBGE, BACEN, MDIC, MTE - CAGED, CONAB, IPEADATA, MF, CONFAZ e BNB.

Elaboração: Equipes de conjuntura e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

(a) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª. 2ª. e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale. Levantamento: jun/2010;

(b) Valores de 2009 a preços médios do 2º trimestre de 2010. Valores indexados pelo IGP-DI;

(c) Não inclui receita previdenciária. Valores de 2009 a preços constantes a média do 2º trimestre de 2010, indexados pelo IGP-DI;

(d) Valores a preços constantes a média do bimestre abr-mai de 2010, indexados pelo IGP-DI;

(e) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa. O valor para o Brasil representa a média para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre;

(f) Valores de 2009 a preços de maio/10, indexados pelo IGP-DI;

(g) Em junho de 2010;

(h) Em junho de 2009;

(i) Período do Nordeste é abril-maio.

Notas:

- Saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recurso. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data;
- Contratações de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo;
- O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos.
- Os indicadores de produção, produtividade e de área agrícola foram coletados no documento divulgado pela CONAB denominado acompanhamento da Safra Brasileira, Grãos -referencia: junho/10.

3 - Nível de Atividade

3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

A economia brasileira mantém a trajetória consistente de crescimento econômico, assinando incremento de 2,7% no primeiro trimestre de 2010 em relação ao trimestre anterior, a quarta alta consecutiva nessa base de comparação.

Constata-se uma forte aceleração do Produto Interno Bruto nas comparações interanuais – o indicador trimestre/mesmo trimestre do ano anterior (9%) supera a taxa acumulada dos últimos quatro trimestres (2,4%). Ou seja, os resultados mais recentes são melhores que os mais antigos. Entretanto, a trajetória recente de alta da Selic deverá reduzir o ritmo de crescimento da econo-

mia brasileira. Diante dos resultados do primeiro trimestre, o Ministério da Fazenda projetou o crescimento do PIB entre 6% e 6,5%, em 2010.

O desempenho nesse período continua sendo fortemente beneficiado pelo dinamismo da demanda interna. Analisando pela ótica da demanda, a Formação Bruta de Capital fechou o primeiro trimestre com expansão de 7,4% ante os três últimos meses de 2009. Na comparação com o primeiro trimestre de 2009, o incremento foi de 26%, a maior taxa da série histórica, iniciada em 1996 nessa base de comparação (IBGE, 2010d) (Gráfico 1).

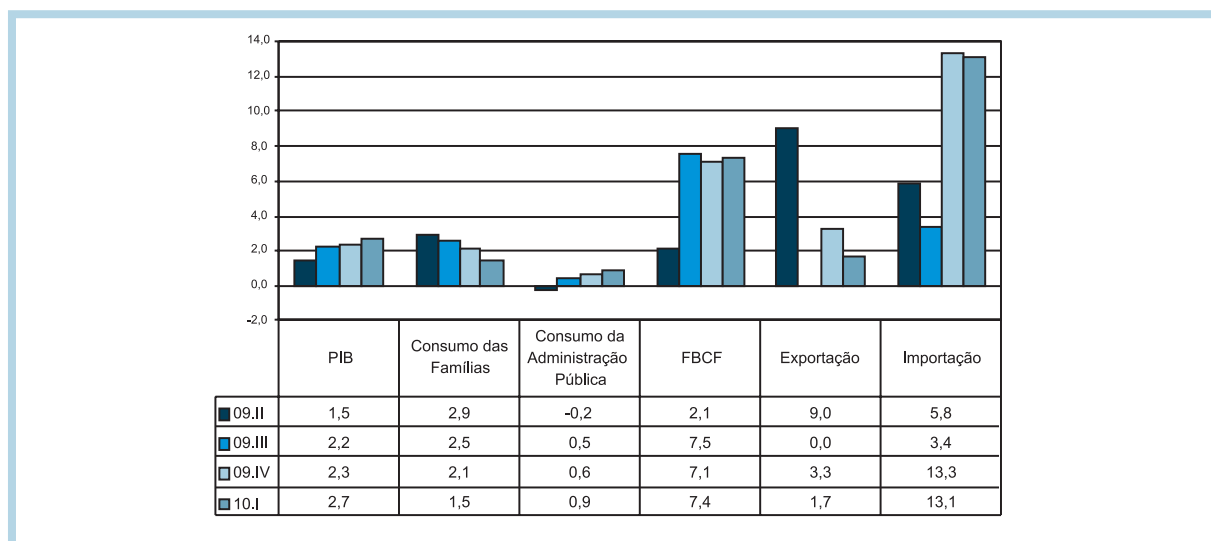


Gráfico 1 – Brasil. Componentes da Demanda. Taxa de Variação (%) do Trimestre com Relação ao Mesmo Trimestre do Ano Anterior

Fonte: (IBGE, 2010d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Por outro lado, a retomada de projetos industriais importantes e o câmbio favorável foram determinantes para aumentar as importações. Um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2010), abrangendo 14 setores (sete da indústria, seis da infraestrutura e um da construção civil), revelou que a recuperação dos investimentos iniciada no segundo semestre de 2009 e intensificada em 2010 resultou principalmente do bom desempenho do mercado doméstico e do ritmo de redução dos estoques.

Conforme a pesquisa, pela primeira vez, desde o agravamento da crise econômica mundial em setembro de 2008, as perspectivas de investimentos já são maiores do que em meados daquele ano¹.

O mapeamento para os próximos três anos constatou inversões no montante de R\$ 1,3 trilhão, das quais 35,1% vinculadas ao setor de

edificações. Já a indústria e o segmento de infraestrutura participam com, respectivamente, 41,5% e 23,4% do total dos investimentos previstos para o período 2010/13, o equivalente a R\$ 859 bilhões, valor R\$ 171 bilhões superior ao levantamento feito em agosto/08 para o período 2009/12 (Tabela 1).

Os setores industriais direcionados para o mercado interno apresentam melhores perspectivas de investimentos. Contudo, a recuperação dos preços das *commodities* em 2010 melhora a expectativa de investimentos dos ramos voltados para o mercado externo.

O Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI) contribuiu para impulsionar as inversões do setor produtivo. Entre janeiro e maio de 2010, os desembolsos totalizaram R\$ 18,4 bilhões. No geral, o BNDES desembolsou no período cerca de R\$ 46 bilhões, alta de 41% na comparação com os R\$ 32,6 bilhões do mesmo período

Tabela 1 – Brasil. Investimentos Mapeados para o Período 2010 a 2013

Setores	R\$ Bilhões	(%)
Petróleo e Gás	340	25,7
Extrativa Mineral	52	3,9
Siderurgia	51	3,9
Química	34	2,5
Veículos	32	2,4
Eletroeletrônica	21	1,6
Papel e Celulose	19	1,4
Indústria	549	41,5
Energia Elétrica	98	7,4
Telecom	67	5,1
Saneamento	39	2,9
Ferrovias	56	4,2
Transporte Rodoviário	36	2,7
Portos	15	1,1
Infraestrutura	310	23,4
Indústria e Infraestrutura	859	64,9
Edificações	465	35,1
Total	1.324	100,0

Fonte: (BNDES, 2010).

1 Entre agosto de 2008 e abril de 2010, foram realizados quatro levantamentos pelo grupo de acompanhamento do investimento do BNDES.

do ano passado, contemplando todos os setores da economia, mas em particular a indústria que absorveu 29% das liberações.

No caso específico do Nordeste, o crescimento da massa salarial vem sendo apontado como o grande responsável pela realização de investimentos na região, sobretudo na indústria de bens voltados para o mercado interno, no comércio e serviços.

No âmbito do mercado externo, o movimento de correção dos preços das *commodities* no momento pós-crise prejudicou os investimentos da indústria extrativa e de bens intermediários na região, entre as mais representativas da matriz industrial local e alto coeficiente de exportação. A partir do segundo semestre de 2009, esses setores voltaram a expandir suas vendas externas, beneficiados pela forte recuperação dos preços e da demanda no mercado internacional.

É o caso da indústria de papel e celulose que encerra os primeiros cinco meses de 2010 com incremento de 45,7% na receita das exportações, beneficiada tanto pelo dinamismo do consumo chinês quanto pela retomada de tradicionais mercados do setor (Europa e América do Norte). Con-

forme a Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa (2010), esses mercados voltaram a apresentar em maio de 2010 o mesmo patamar de compras do período anterior à crise. O crescimento do *quantum* exportado foi acompanhado pela recuperação dos preços da celulose, cuja tonelada alcançou US\$ 892 no começo de junho deste ano contra US\$ 500 em maio/09. O dinamismo exportador permitiu redução substancial da ociosidade no segmento (GLOBAL 21, 2010c).

No Nordeste, a Bahia, principal produtor de papel e celulose, as exportações do segmento apresentaram forte expansão no primeiro semestre de 2010, seguindo a tendência nacional (Gráfico 2).

A região também foi beneficiada pela alta do preço do minério de ferro no mercado internacional, com reajustes de 114,4% que impactaram favoravelmente as exportações do Maranhão, onde o setor de minérios participa com 14,7% do VTI. Esse desempenho está relacionado com a atuação da Vale, uma das maiores empresas de mineração do mundo (Gráfico 3).

No Brasil, a apreciação do real e o aquecimento da demanda interna engendraram um forte avanço das importações de máquinas e equipamentos.

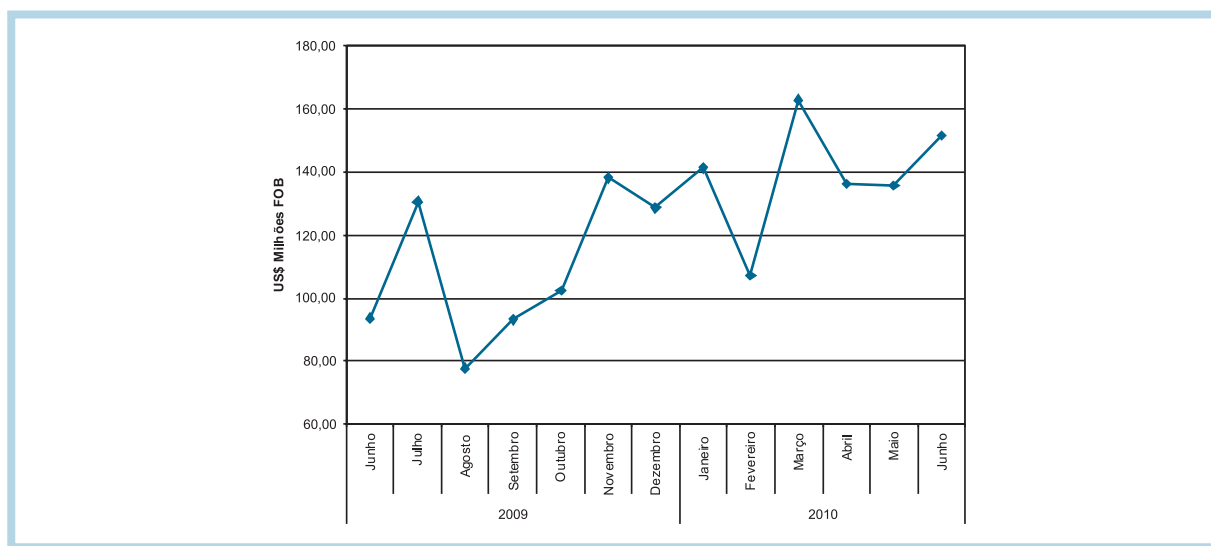


Gráfico 2 – Bahia. Exportações de Papel e Celulose. Junho de 2009 a Junho de 2010 – US\$ FOB Milhões

Fonte: (BRASIL, 2010b).

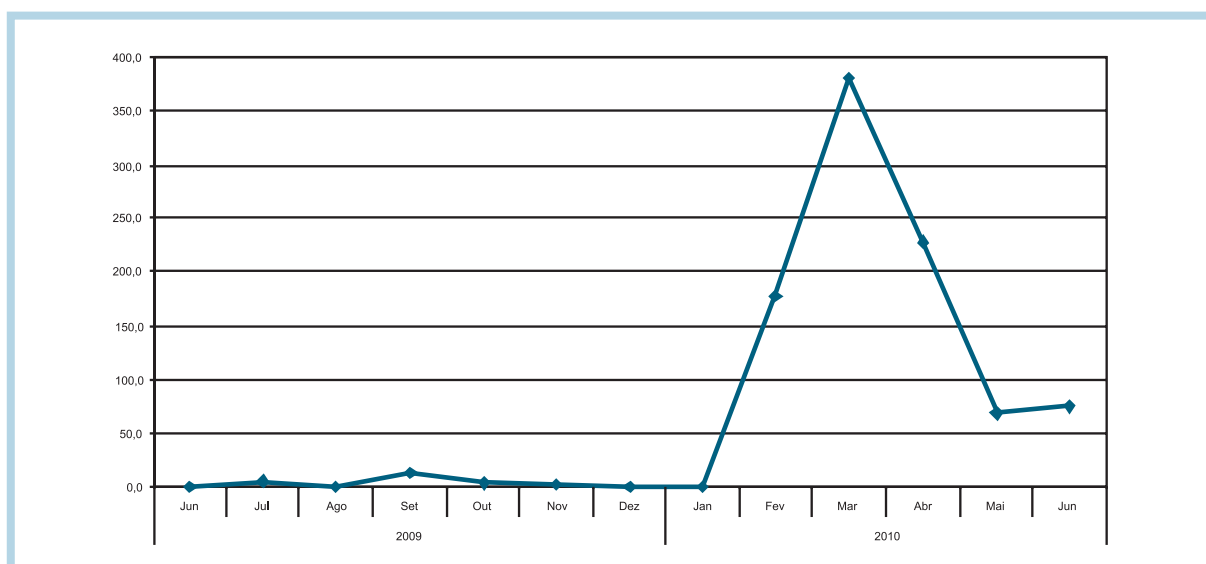


Gráfico 3 – Maranhão. Exportações de Minério de Ferro. Junho de 2009 a Junho de 2010 – US\$ FOB Milhões

Fonte: (BRASIL, 2010b).

De acordo com a Funcex, o *quantum* importado de bens de capital registrou acréscimo de 20,1% no acumulado dos últimos cinco meses. Em contrapartida, o preço das máquinas e equipamentos caiu 4,8%, segundo registra a Fundação Centro do Comércio Exterior – Funcex (2010).

No Nordeste, essa expansão dos bens de capital é particularmente importante nos estados com maior densidade industrial, que passam por um processo de modernização da suas estruturas produtivas. Ademais, os grandes investimentos em infraestrutura realizados na região, principalmente no âmbito do Programa de Aceleração do Investimento (PAC), implicaram demanda mais acentuada por máquinas e equipamentos.

O estado de Pernambuco, por exemplo, registrou alta de 10% na quantidade importada de produtos do setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes, etc. entre janeiro e junho de 2010 em comparação com o mesmo período de 2009. Na Bahia, no mesmo intervalo, o incremento foi de 112,3%. O barateamento das importações de bens de capital, como decorrência da apreciação da moeda nacional, continuará

influenciando positivamente as decisões de investimento (Gráfico 4).

Apesar do aumento das importações, a produção nacional de máquinas registrou bons resultados, com taxa de crescimento de 30,2% no acumulado dos primeiros cinco meses de 2010. Todos os subsetores da indústria de bens de capital assinalaram alta no indicador acumulado do ano, com ênfase para bens de capital para construção (196,37%), bens de capital - peças agrícolas (45,2%) e bens de capital para equipamentos de transportes (25,3%).

O dinamismo da construção civil foi crucial para a forte expansão da produção de bens de capital para o setor. No primeiro trimestre, a atividade avançou 14,9% embalada pelo aumento substancial do crédito imobiliário, pelos programas de habitação popular e pela intensificação das obras do PAC.

Informações da Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança - Abecip (2010) com base nas estatísticas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo mostram que os desembolsos de crédito imobiliário atingiram R\$ 18,5

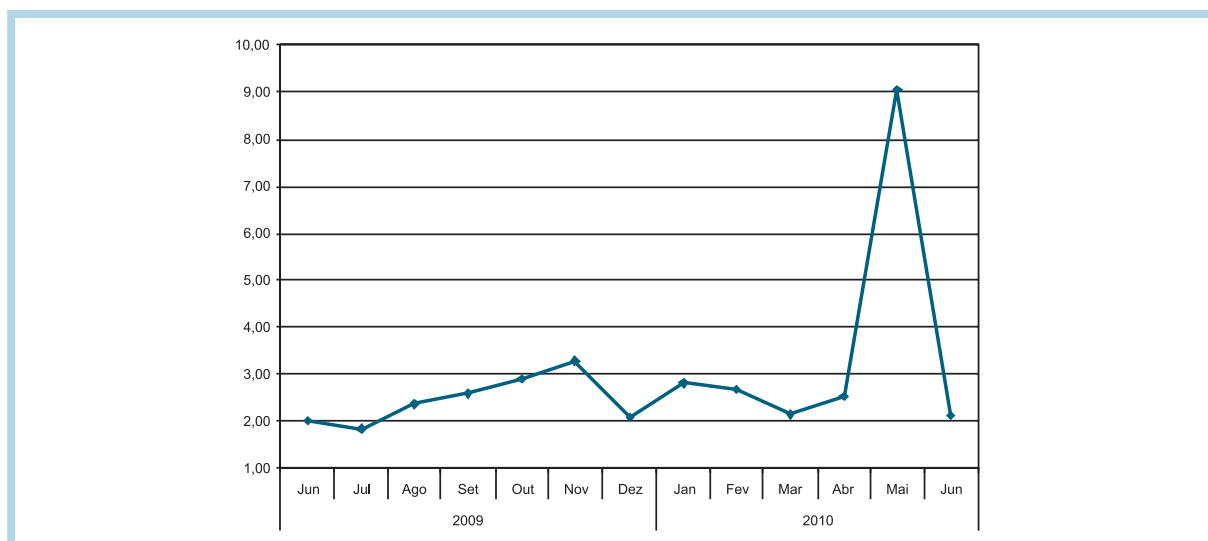


Gráfico 4 – Bahia. Importação de Máquinas e Equipamentos, Aparelhos e Material Elétrico e suas Partes, etc – junho de 2009 a junho de 2010 – Em Milhões de Toneladas

Fonte: (BRASIL, 2010b).

bilhões nos cinco primeiros meses de 2010, alta de 77% comparativamente a igual período de 2009. Foram financiadas 148,6 mil unidades nesse intervalo, acréscimo de 50% na comparação mês/mesmo mês do ano anterior.

Vale destacar que a demanda crescente por financiamentos imobiliários foi determinante para elevar a participação dos bancos públicos no total da carteira do sistema financeiro.

Já os bons resultados do setor de bens de capital - peças agrícolas decorreram do desempenho da agropecuária. A atividade cresceu 5,1% no primeiro trimestre do ano, comparativamente ao mesmo período de 2009, graças ao aumento dos investimentos e da maior oferta de crédito. Os maiores avanços foram observados nas safras de soja, algodão e milho, com acréscimos de 19,2%, 6,5% e 4%, respectivamente.

Outro componente da demanda interna, o consumo das famílias, manteve a trajetória positiva: 9,3% nos três primeiros meses do ano no confronto com igual período de 2009, o vigésimo sexto crescimento consecutivo nessa comparação. As condições favoráveis e a expansão da massa

salarial constituem fatores determinantes para esse desempenho.

As informações do Banco Central (2010b) revelam uma expansão da oferta de crédito doméstico, apesar das recentes altas da taxa Selic. O estoque de crédito do sistema financeiro, considerando recursos livres e direcionados, somou R\$ 1.500 bilhões em maio, aumento de 2,1% sobre abril e de 19% em 12 meses. Em decorrência, o total de empréstimos e financiamentos do sistema financeiro brasileiro atingiu 45,3% do PIB, ante 44,8% em abril e 41,4% em maio de 2009.

As operações de crédito concedidas às pessoas físicas seguem em patamar elevado (R\$ 502,3 bilhões), alta de 1,9% em maio, comparativamente ao mês anterior, por conta, sobretudo, da expansão do crédito pessoal e do financiamento de veículos.

O crescimento expressivo do PIB nordestino, acima da média nacional, traz efeitos positivos no mercado de crédito da Região. Dados recentes do Banco Central para o primeiro quadrimestre do ano revelam que o saldo de operações do sistema financeiro na região alcançou R\$ 599,8 bilhões,

avanço de 33,2% sobre o mesmo período de 2009. Ainda de acordo com o Banco Central, entre as regiões brasileiras, o Nordeste liderou a expansão do crédito nos últimos cinco anos, com aumento acumulado de 331,5% até o final de 2009. Grande parte desse desempenho deve-se à atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que ampliou substancialmente suas operações nos últimos oito anos (Gráfico 5).

A expansão de 6,3% da massa salarial no primeiro trimestre de 2010 foi, também, crucial para o bom desempenho do consumo das famílias. Contribuiu para o crescimento da massa salarial, a trajetória decrescente da taxa de desemprego. Esse dinamismo do mercado de trabalho permaneceu no quarto segundo trimestre. De fato, a taxa de desocupação no agregado das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE (Porto Alegre, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador e Recife) foi de 7% em junho de 2010, a menor para um mês de junho em toda a série da pesquisa.

No recorte regional, a RM de Recife (8,6%) registrou queda de 1,1 ponto percentual da taxa de desocupação em junho, frente a maio de 2010.

Já na RM de Salvador, o indicador foi o mesmo do mês anterior (12%). Vale mencionar que as duas regiões nordestinas registram expansão do pessoal ocupado no primeiro semestre, com incrementos superiores ao total das áreas investigadas (Gráfico 6).

Os dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (BRASIL, 2010f) mostram que esse dinamismo está em grande medida associado ao crescimento do emprego formal. No primeiro semestre, foram gerados 1.473.320 novos empregos formais no país, a maior quantidade já registrada para o período. O número supera amplamente o recorde anterior de 2008, quando foram criados 1.361.388 postos de trabalho. Já nos últimos 12 meses, constatou-se a geração acumulada de 2.168.924 empregos com carteira assinada. As informações da RAIS - Relação Anual de Informações Cadastrais (BRASIL, 2010b), que engloba trabalhadores celetistas e servidores públicos contratados, revelou que o Brasil acumulou a geração de 13.226.083 empregos formais desde 2003.

Vale destacar que seis dos oitos setores investigados registraram saldos recordes na geração

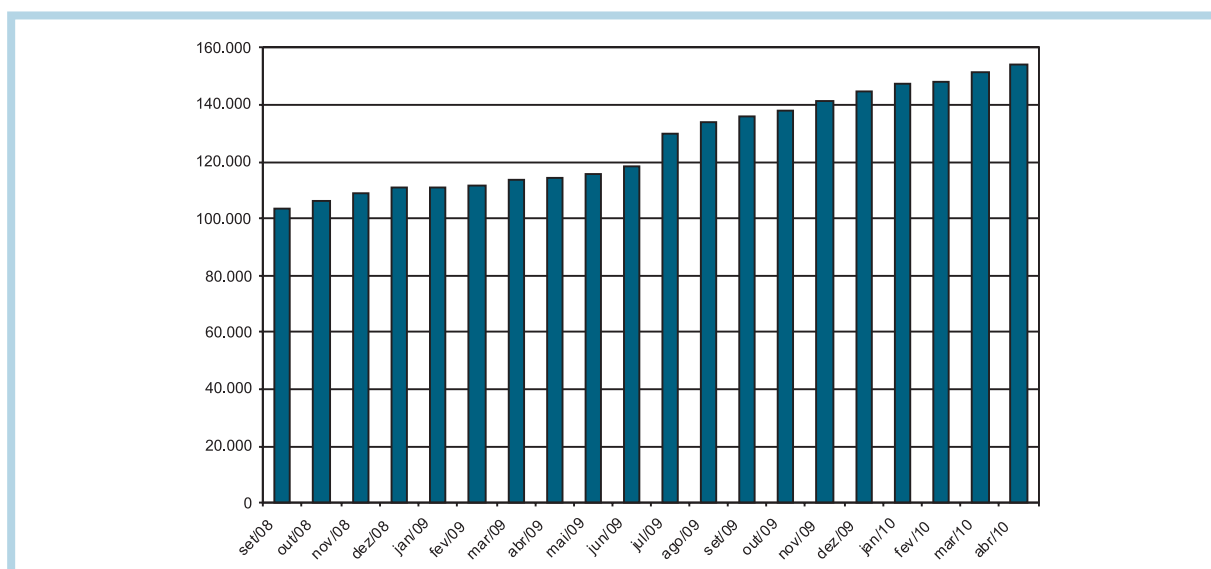


Gráfico 5 – Nordeste. Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional – Setembro de 2008 a Abril de 2010 – R\$ Milhões

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010a).

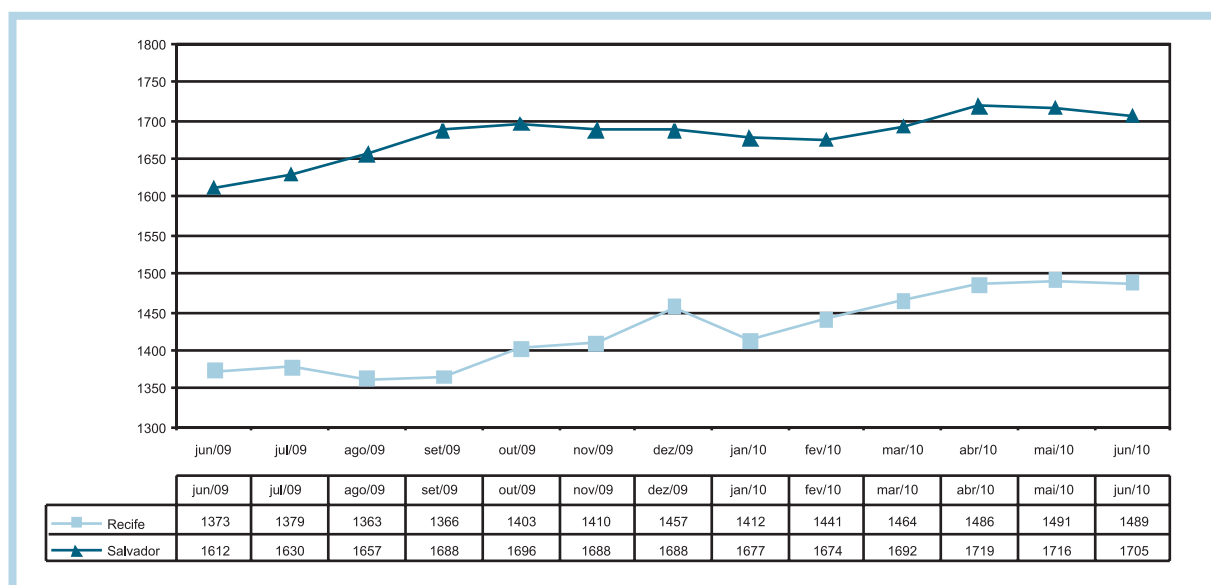


Gráfico 6 – RM's de Recife e Salvador. Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência (mil pessoas) – Junho de 2009 a Junho de 2010

Fonte: (IBGE, 2010g). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

de postos de trabalho nos primeiros seis meses de 2010, com ênfase para o ramo de serviços (490.028), indústria de transformação (394.148) e construção civil (230.019).

No Nordeste, foram criados 113.194 empregos celetistas na primeira metade do ano, com destaque para Bahia (61.334), Ceará (30.110), Maranhão (18.440) e Piauí (13.236). Alagoas foi o único estado nordestino a apresentar saldo negativo. Entre as regiões metropolitanas nordestinas, a de Salvador apresentou o maior saldo líquido, com 8.070 novos empregos.

O setor que mais absorveu mão de obra formal nesse período foi a construção civil, com 58% do total gerado na região (BRASIL, 2010f). A forte expansão do crédito habitacional e os programas de habitação popular foram cruciais para o dinamismo desse segmento.

Com relação ao mercado externo, enquanto as vendas internacionais apresentaram alta de 14,5% no primeiro trimestre de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, as importações avançaram 39,5%, o maior crescimento de

toda a série nessa base de comparação. Esse descompasso permanece no segundo trimestre.

Os dados divulgados pelo MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior revelam que o saldo comercial de US\$ 7,9 bilhões no acumulado dos primeiros seis meses do ano foi o pior observado para esse período desde 2002. Comparativamente ao primeiro semestre de 2009, o recuo foi de 43,7%. Os produtos básicos (31,6%) e os semimanufaturados (39,6%) registraram as maiores taxas de expansão no primeiro trimestre. Em contrapartida, as vendas internacionais de bens manufaturados cresceram apenas 19,2%, refletindo a apreciação da moeda brasileira e a situação crítica da zona do euro e o baixo crescimento da economia estadunidense.

Vale destacar o forte aumento da participação de produtos básicos nas exportações totais do país nos últimos dez anos. O peso desse segmento saltou de 22,8 % no primeiro semestre de 2000 para 43,4% no mesmo período deste ano. Em contrapartida, a participação das manufaturas caiu de 58,9% para 40,5%, enquanto os semimanufaturados registraram queda de 15,5% para 13,9%.

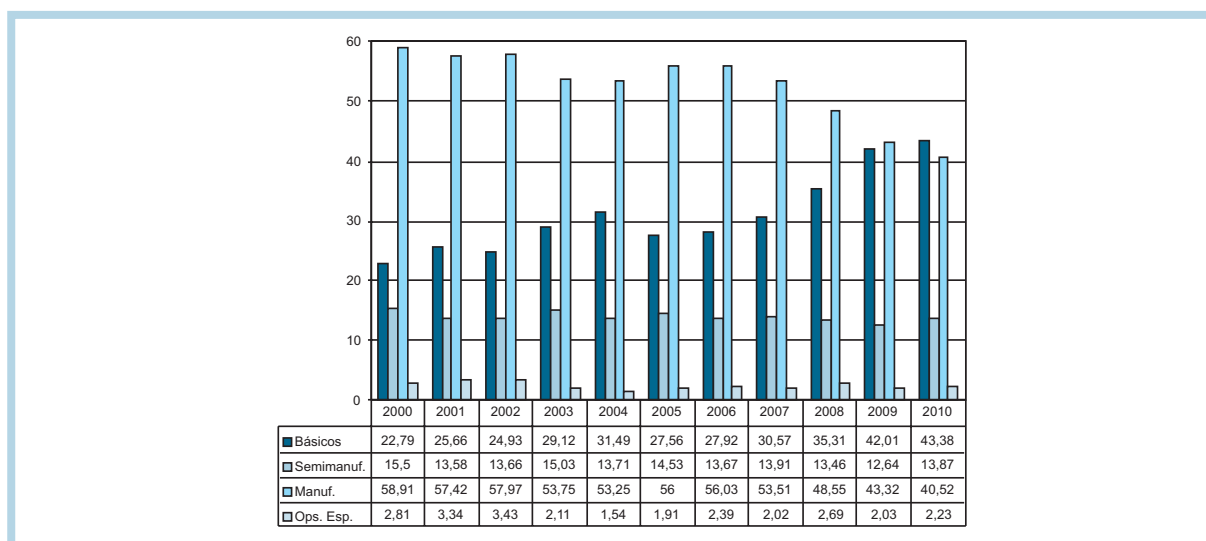


Gráfico 7 – Brasil. Exportações Brasileiras por Fator Agregado. Participação entre Janeiro/Junho de 2000 e Janeiro/Junho de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010c). **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Portanto, embora ainda diversificada, constata-se uma tendência crescente de concentração da pauta exportadora brasileira em poucos produtos primários, como mostra o Gráfico 7. Minério de ferro e soja responderam por 25% das exportações brasileiras em junho (BRASIL, 2010c).

O Nordeste contribui substancialmente para essa concentração em função do forte peso das *commodities* agrícolas e metálicas na sua pauta exportadora (para mais informações veja o capítulo 5 – Setor Externo).

As perspectivas para o resto do ano apontam para a continuidade do crescimento da economia

brasileira. O forte dinamismo da demanda interna será o grande responsável pela manutenção dos resultados favoráveis do Produto Interno Bruto do país. Entretanto, o ciclo recente de alta da Selic assim como o corte previsto de R\$ 10,1 bilhões nos gastos do governo são fatores que certamente irão desacelerar o ritmo de crescimento do PIB no segundo semestre. No front externo, preocupa os fortes sinais de retomada da crise internacional a partir dos países da zona do euro assim como o processo de reprimarização das exportações brasileiras, com participação crescente das *commodities* agrícolas e metálicas na pauta exportadora e o recuo das manufaturas.

3.2 – Produção Industrial do Brasil

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), divulgada pelo IBGE (2010c), a indústria não alterou seu nível de produção em maio em relação ao mês anterior. Essa estabilidade refletiu o incremento em 16 atividades e retração em 11. Entre os ramos

com resultados positivos, os de maior contribuição foram: bebidas (4,8%), material eletrônico e equipamentos de comunicações (6,1%), veículos automotores (1,4%) e máquinas para escritório e equipamentos de informática (5,7%).

Na comparação com maio de 2009, a indústria brasileira registrou aumento de 14,7%, a sétima alta consecutiva nesse indicador. A base de comparação em função dos efeitos da crise econômica mundial na atividade industrial contribuiu para esse resultado. Vale destacar que a produção cresceu em 23 dos 27 segmentos analisados, com destaque para veículos automotores (29%), máquinas e equipamentos (39,1%) e metalurgia básica (29,5%). Por categoria de uso, os resultados apontam expansão de 38,5% do segmento de bens de capital, seguido por bens intermediários (15,8%), bens de consumo duráveis (15,4%) e bens semiduráveis e não duráveis (7,8%).

No acumulado janeiro-maio, frente a igual período de 2009, 23 dos 25 ramos investigados e 78% dos produtos pesquisados apresentaram avanço. Em termos de categoria de uso, em todos os segmentos a variação foi positiva. A atividade de maior desempenho foi a de bens de capital (30,6%), refletindo a elevação dos investimentos na indústria brasileira. Na sequência, aparecem bens de consumo duráveis (23,8%) e bens intermediários (18,5%). Vale destacar que esses três ramos cresceram acima da média nacional (17,3%). Já o setor de bens de consumo semi

e não-duráveis teve acréscimo de apenas 7,8% (Gráfico 8).

A expansão da atividade industrial não alterou significativamente o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). Informações da Fundação Getúlio Vargas revelam uma progressão desse indicador no primeiro semestre. Entretanto, a utilização da capacidade produtiva ainda se encontra abaixo do nível verificado na fase anterior à intensificação da crise econômica mundial. Em junho, o Nuci atingiu 85,3% contra 86,3% observado em setembro/08.

Analisando por categoria de uso, houve estabilização do Nuci do setor de bens de consumo duráveis nos últimos três meses, que passou de 85,8% em abril para 85,3% em março. Essa estabilidade ocorreu apesar do crescimento da produção de bens de consumo nesse período, influenciado pela expansão do crédito e pelo aumento da massa salarial. Esse fato é reflexo da retirada dos incentivos fiscais para o setor, em especial a indústria automobilística e os eletrodomésticos da linha branca. No segmento de material de transportes, por exemplo, observa-se uma nítida queda do Nuci entre abril e junho (Gráfico 9).

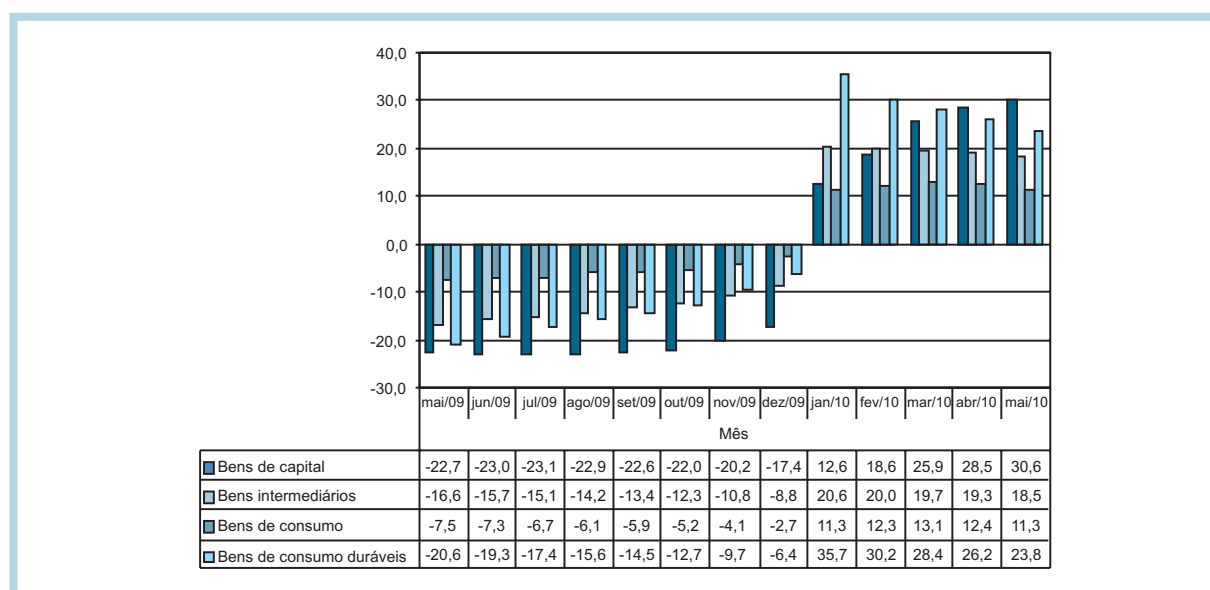


Gráfico 8 – Brasil. Produção Física Industrial de Bens de Capital e de Consumo Duráveis. Índice Mensal: Igual Mês do Ano Anterior – Maio de 2009 a Maio de 2010

Fonte: (IBGE, 2010c).

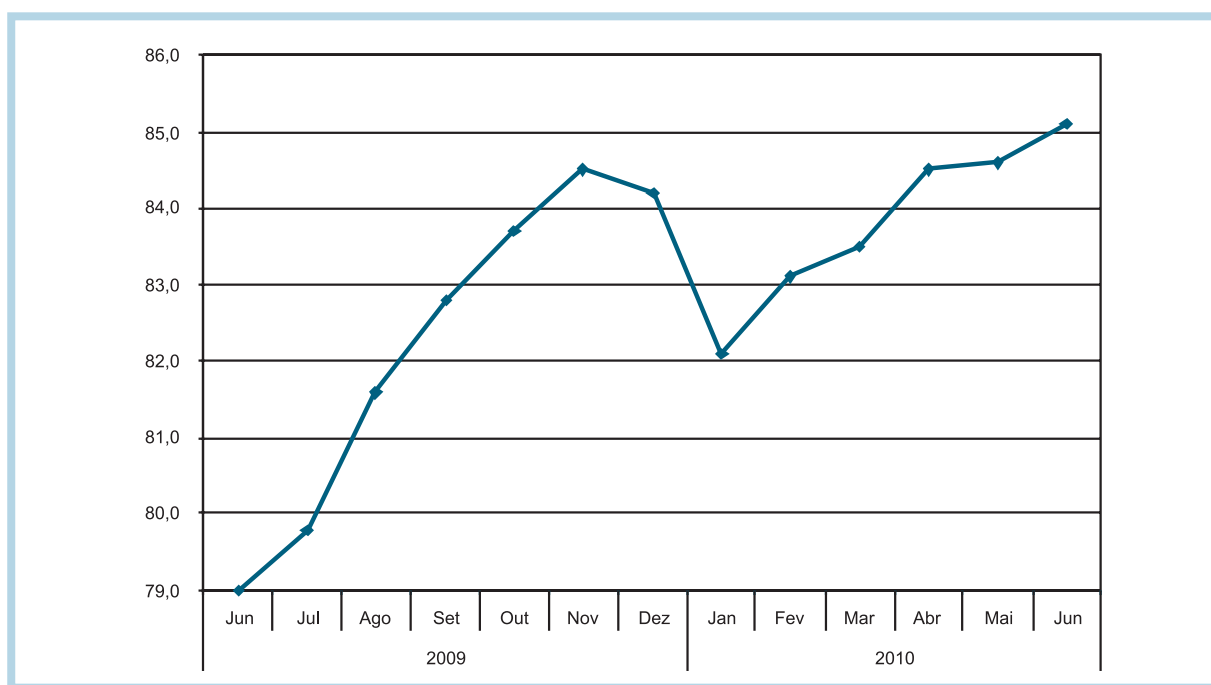


Gráfico 9 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada (%) com ajuste sazonal junho de 2009 a junho de 2010

Fonte: (FGV. 2010). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Ademais, o fato da demanda doméstica ter crescido nos últimos meses mais em função do investimento explica essa menor pressão sobre a utilização da capacidade instalada do setor.

O Nuci do setor de bens intermediários em maio foi de 86,2%, igual ao patamar do mês anterior e 8,2% maior que o de junho/09 (80,3%). A área foi amplamente beneficiada pela forte retomada da indústria de duráveis e de material de construção. A par disso, a recuperação dos preços internacionais de atividades exportadoras relacionados com o setor (petróleo e gás, celulose e ferro) foram cruciais para reduzir a ociosidade. Por outro lado, o aumento das importações de bens intermediários, em função do real apreciado, evitou que o segmento apresentasse expansão substancial do Nuci. No Brasil, as compras internacionais já registram acréscimo de 56,6%, enquanto os preços aumentaram apenas 1%, conforme registra a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - Funcex (2010) (Gráfico 10).

No setor de material de construção, a desoneração tributária e a forte expansão do crédito habitacional possibilitaram aumento significativo da capacidade instalada: 7,2% em 12 meses, passando de 84,1% para 90,2%. Esse nível de utilização se aproxima do registrado no imediato pré-crise.

O Nuci da indústria de bens de capital também sofreu avanço, passando de 74,3% em junho/09 para 83,8% em junho/10. Grande parte disso deve-se ao dinamismo do ramo de bens de capital para construção que registrou acréscimo de 154,6% no acumulado dos últimos cinco meses. Outro destaque foi o crescimento de 39,5% de bens de capital para fins industriais seriados.

O nível médio de ociosidade da indústria de bens de capital ainda não atingiu o patamar anterior à crise econômica mundial. Em junho/08, por exemplo, o Nuci estava em 89,9%. O processo de apreciação cambial contribui para reduzir o ritmo de crescimento da capacidade utilizada, ao

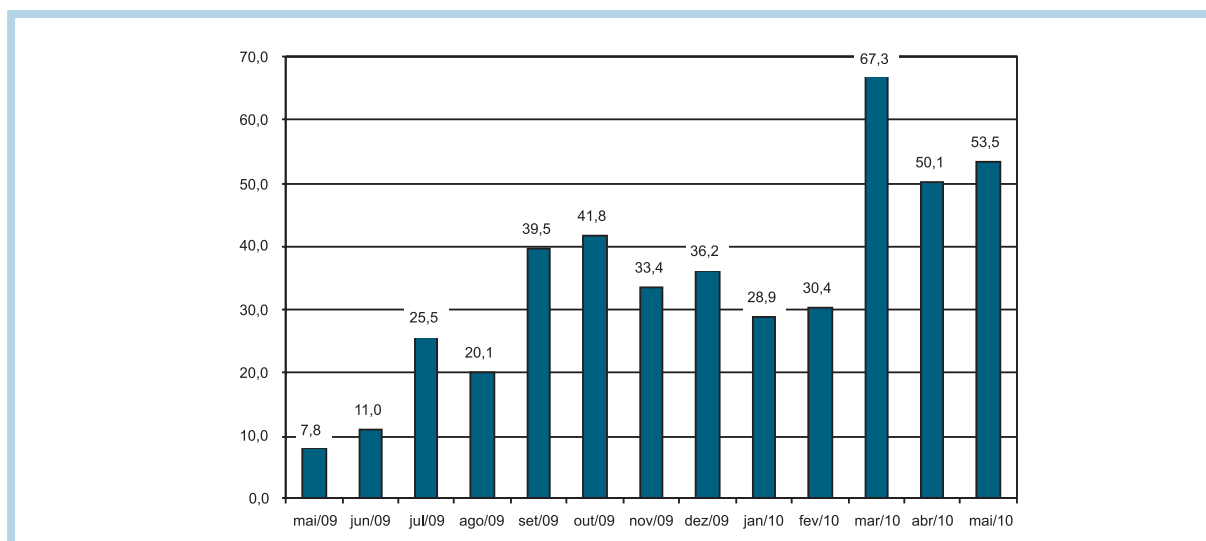


Gráfico 10 – Brasil. Índice de *Quantum* das Importações Brasileiras. Maio de 2009 a Maio de 2010. Base Média = 2006

Fonte: (FUNCEX, 2010).

reduzir os preços dos bens de capital, estimulando suas importações. O *quantum* importado já cresceu 46,6% e os preços caíram 3,2 entre maio de 2010 e maio de 2009 (FUNCEX, 2010).

Vale destacar também a recuperação, embora em menor ritmo, do segmento de bens de capital para fins industriais não seriados (8,2%). Esses bens de capital “sem rodas” que traduzem a realização de investimento de longo prazo foram certamente encomendados na fase anterior à crise econômica mundial.

Portanto, apesar da recuperação do nível de capacidade instalada em função da retomada da produção industrial, a ociosidade da indústria de

transformação permanece superior aos números constatados nos meses anteriores a setembro/08. A elevação dos investimentos na ampliação da capacidade produtiva assim como o forte crescimento das importações em todas as categorias de uso foram determinantes para evitar possíveis gargalos de oferta.

Além disso, o aumento de 4,7% da produtividade da indústria de transformação nos últimos 12 meses encerrados em abril, também contribuiu decisivamente para aumentar a capacidade de oferta e suportar um crescimento mais acentuado da demanda, conforme assinala o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (2010).

3.2.1 – Produção Industrial do Nordeste

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010,), a atividade industrial nordestina registrou acréscimo de 1,6% no mês de maio em confronto com o mês anterior, a décima taxa positiva

nessa base de comparação. Nas comparações interanuais, os resultados são expressivos: 19,9% em relação a maio de 2009 e 14,9% no acumulado do ano. O bom desempenho no indicador acumulado do ano decorreu da expansão dos 11 segmentos investigados, com ênfase para os de

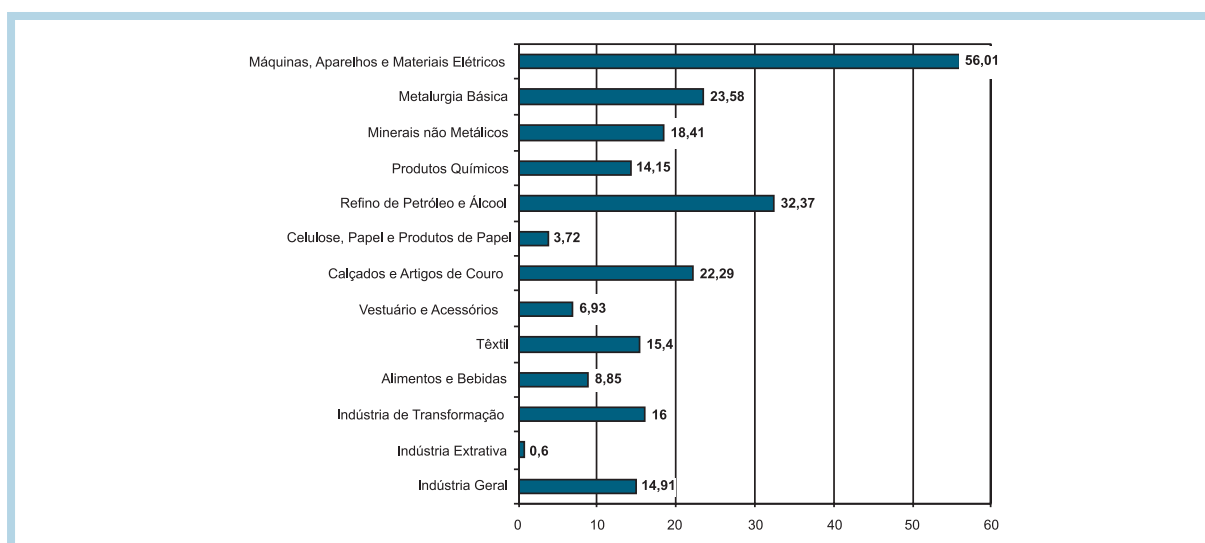


Gráfico 11 – Nordeste. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Ano (%)

Fonte: (IBGE, 2010d). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

refino de petróleo e produção de álcool (32,4%), produtos químicos (14,2%) e de alimentos e bebidas (8,9%) (Gráfico 11).

Vale destacar que os resultados positivos do segmento de refino de petróleo e produção de álcool deverão se intensificar nos próximos anos. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDE), divulgado recentemente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Brasil passará de importador a exportador de petróleo e derivados líquidos a partir de 2014 (GLOBAL21, 2010a). A construção de cinco refinarias até 2019 será determinante para essa mudança. Das cinco unidades quatro ficarão em estados nordestinos (RN, PE, CE e MA).

O bom desempenho da indústria química nordestina segue a tendência nacional. Conforme o Relatório de Acompanhamento Conjuntural da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim (2010a), a produção nacional de produtos químicos de uso industrial aumentou 12% no primeiro semestre de 2009, em função, sobretudo, da base comprimida do mesmo período do ano anterior. Entretanto, constata-se desaceleração da produção, com recuo em maio (0,6%) e junho (4,2%).

Já as vendas internas avançaram 9,8% nessa mesma base de comparação. Porém, observa-se igualmente declínio da demanda doméstica nos meses de maio (0,2%) e junho (1,6%) de 2010.

No Nordeste, o comportamento é praticamente o mesmo. Entre dezembro e maio, as taxas de crescimento no indicador acumulado são positivas, porém apresentam trajetória descendente. Ademais, o indicador mês/mesmo mês do ano anterior (1,8%) cresce menos do que o acumulado do ano (14,2%). Ou seja, os resultados mais recentes são piores do que os do início do ano (Gráfico 12).

Na avaliação da Abiquim (2010b) essa perda de dinamismo decorre de “algumas paradas programadas para manutenção e, também, em alguns casos, do adiamento de compras/estoques preventivos nas diversas cadeias, motivado pela expectativa de redução de preços no mercado internacional, em razão da não retomada das atividades no mercado mundial, culminando em aumento do excedente de produtos em diversas regiões consumidoras” (p.1). Ademais, a queda da produção resulta também “da entrada de novas capacidades no oriente médio, elevando a oferta de produtos no mercado internacional e pressionando consideravelmente os preços”.

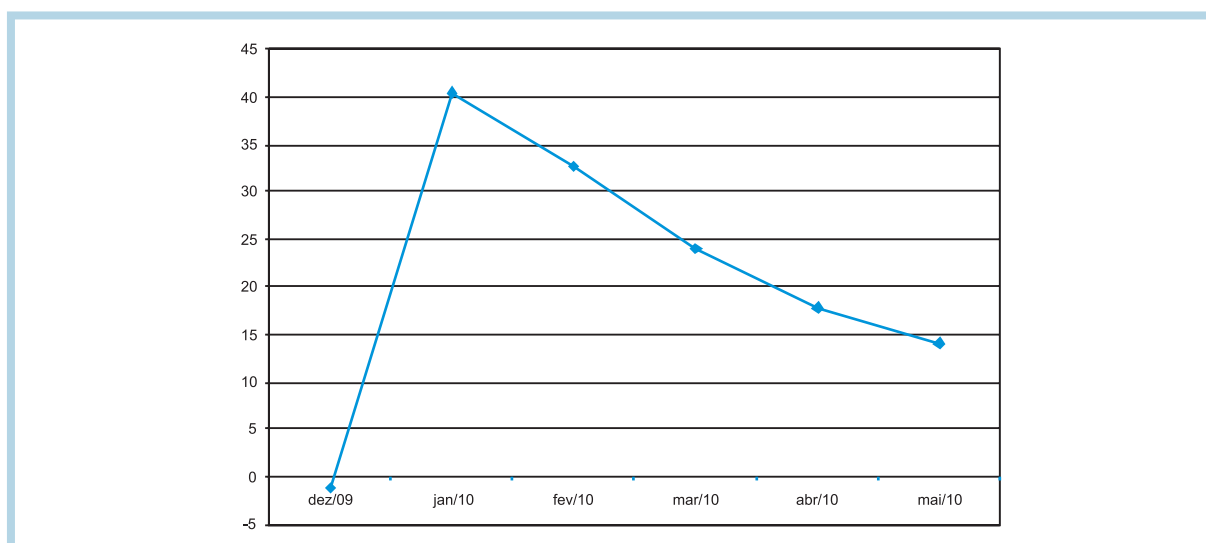


Gráfico 12 –Nordeste. Produção Industrial de Produtos Químicos – Dezembro de 2009 a Maio de 2010. Indicador Acumulado do Ano e Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: (IBGE, 2010d). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Outro remarque importante está associado ao crescimento de 38,6% do déficit da balança comercial do setor no acumulado dos seis primeiros meses de 2010 sobre o mesmo período de 2009. Contribuiu para esse desequilíbrio a expansão de 50% do volume importado, enquanto as exportações cresceram apenas 9,9% (ABIQUIM, 2010a).

Como decorrência, aumenta a participação das compras internacionais no consumo aparente nacional. Segundo o relatório da Abiquim, com base em uma amostra de produtos, as importações representam 25% do consumo aparente nos primeiros meses de 2010. Vale destacar que essa relação era de apenas 9% em 1990. A maior participação dos produtos importados bloqueia o avanço do nível de utilização da capacidade instalada. O Nuci do setor ficou em 79% em junho, cinco pontos percentuais abaixo da posição de maio de 2010 e quatro pontos no confronto com julho de 2009. No Nordeste, verifica-se um aumento substancial das importações de produtos químicos a partir do segundo semestre de 2009 (Gráfico 13).

As perspectivas de expansão do setor no Brasil e no Nordeste são positivas. De acordo com projeções do BNDES, a indústria petroquímica vai mais do que triplicar os investimentos entre 2010/13 considerando os US\$ 5 bilhões aplicados no período 2005/08. As inversões previstas para o quadriênio totalizam US\$ 17 bilhões, destacando-se os projetos do pólo petroquímico de Suape, em Pernambuco (GLOBAL21, 2010b).

A compra da petroquímica Quattor pela Braskem, no início de 2010, certamente contribuirá para a expansão do setor nos próximos anos. Com a consolidação patrimonial, a receita da nova empresa chegará a R\$ 25,8 bilhões, com 26 unidades e produção de 5,5 milhões de toneladas de resinas por ano. A empresa será a oitava maior petroquímica do mundo².

Vale destacar que a Braskem tem forte presença no Nordeste, com fábricas em Alagoas e na Bahia, onde se encontra o maior número de unidades in-

2 O controle da nova empresa será realizado pela holding BKR Investimentos Petroquímicos, com 93,3% do capital com direito a voto da Brakem. A Odebrecht detém 50,1% do capital da holding e a Petrobrás 49,9%. (GLOBAL 21, 2010b).

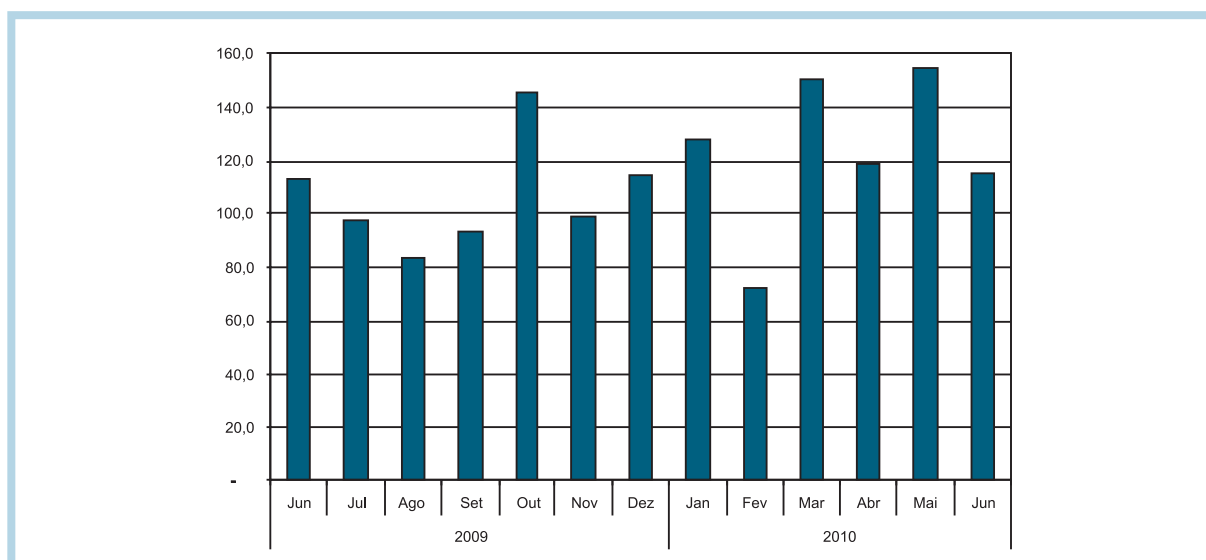


Gráfico 13 – Nordeste. Importações de Produtos Químicos. Junho de 2009 a Julho de 2010 – Volume Importado em Mil Toneladas

Fonte: (BRASIL, 2010d). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

dustriais do país, além de participar do projeto petroquímico de Suape (BRASKEM, 2010).

Dos estados nordestinos pesquisados, Pernambuco assinalou elevação de 1,5% da atividade industrial em maio em relação ao mês anterior abril, após diminuir 3,5% em abril nessa mesma base de comparação. No indicador mensal, a atividade industrial mostrou avanço de 22% em maio, em função da expansão de todos os segmentos envolvidos na pesquisa. Os maiores incrementos foram constatados em alimentos e bebidas (22,1%) e produtos químicos (19,1%). Vale salientar que esses dois ramos registram as maiores participações no Valor de Transformação Industrial (VTI) da indústria pernambucana.

O aumento da produção do setor de alimentos e bebidas nesse estado está associado ao acréscimo da produção de sovetes, refrigerantes, cervejas e chopes. A julgar pelo comportamento de alguns grupos empresariais, o dinamismo desse segmento permanecerá em Pernambuco. De acordo com a Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), o grupo Schincariol, maior companhia

de cerveja do Brasil com 100% de capital nacional, anunciou um programa de investimentos em modernização e ampliação das unidades produtivas em Pernambuco e na Bahia. Em Pernambuco, a capital Recife e o município de Igarassú serão beneficiados com inversões de R\$ 200 milhões nos próximos quatro anos (ABRABE, 2010). Já na Bahia, a empresa investirá R\$ 400 milhões na planta fabril de Alagoinhas.

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o aumento de 18% da atividade industrial de Pernambuco superou a média nacional (16,2%). As principais pressões positivas vieram de metalurgia básica (33,7%), produtos químicos (34,7%) e alimentos e bebidas (8,7%).

A indústria cearense recuou 0,9% em junho em relação a maio de 2010, após registrar expansão de 2,7% em abril. No indicador mês/mesmo mês do ano anterior, a produção industrial do estado registrou acréscimo de 20,2%, a sétima alta nessa base de comparação. As principais contribuições vieram de alimentos e bebidas (18,1%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (142,3%),

produtos químicos (36,7%) e refino de petróleo e produção de álcool (80,4%). Por sua vez, o segmento de calçados e artigos de couro assinalou estabilidade nesse indicador.

No acumulado do ano, a atividade fabril cearense registrou taxa positiva de 16,3%, com oito dos dez setores investigados apresentado crescimento na produção. As maiores influências positivas foram observadas em produtos químicos (47,8%), calçados e artigos de couro (21%) e alimentos e bebidas (9,5%).

O bom desempenho da indústria de calçados decorreu, principalmente, do aumento das exportações de calçados de plásticos e de couro. Nos primeiros seis meses do ano, as exportações de calçados cearenses alcançaram 38,2 milhões de pares pelo preço médio de US\$ 5,31, resultando no montante de US\$ 202,8 milhões. No mesmo período do ano anterior, a quantidade exportada foi de 26,8 milhões de pares ao preço médio de US\$ 5,45, com faturamento de US\$ 146 milhões (ABICALÇADOS, 2010).

Ou seja, os exportadores cearenses reduziram o preço para compensar o câmbio apreciado. Essa estratégia colocou o Ceará na liderança na lista de embarques e na segunda posição em termos financeiros, após o Rio Grande do Sul, apesar deste ter enfrentado retração no primeiro semestre. Vale destacar que o Ceará e o Nordeste se destacam pela produção de calçados feitos de material sintético, fundamentando estratégia de concorrência via preço³.

Com relação às vendas internacionais de couro, o Ceará foi primeiro lugar do Nordeste e o terceiro do país no primeiro semestre de 2010, com o total de US\$ 84,42 milhões, incremento de 69% no mesmo período de 2009. Com esse desempenho, a participação cearense alcançou

9,6% do exportado pelo país. Segundo a presidente do Sindicato da Indústria de Curtimento de Couros e Peles do Estado do Ceará, Roseane Oliveira de Medeiros, esse crescimento sequencia a expansão já observada no primeiro trimestre, quando as vendas internacionais somaram US\$ 40 milhões. Porém, o valor ainda não compensa a queda registrada no ano passado em relação a 2008 (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010).

Na Bahia, constatou-se acréscimo de 4% da produção industrial em maio comparativamente a abril de 2010. Já no indicador mensal, o aumento foi de 17,9%, o oitavo mês consecutivo de expansão. Sete dos nove setores assinalaram taxas positivas, com destaque para refino de petróleo e produção de álcool (108%), alimentos e bebidas (15,9%) e indústrias extrativas (16,2%).

O comportamento excepcional do ramo de refino de petróleo e produção de álcool em maio de 2010 reflete a paralisação de importante refinaria no mesmo período do ano passado e o aumento da produção de óleo diesel e naftas para petroquímica.

No acumulado janeiro-maio, a produção baiana avançou 16,3%, com crescimento generalizado em todos os nove ramos pesquisados. Os maiores acréscimos foram constatados em refino de petróleo e produção de álcool (45,6%) e produtos químicos (10,2%).

Dados da Agência Nacional de Petróleo (2010) indicam expansão de 37,9% do refino de petróleo no estado da Bahia no acumulado dos cinco primeiros meses do ano, recuperando os níveis observados na fase anterior à intensificação da crise financeira mundial (Gráfico 14).

O dinamismo do mercado interno e a recuperação da demanda externa por derivados de

3 Para uma análise do comportamento recente da atividade calçadista nordestina, sua distinção do resto do país e sua atuação no mercado exterior, ver: CASTRO e MOREIRA (2009).

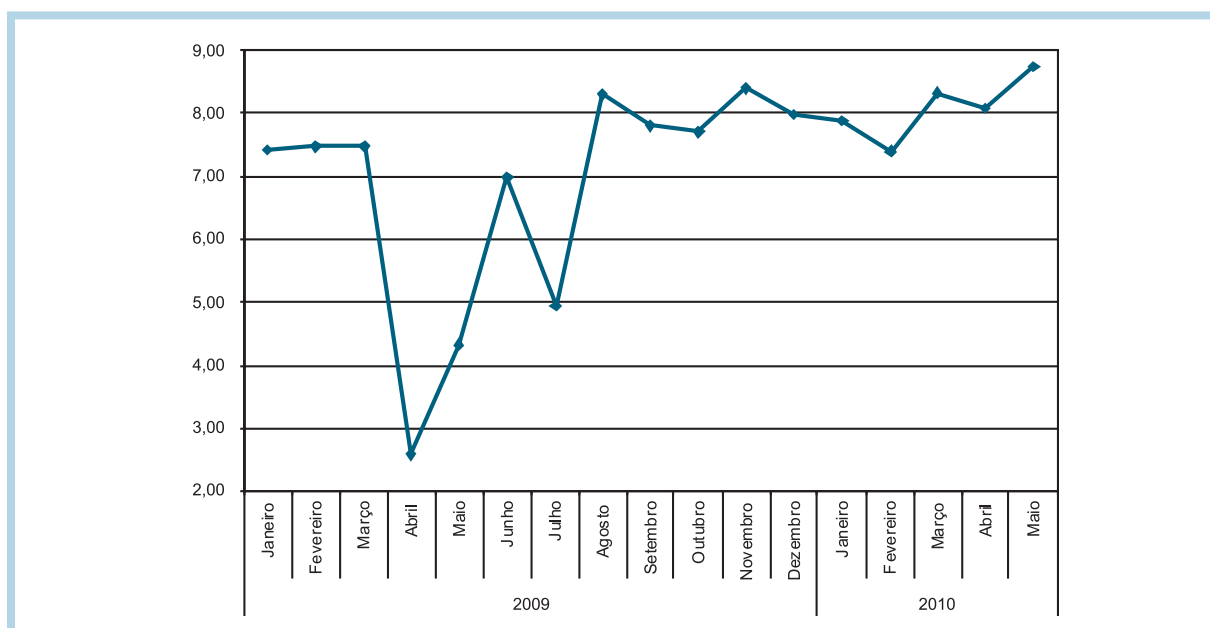


Gráfico 14 – Bahia. Volume de Petróleo Refinado pelo Estado da Bahia. Janeiro de 2009 a Maio de 2010 – Em Milhões de Barris Equivalentes de Petróleo

Fonte: (ANP, 2010). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

petróleo foram cruciais para esse desempenho. Entre os derivados de petróleo com maior expansão nessa base de comparação, destacam-

se o óleo diesel (52,7%), óleo combustível (51,6%), gasolina (29,8%) e nafta (29,8%) (Gráfico 15).

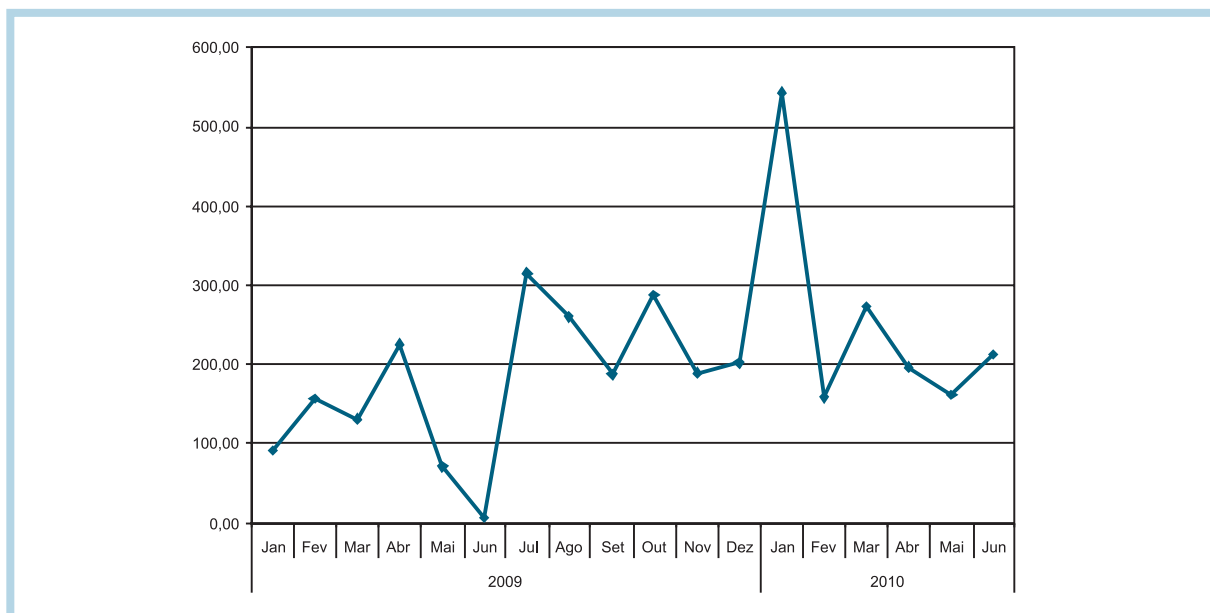


Gráfico 15 – Bahia. Exportação de Refino de Petróleo. Junho de 2009 a Junho de 2010 – Mil Toneladas

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.3 - Comércio

3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

O Relatório da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE revela que o comércio varejista, na análise da série ajustada sazonalmente, apresentou taxa de crescimento de 1,4% no volume de vendas na comparação maio/abril deste ano, após queda de 3,1% registrada no mês anterior. A receita nominal também cresceu 0,4% no mesmo período (Tabela 1).

Nas comparações sem ajustamento sazonal, as vendas em maio avançaram 10,2% e a receita nominal, 14,2%, relativamente a maio de 2009. No acumulado do ano, o desempenho foi um pouco melhor: 11,5% e 14,8%, respectivamente.

No caso do comércio varejista ampliado (incluindo a venda de veículos e motos, partes e peças e de material de construção), maio manteve o mesmo volume de vendas e receita nominal relativamente ao mês anterior com ajuste sazonal. Nessa base de comparação, quatro atividades acusaram redução no volume de vendas: móveis e eletrodomésticos (-0,3%); veículos e motos, partes e peças (-1,1%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,4%); e tecidos, vestuário e calçados (-3,3%).

Na série sem ajustamento, comparativamente a maio do ano passado, a expansão foi de 9,5% no volume de vendas e de 13,4% na receita no-

Tabela 2 – Brasil. Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC – (maio/10)

Atividades	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Maio	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Maio	Acumulado	
			Jan.- Mai. /10	12 Meses			Jan.- Mai. /10	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	0,4	14,2	14,8	12,0	1,4	10,2	11,5	8,8
1. Combustíveis e Lubrificantes	2,8	9,5	9,0	3,9	2,0	6,0	5,5	1,9
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	1,0	13,0	13,9	12,9	0,8	8,2	10,1	9,8
2.1. Super e Hipermercados	1,2	12,6	13,6	12,7	4,3	7,8	9,8	9,5
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	-2,0	17,7	17,5	10,8	-3,3	11,8	11,6	4,4
4. Móveis e Eletrodomésticos	0,4	21,9	21,6	10,8	-0,3	19,5	21,3	11,3
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	1,8	16,8	17,2	18,1	1,6	13,2	12,8	12,3
6. Equip. e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	-0,2	17,1	17,5	9,0	0,3	28,7	26,5	15,1
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	2,1	14,5	13,3	14,4	1,7	9,7	8,6	9,3
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	-0,6	10,3	13,4	15,9	-1,4	3,0	5,4	7,0
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	0,0	13,4	16,1	12,1	0,1	9,5	13,6	11,2
9. Veículos e Motos, partes e peças	0,0	9,4	17,6	12,9	-1,1	6,4	17,1	17,3
10. Material de Construção	2,6	24,7	21,4	9,7	2,4	19,9	17,0	3,5

Fonte: (IBGE, 2010f). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Série com ajuste sazonal.

minal. No acumulado do ano atingiu, respectivamente, 13,6% e 16,1%. No período de 12 meses, o volume de vendas cresceu 11,2% e a receita nominal, 12,1%.

Segundo o Instituto para Desenvolvimento do Varejo – IDV (2010), esse resultado deve-se à combinação dos seguintes fatores: conjuntura econômica relativamente favorável; bom nível de confiança do consumidor, boa disponibilidade de crédito, Copa do Mundo e baixa base de comparação (o Dia das Mães de 2009 foi bastante fraco).

Os segmentos hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (25,5%), veículos e motos, partes e peças (22,6%) e móveis e eletrodomésticos (20,1%) foram os que mais contribuíram para a composição da taxa global do varejo ampliado (Tabela 3).

Em maio, o segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo teve alta de 8,2% no volume de vendas sobre maio/09. No acumulado do ano, o acréscimo registrado nas vendas foi de 10,1% e nos últimos doze meses, de 9,8%. Segundo a PMC, o aumento do poder de compra da população decorrente do

aumento da massa de rendimento real dos ocupados justificou esse desempenho.

No setor de veículos e motos, partes e peças o volume de vendas teve crescimento real de 6,4% em maio/10 comparativamente a maio/09. No acumulado do ano e nos últimos 12 meses, a alta nas vendas do segmento foi de 17,1% e 17,3%, respectivamente. Esse desempenho reflete o fim da política de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) iniciada em dezembro de 2008.

A Copa do Mundo e a oferta de crédito contribuíram para a evolução de 19,5% no volume de vendas na área de móveis e eletrodomésticos em maio deste ano frente ao mesmo mês de 2009. No acumulado janeiro-maio, a variação atingiu 21,3% enquanto nos últimos 12 meses chegou a 11,3%.

A maior taxa de variação (28,7%) no volume de vendas na comparação maio/10 - maio/09 ocorreu no segmento equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação. Segundo dados de julho do IDV (2010), esse comportamento mostra o rápido crescimento das vendas e a renovação de celulares e computadores pelos usuários brasileiros.

Tabela 3 – Brasil: Composição da Taxa Mensal do Volume de Vendas do Comércio Varejista, por atividade*

Atividades	Comércio Varejista			Comércio Varejista Ampliado		
	Taxa	Comp. da Taxa		Taxa	Comp. da Taxa	
		Absoluta	Relativa		Absoluta	Relativa
Taxa Global	10,2	10,2	100,0	9,5	9,5	100,0
1. Combustíveis e Lubrificantes	6,0	0,6	5,8	6,0	0,4	3,8
2. Hiper, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	8,2	3,9	38,3	8,2	2,4	25,5
3. Tecidos, Vestuários e Calçados	11,8	0,9	9,1	11,8	0,6	6,0
4. Móveis e Eletrodomésticos	19,5	3,1	30,2	19,5	1,9	20,1
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	13,2	0,8	7,7	13,2	0,5	5,1
6. Equip. e Mat. para Escritório, Informática e Comunicação	28,7	0,5	5,3	28,7	0,3	3,5
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	9,7	0,1	0,8	9,7	0,1	0,5
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	5,6	0,3	2,7	3,0	0,2	1,8
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	-	-	-	6,4	2,1	22,6
10. Material de Construção	-	-	-	19,9	1,1	11,1

Fonte: (IBGE, 2010f). (*) Corresponde à participação dos resultados setoriais na formação da taxa global.

O segmento material de construção também ostentou significativa alta no volume de vendas em maio: 19,9% comparativamente ao mesmo mês de 2009, consequência, sobretudo, da redução do IPI

para cerca de 30 grupos de materiais de construção, da melhoria da renda, do maior otimismo do consumidor e da retomada da construção habitacional, inclusive de habitações populares.

3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

A expansão do comércio nordestino superou a média nacional no segundo trimestre de 2010. Esse resultado reflete condições mais favoráveis no Nordeste em relação a alguns importantes vetores de crescimento da atividade, tais como taxas de rendimento dos agentes econômicos, expansão do crédito e de oportunidades de trabalho.

O consumo depende da renda corrente e, dentre outros fatores, das expectativas dos consumidores sobre suas finanças e situação econômica futura do país. O Instituto Brasileiro de Economia-IBRE, da Fundação Getúlio Vargas, com base em pesquisa em sete capitais brasileiras, incluindo Recife e Salvador, mede e expressa expectativas dos consumidores por um índice de confiança que, em parte, pode traduzir sua predisposição para o gasto.

Alinhando-se a esse momento de crescimento do comércio, esse índice, calculado desde setembro/05, tem-se mostrado crescente a partir de março/10. Atingiu 120 pontos em julho, considerando-se os dados com ajuste sazonal, valor somente superado pelo resultado de março/08, quando atingiu o pico de 120,1 pontos na série histórica (Gráfico 16).

A análise a seguir sobre o desempenho do comércio varejista nordestino tem como base os dados e o conceito de volume de vendas da Pesquisa Mensal do Comércio – PMC, do IBGE, e apresenta valores nominais correntes deflacionados.

Como indicado no Gráfico 17, em sete estados nordestinos, entre janeiro e maio deste ano, as

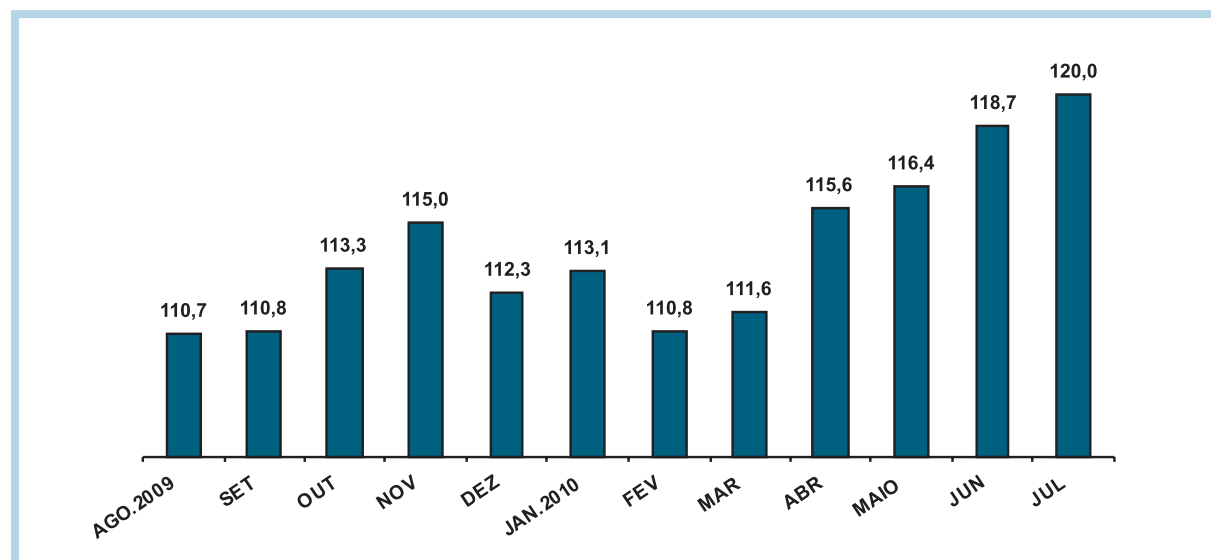


Gráfico 16 – Brasil e Estados. Índices de Confiança do Consumidor em Sete Capitais do Brasil nos Últimos 12 Meses

Fonte: (FGV; IBRE, 2010).

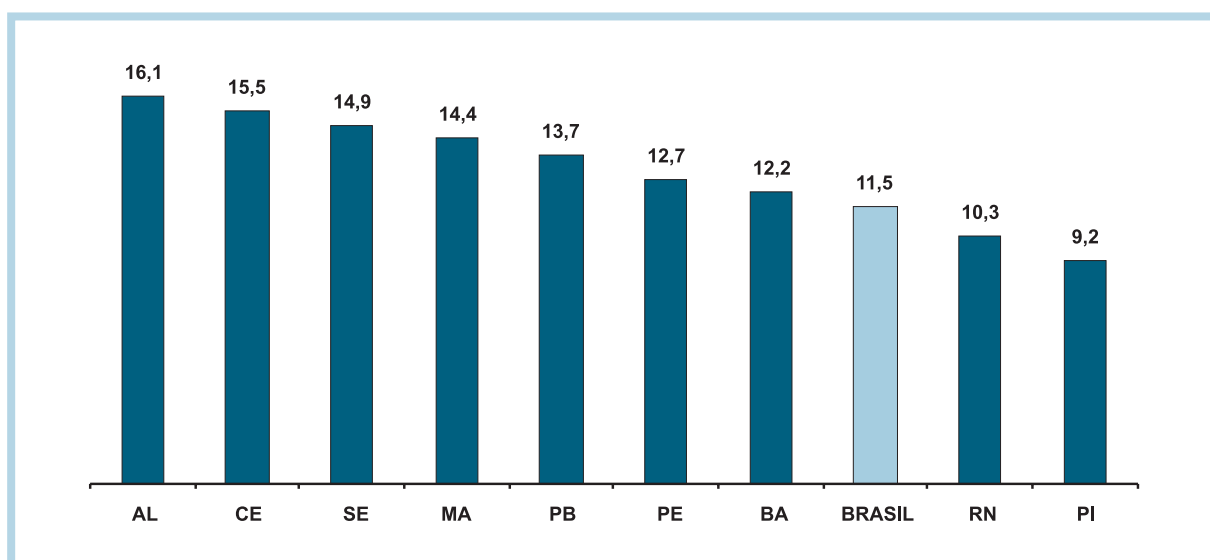


Gráfico 17 – Brasil e Estados do Nordeste. Taxas Percentuais de Variação Acumuladas do Volume de Vendas do Comércio Varejista – Janeiro a Maio de 2010

Fonte: (IBGE, 2010f).

taxas de variação acumuladas do volume de vendas do comércio varejista ficaram acima da registrada em escala nacional (11,5%), com destaque para Alagoas, Ceará, Sergipe e Maranhão, todos com taxas superiores a 14%.

No mês de maio de 2010, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte as taxas de variação foram negativas em relação ao mês anterior. Somente no

Maranhão (3,8%) e na Paraíba (4,3%), o aumento das vendas suplantou a média observada para o Brasil como um todo (1,4% em relação a abril).

A PMC fornece as taxas de variação do comércio varejista por atividade para os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, conforme a Tabela 4. Além das condições favoráveis ao crescimento diferenciado do comércio no Nordeste, este foi

Tabela 4 – Bahia, Ceará e Pernambuco. Taxas Percentuais de Variação Acumuladas do Volume de Vendas no Comércio Varejista por Atividades – Janeiro a Maio.2010¹

Atividades	Bahia	Ceará	Pernambuco
COMÉRCIO VAREJISTA	12,2	15,5	12,7
1. Combustíveis e Lubrificantes	5,4	5,0	11,6
2. Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	9,6	19,9	11,3
2.1. Hipermercados e Supermercados	9,5	20,6	11,2
3. Tecidos, Vestuário e Calçados	9,8	8,4	13,1
4. Móveis e Eletrodomésticos	28,1	22,9	14,6
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	13,1	7,6	19,3
6. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	22,0	25,3	37,8
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	7,9	8,5	8,9
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	4,8	6,6	12,1
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	13,8	20,0	14,0
9. Veículos e Motos, Partes e Peças	16,8	29,5	16,0
10. Material de Construção	21,4	17,5	17,9

Fonte: (IBGE, 2010f).

(1) Base no ano: Igual período do ano anterior =100.

privilegiado pelos mesmos fatores que impulsionaram o comércio no Brasil, já explicitados.

As atividades relativas a móveis e eletrodomésticos; equipamentos e materiais para escritório; veículos e motos, partes e peças e, finalmente, material de construção foram as de melhor desempenho no comércio varejista nos três estados nordestinos, ocupando uma das quatro primeiras posições em taxa acumulada de crescimento.

Em relação à taxa mensal (maio 2010/09), das quatro atividades com melhor comportamento a de material de construção se destacou mais, com avanço de 32,7% na Bahia. Em seguida, vieram

as seguintes atividades, com maior taxa de crescimento em dois estados: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria; equipamentos e materiais para escritório; veículos e motos, partes e peças; e material de construção.

Como mostra a Tabela 4, o estado do Ceará sobressaiu-se em crescimento acumulado em 2010, tanto no comércio varejista quanto no comércio varejista ampliado. Neste último, Bahia, Pernambuco e Ceará alcançaram taxas acumuladas de crescimento bem superiores às do Brasil, tendo o Ceará a maior (20%), com excepcional desempenho em veículos e motos, partes e peças (29,5%).

3.4 - Produção Agropecuária

3.4.1 - Agronegócio

3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento

D Passados seis meses do ano de 2010, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), pertencente à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, ainda não fechou os dados do PIB do agronegócio brasileiro relativo a 2009. Com a melhora das expectativas de desempenho da economia brasileira como um todo, é de se esperar que as taxas negativas observadas de janeiro a novembro de 2009 não venham a se repetir em 2010 (Tabela 5).

Baseado em metodologia própria, respaldada pela série temporal das variações mensais do PIB do agronegócio de janeiro de 2000 a novembro de 2009, acredita-se que tenha havido uma queda de 5,54% em 2009, mas que o panorama será melhor em 2010, com um crescimento de 2,38%.

Dessa forma, o PIB do agronegócio, em 2009, deve ter atingido o montante de R\$ 722,1 bilhões (a preços de 2008), evoluindo para R\$ 739,3 em 2010 (Gráfico 18).

Estima-se que o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira, a preços de junho/10, apresente crescimento de 3% em relação a 2009, levando em consideração as previsões do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE de junho/10 (Tabela 6).

Nesse cenário, o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária do Nordeste, em 2010, deverá ficar em volta de R\$ 39,7 bilhões, superando em 2,3% o valor previsto para 2009 (R\$ 38,8 bilhões). Desse total, 70% vêm da agricultura, com

Tabela 5 – Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2009 (%)

2009/2010	Agronegócio Global (B)
Janeiro 2009	-0,30
Fevereiro	-0,35
Março	-0,16
Abril	-0,59
Maio	-0,54
Junho	-0,63
Julho	-0,98
Agosto	-0,35
Setembro	-0,93
Outubro	-0,50
Novembro	-0,47
Dezembro 2009 (*)	-0,17
Estimativa para 2009	-5,54
Janeiro 2010	0,13
Fevereiro	0,36
Março	0,52
Abril	0,32
Maio	0,44
Junho	0,33
Julho 2010	0,39
Estimativa para 2010	2,38

Fonte: (BARROS; FACHINELLO; SILVA, 2010).

as lavouras temporárias representando 43% e as lavouras permanentes 27%, e os 30% complementares advindo da pecuária. Prevê-se faturamento de 3,1% para a agricultura nordestina e de 0,7% para a pecuária (Tabela 7).

No grupo das lavouras temporárias, conforme aventado na edição anterior de BNB-Conjuntura, o IBGE reduziu as previsões de safra de arroz, feijão e milho. Apenas com esses três produtos, a queda no VBP foi de R\$ 891 milhões.

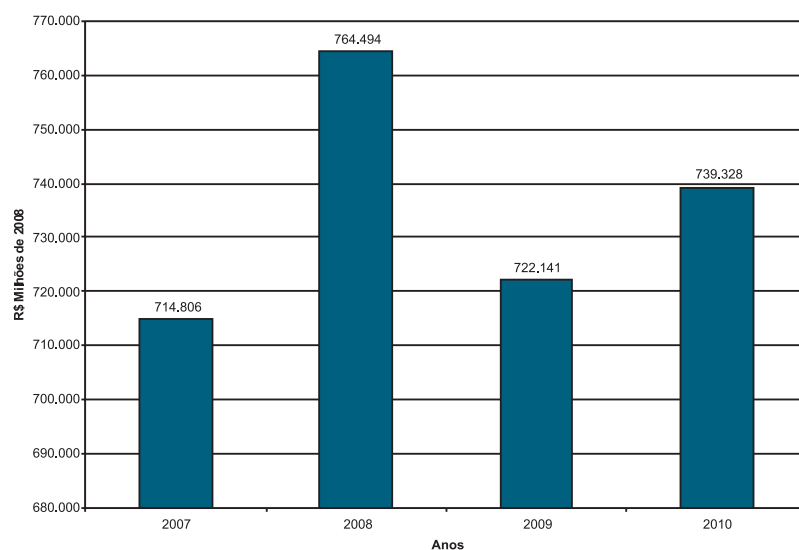


Gráfico 18 – Brasil. PIB do Agronegócio de 2007 a 2010.

Fonte: (BARROS; FACHINELLO; SILVA, 2010). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 6 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2009 e 2010

R\$ Milhões de junho/2010

Produtos	2009	2010	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	167.248,9	172.893,3	3,37	5.644
- lavouras temporárias (1)	129.417,0	131.642,6	1,72	2.226
- lavouras permanentes (2)	37.831,9	41.250,7	9,04	3.419
grãos	77.614,5	74.693,7	-3,76	-2.921
outras lavouras	89.634,4	98.199,6	9,56	8.565
Pecuários	89.763,8	92.727,1	3,30	2.963
- carnes (3)	68.992,8	70.725,6	2,51	1.733
- derivados (4)	20.771,0	22.001,5	5,92	1.231
Total	257.012,8	265.620,4	3,3	8.608

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta, sal, tangerina, tunque, urucum e uva.

(3) bovina, suína e de frango.

(4) leite e ovos.

Ao que tudo indica, a Confederação da Agricultura do Brasil não voltará a divulgar o Informe Rural, no qual, dentre outras informações, havia previsão sobre o VBP da pecuária nacional, base para o cálculo do VBP da pecuária regional por parte da equipe de conjuntura econômica do BNB-Etene. Assim, os valores constantes na Tabela 7

derivam da utilização de quantidades e preços de outras fontes, com a manutenção do crescimento (entre 2009 e 2010) previsto anteriormente pela CNA. Com esse procedimento, estima-se uma expansão de 0,7% para o VBP da pecuária regional, cenário melhor do que o previsto em março/2010.

Tabela 7 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2009 e 2010

(continua)

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
Lavoura temporária (a)							
Brasil						129.417.024	131.642.647
Nordeste						16.893.256	17.059.796
Abacaxi	Mil frutos	624.657	667.065	1,11	1,11	693.924	741.035
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.042.589	1.091.993	0,97	0,95	1.010.176	1.032.610
Alho	Tonelada	5.190	6.416	2,76	2,76	14.348	17.737
Amendoim (em casca)	Tonelada	17.533	18.498	0,77	1,02	13.459	18.876
Arroz (em casca)	Tonelada	1.087.242	945.476	0,80	0,81	870.562	768.950
Aveia							
Batata - doce	Tonelada	203.309	203.309	0,52	0,52	106.525	106.525
Batata - inglesa	Tonelada	293.730	306.200	1,33	1,51	390.857	462.890
Cana-de-açúcar	Tonelada	71.378.587	71.343.891	0,05	0,05	3.358.956	3.568.848
Cebola	Tonelada	370.117	277.169	0,91	1,13	337.472	312.155
Fava (em grão)	Tonelada	19.053	19.053	2,00	2,00	38.043	38.043
Feijão (em grão)	Tonelada	847.287	767.301	2,10	1,87	1.775.892	1.433.792
Fumo (em folha)	Tonelada	19.276	26.577	3,14	3,14	60.568	83.508
Girassol	Tonelada	3.525	2.086	0,62	0,62	2.196	1.300
Mamona (baga)	Tonelada	79.276	97.285	0,85	0,85	67.454	82.777
Mandioca	Tonelada	9.157.996	9.486.212	0,19	0,18	1.741.826	1.736.876
Melancia	Tonelada	607.850	607.850	0,42	0,42	257.686	257.686
Melão	Tonelada	316.221	316.221	0,67	0,67	213.387	213.387
Milho (em grão)	Tonelada	4.776.824	4.038.804	0,45	0,42	2.147.178	1.699.687

Tabela 7 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2009 e 2010

(conclusão)

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
Soja (em grão)	Tonelada	4.185.192	5.242.040	0,71	0,71	2.985.955	3.739.971
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	128.526	155.423	0,38	0,38	48.892	59.124
Tomate	Tonelada	648.867	604.055	1,17	1,13	757.899	684.019
Lavoura permanente (b)							
Brasil						37.831.917	41.250.670
Nordeste						10.131.249	10.791.235
Abacate	Tonelada	15.403	15.403	1,45	1,45	22.287	22.287
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	180	180	1,04	1,04	187	187
Banana	Tonelada	2.947.658	3.102.842	1,19	1,29	3.506.901	4.010.354
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	141.542	30.649	1,91	1,91	271.016	58.685
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	143.252	138.104	6,00	6,05	859.114	835.997
Café (beneficiado)	Tonelada	182.007	184.887	3,07	4,06	559.658	751.533
Caqui	Tonelada	196	196	0,17	0,17	33	33
Castanha-de-caju	Tonelada	217.603	291.187	0,93	0,93	201.851	270.109
Coco-da-baía	Mil frutos	1.146.139	1.449.553	0,58	0,59	659.441	850.631
Dendê (coco)	Tonelada	194.629	194.629	0,21	0,21	40.984	40.984
Figo	Tonelada	15	15	7,83	7,83	118	118
Goiaba	Tonelada	135.016	135.016	0,74	0,74	99.979	99.979
Guaraná (semente)	Tonelada	2.707	2.724	9,58	9,58	25.929	26.092
Laranja	Tonelada	1.770.764	1.792.867	0,30	0,26	533.548	474.141
Limão	Tonelada	73.141	73.141	0,90	0,90	65.560	65.560
Maçã	Tonelada	608	608	1,36	1,36	829	829
Mamão	Tonelada	1.179.101	1.179.101	0,87	0,87	1.021.627	1.021.627
Manga	Tonelada	816.862	816.862	0,88	0,88	722.238	722.238
Maracujá	Tonelada	465.925	465.925	1,37	1,37	637.449	637.449
Marmelo	Tonelada	175	175	2,65	2,65	464	464
Palmito	Tonelada	21.242	21.242	0,36	0,36	7.669	7.669
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.251	4.730	3,89	3,89	16.547	18.412
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	280.004	289.511	0,78	0,77	219.152	223.804
Tangerina	Tonelada	47.865	47.865	0,78	0,78	37.364	37.364
Urucum (semente)	Tonelada	2.426	2.426	2,26	2,26	5.473	5.473
Uva	Tonelada	253.749	251.024	2,43	2,43	615.830	609.217
Agricultura							
Brasil						167.248.941	172.893.317
Nordeste						27.024.505	27.851.031
Pecuária							
Brasil						89.763.824	92.727.119
Nordeste						11.813.218	11.890.382
Carne bovina	Tonelada	1.039.065	1.053.404	5,02	4,82	5.211.730	5.077.112
Frango	Tonelada	1.083.792	1.170.278	2,08	2,00	2.257.896	2.345.589
Leite	milhões de litros	2.796	2.865	0,70	0,71	1.961.154	2.029.660
Ovos	mil cx. de 30 dúzias	12.608	13.210	1,87	1,77	784.917	777.587
Suínos	Tonelada	639.560	655.357	2,50	2,53	1.597.521	1.660.434
Agropecuária							
Brasil						257.012.766	265.620.436
Nordeste						38.837.724	39.741.413
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						13,1	13,0
Lavoura permanente (b)						26,8	26,2
Agricultura (c)						16,2	16,1
Pecuária (d)						13,2	12,8
Agropecuária (c + d)						15,1	15,0

Fontes: IBGE (LSPA e PAM) (2010), FGV (2010) e AgraFNP (2010). Valores a preços de jun/2010.

Tabela 8 – Nordeste – Estimativa da Participação de Estados Selecionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2010

R\$ Milhões junho/2010

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	2.191	12,8	188	1,7	2.379	8,5	1.860	15,6	4.238	10,7
Piauí	1.147	6,7	127	1,2	1.274	4,6	1.000	8,4	2.274	5,7
Ceará	928	5,4	1.160	10,7	2.088	7,5	1.548	13,0	3.636	9,1
Rio Grande do Norte	574	3,4	461	4,3	1.036	3,7	496	4,2	1.531	3,9
Paraíba	909	5,3	490	4,5	1.399	5,0	606	5,1	2.005	5,0
Pernambuco	1.914	11,2	1.550	14,4	3.464	12,4	1.627	13,7	5.092	12,8
Alagoas	1.519	8,9	129	1,2	1.648	5,9	501	4,2	2.150	5,4
Sergipe	710	4,2	561	5,2	1.271	4,6	507	4,3	1.777	4,5
Bahia	7.168	42,0	6.125	56,8	13.292	47,7	3.746	31,5	17.038	42,9
Ba+Pe+Ce+Ma	12.201	71,5	9.022	83,6	21.223	76,2	8.781	73,8	30.004	75,5
Demais	4.859	28,5	1.769	16,4	6.628	23,8	3.109	26,2	9.737	24,5
Soma	17.060	100,0	10.791	100,0	27.851	100,0	11.890	100,0	39.741	100,0

Fontes: (IBGE; SIDRA, 2010). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Em termos estaduais, a Bahia continua na liderança do Valor Bruto da Produção, com 43% do VBP do Nordeste. Seguem-se Pernambuco (13%) e Maranhão (11%). Em qualquer dos componentes analisados (lavouras temporárias, permanentes e

pecuária), a Bahia desponta com a maior participação. O conjunto de quatro estados (BA, PE, CE, MA) representa três quartos do faturamento da pecuária regional (Tabela 8).

3.4.1.2 – Balança Comercial do Agronegócio

Decorrido o primeiro semestre de 2010, a balança comercial brasileira apresentou saldo positivo de quase US\$ 7,9 bilhões, 43% abaixo do obtido no mesmo período de 2009 (US\$ 13,9 bilhões) (Tabela 9).

No caso da balança comercial do Nordeste, a retração foi de tal ordem que gerou um resultado negativo de US\$ 67 milhões, modificando o comportamento apresentado em igual período de 2009, quando houve superávit de US\$ 723 milhões.

O agronegócio nacional teve um desempenho muito superior ao da balança comercial total do país, gerando saldo de US\$ 28,9 milhões, quase quatro vezes maior nesse primeiro semestre relativamente ao mesmo período de 2009. Do mesmo modo comportou-se a balança do agronegócio

nordestino frente à balança regional total, produzindo um saldo positivo de US\$ 2,4 bilhões (Tabela 9).

As exportações do agronegócio nacional no primeiro semestre de 2010 alcançaram US\$ 35 bilhões, alta de 39% sobre o primeiro semestre de 2009. O complexo soja, as carnes, o complexo sucroalcooleiro, os produtos florestais e o café constituíram os principais produtos exportados pelo setor, respondendo por 80,2% do total. No mesmo período, as importações passaram de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 6,1 bilhões, com incremento de quase 36% (Tabela 9). Cereais, farinhas e preparações; os produtos florestais; as fibras e produtos têxteis, os produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos e os pescados lideraram

Tabela 9 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2009 e 2010*

US\$ Milhões

Região/Estado	2009			2010		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	69.951,5	56.043,9	13.907,6	89.187,4	81.309,3	7.878,1
Brasil – Agronegócio(b)	31.440,0	4.479,0	26.961,0	34.973,0	6.080,5	28.892,5
Nordeste – Total (c)	5.090,9	4.367,7	723,1	7.706,8	7.773,5	-66,8
Nordeste – Agronegócio (d)	2.715,8	592,8	2.123,0	3.224,6	795,4	2.429,2
Alagoas	454,2	16,8	437,4	522,4	23,2	499,2
Bahia	1.344,0	189,8	1.154,2	1.631,6	249,4	1.382,2
Ceará	311,8	117,3	194,5	382,7	156,3	226,4
Maranhão	163,3	27,7	135,6	148,5	31,4	117,1
Paraíba	34,7	22,6	12,1	49,1	42,3	6,8
Pernambuco	223,4	186,9	36,5	301,8	251,6	50,2
Piauí	68,5	0,5	68,0	54,6	1,1	53,5
Rio Grande do Norte	98,3	15,8	82,5	115,6	20,9	94,7
Sergipe	17,6	15,3	2,3	18,4	19,1	-0,7
Variações % 2010/2009						
Brasil – Total				27,5	45,1	-43,4
Brasil – Agronegócio				11,2	35,8	7,2
Nordeste – Total				51,4	78,0	-109,2
Nordeste – Agronegócio				18,7	34,2	14,4
Alagoas				15,0	38,1	14,1
Bahia				21,4	31,4	19,8
Ceará				22,7	33,2	16,4
Maranhão				-9,1	13,4	-13,6
Paraíba				41,5	87,2	-43,8
Pernambuco				35,1	34,6	37,5
Piauí				-20,3	120,0	-21,3
Rio Grande do Norte				17,6	32,3	14,8
Sergipe				4,5	24,8	-130,4
Relações (%)						
b/a	44,9	8,0	193,9	39,2	7,5	366,7
d/c	53,3	13,6	293,6	41,8	10,2	-3.638,7
d/b	8,6	13,2	7,9	9,2	13,1	8,4

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

*Dados de janeiro a junho de cada ano.

as importações. Juntos, esses produtos representaram 68,5% do valor total importado.

Enquanto entre os principais produtos exportados do agronegócio, no âmbito nacional, houve avanços e recuos, o valor dos produtos importados listados anteriormente só aumentou, com destaque para os produtos florestais e hortícolas, com acréscimos de 72% e 94%, respectivamente, sobre o primeiro semestre de 2009.

No caso do Nordeste, o agronegócio exportou US\$ 3,2 bilhões no semestre, 34% superior ao valor alcançado no primeiro semestre de 2009. As maiores participações foram da Bahia (50,6%), Alagoas (16,2%), Ceará (11,9%) e Pernambuco (9,4%). Na região, apenas Maranhão e Piauí apresentaram decréscimo nas vendas em relação a 2009. Isso, entretanto, não afetou o resultado final das exportações, uma vez que os dois estados têm pouca expressão (6,3%) no total.

As informações por estado e por produto só estão atualizadas, na base de dados do Ministério da Agricultura, até maio/10. Considerando esse período, três produtos foram responsáveis por mais da metade (60,3%) do total exportado: açúcar (US\$ 749 milhões), celulose (US\$ 628,2 milhões), e soja em grãos (US\$ 247,5 milhões) (Tabela 10).

As importações de produtos do agronegócio aumentaram em todos os estados do Nordeste, especialmente no Piauí (120%) e em Pernambuco (35%). No período analisado (1º sem./10 – 1º sem./09), apenas o estado de Pernambuco se sobressaiu em termos absolutos (US\$ 59,6 milhões acrescidos às importações, representando 7,5% das importações regionais).

O exame das informações por produto e por estado até maio/2010, mostra que apenas três

produtos já são responsáveis por 55,7% do total importado: cereais (37%), produtos e subprodutos da indústria de moagem (10,1%) e cacau partido ou inteiro (8,6%). Pernambuco e Bahia são as portas de entrada das importações do agronegócio, posto que, juntos, responderam por 63% do montante. Além disso, aparecem como os principais importadores de quase todos os produtos listados na Tabela 11.

Praticamente todos os estados do Nordeste contribuíram positivamente para o saldo do agronegócio regional (o déficit de US\$ 700 mil apresentado por Sergipe pode ser considerado insignificante). Contudo, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte registraram, nesse primeiro semestre de 2010, saldo inferior ao obtido no mesmo período de 2009. A Bahia aumentou o seu saldo comercial em US\$ 228 milhões enquanto o Maranhão perdeu US\$ 18,5 milhões.

Tabela 10 – Nordeste – Principais Produtos Exportados do Agronegócio, de Janeiro a Maio/2010
US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum.	Princ. Exportadores
1 Açúcar	749,0	27,8	27,8	AL, PE, RN
2 Celulose	628,2	23,3	51,1	BA
3 Soja em Grãos	247,5	9,2	60,3	BA, MA, PI
4 Algodão e Produtos Têxteis de Algodão	129,6	4,8	65,1	BA, PB, CE, RN
5 Couro e Pele de Bovino	118,2	4,4	69,5	CE, BA
6 Produtos do Cacau	117,0	4,3	73,8	AL, PE, RN
7 Nozes e Castanhas	100,1	3,7	77,5	CE, RN
8 Frutas Frescas	91,2	3,4	80,9	CE, RN, BA, PE
9 Farelo de Soja	87,4	3,2	84,1	BA
10 Produtos de Couro e Peleteria	82,2	3,0	87,2	CE, BA
11 Papel	55,3	2,1	89,2	BA
12 Álcool	52,5	1,9	91,2	AL
13 Café Verde e Café Torrado	42,4	1,6	92,8	BA
14 Sucos de Outras Frutas	23,7	0,9	93,6	CE, PE
15 Outros	171,5	6,4	100,0	
Total	2.695,8	100,0		

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 11– Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio, de Janeiro a Maio/2009
US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum.	Princ. Importadores
1 Cereais	250,7	37,0	37,0	CE, PE, BA, MA
2 Produtos e Subprodutos da Indústria de Moagem	68,3	10,1	47,0	PE
3 Cacau Inteiro ou Partido	58,2	8,6	55,6	BA
4 Algodão e Produtos Têxteis de Algodão	55,6	8,2	63,8	BA
5 Óleos Vegetais	41,9	6,2	70,0	BA
6 Peixes	35,8	5,3	75,3	PE
7 Borracha Natural e Gomas Naturais	31,8	4,7	79,9	BA
8 Papel	29,5	4,4	84,3	PE
9 Bebidas Alcoólicas	22,8	3,4	87,7	PE
10 Carne Bovina	7,8	1,2	88,8	PE
11 Produtos do Cacau	7,6	1,1	89,9	BA
12 Celulose	6,7	1,0	90,9	PE
13 Óleo de Soja	6,5	1,0	91,9	PE
14 Couro e Pele de Bovino	5,4	0,8	92,7	CE
15 Outros	49,7	7,3	100,0	
Total	678,39825	100,0		

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.2 - Agricultura

De acordo com o décimo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para a safra 2009/2010, a área plantada com grãos no Brasil terá uma redução de 0,7% em relação à safra anterior, totalizando 47,3 milhões de hectares. As culturas com maiores reduções de área serão milho primeira safra, feijão segunda safra e arroz. A irregularidade climática no Centro-Oeste e Nordeste e os preços abaixo das expectativas dos produtores são os principais fatores relacionados com essa retração.

Apesar da menor área plantada, a produção nacional de grãos deverá crescer 8,6%, resultado de uma melhoria de 9,3% na produtividade. A estimativa de colheita alcança 146,7 milhões de toneladas, contra 135,1 milhões da safra 2008/09.

No Nordeste, a soja e o algodão cultivados no cerrado deverão ser responsáveis pelo aumento

da produção local de grãos, estimada em 12,2 milhões de toneladas, 4,3% superior à safra anterior (Tabela 12).

Algodão

A expectativa para 2009/10 é de pequeno crescimento da área plantada com algodão no Brasil, de 843,2 mil para 846 mil hectares. Também se confirma o incremento na produtividade, resultado das condições climáticas que foram favoráveis à cultura. A produção nacional será de 3,2 milhões de toneladas, 4,1% superior à safra 2008/09.

No Nordeste, espera-se redução da área plantada em todos os estados com repercussão direta na produção. As maiores quedas são previstas na Paraíba (84,6%), Alagoas (48,4%) e Piauí (40,8%). Para contrabalançar, Maranhão e Bahia acusam melhora na produtividade, com destaque

Tabela 12 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	1.607,5	1.663,1	3,5	2.372	2.463	3,8	3.812,2	4.096,3	7,5
Nordeste	8.164,9	7.811,6	-4,3	1.431	1.560	9,0	11.682,9	12.187,5	4,3
Maranhão	1.349,0	1.444,6	7,1	1.597	1.767	10,6	2.154,0	2.552,4	18,5
Piauí	1.016,1	1.015,0	-0,1	1.557	1.388	-10,9	1.582,0	1.408,5	-11,0
Ceará	1.362,5	1.070,3	-21,4	620	441	-28,9	844,5	471,6	-44,2
Rio Grande do Norte	153,0	115,1	-24,8	615	552	-10,2	94,1	63,5	-32,5
Paraíba	413,2	255,1	-38,3	624	467	-25,2	257,8	119,1	-53,8
Pernambuco	648,9	647,1	-0,3	601	480	-20,1	390,3	310,7	-20,4
Alagos	161,3	130,6	-19,0	629	739	17,5	101,5	96,5	-4,9
Sergipe	217,9	230,1	5,6	3.094	3.482	12,5	674,2	801,1	18,8
Bahia	2.843,0	2.903,7	2,1	1.964	2.192	11,6	5.584,5	6.364,1	14,0
Centro-Oeste	15.253,1	15.628,7	2,5	3.220	3.277	1,8	49.119,7	51.208,4	4,3
Sudeste	4.820,3	4.735,8	-1,8	3.569	3.640	2,0	17.204,9	17.239,5	0,2
Sul	17.828,6	17.496,4	-1,9	2.990	3.544	18,5	53.314,8	62.014,3	16,3
Norte/Nordeste	9.772,4	9.474,7	-3,0	1.586	1.719	8,4	15.495,1	16.283,8	5,1
Centro-Sul	37.902,0	37.860,8	-0,1	3.157	3.446	9,2	119.639,4	130.462,2	9,0
Brasil	47.674,4	47.335,5	-0,7	2.835	3.100	9,3	135.134,5	146.746,0	8,6

Fonte: (CONAB, 2010a). (*) Produtos Selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª, 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

para o Oeste baiano (de 3.330 kg/ha para 4.020 kg/ha). A produção nesses dois estados deverá crescer 8% e 15,2%, respectivamente. Com isso, a produção regional ficará 12,7% acima da safra 2008/09, totalizando 1,2 milhão de toneladas (Tabela 13).

Tabela 13 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	2,8	3,7	32,1	3.150,0	3.750,0	19,0	8,8	13,9	58,0
Nordeste	330,8	302,2	-8,6	3.121,0	3.849,0	23,3	1.032,4	1.163,3	12,7
Maranhão	12,8	11,7	-8,6	3.240,0	3.825,0	18,1	41,5	44,8	8,0
Piauí	11,2	6,6	-41,1	3.060,0	3.596,0	17,5	34,3	23,7	-30,9
Ceará	3,8	2,7	-28,9	720,0	1.041,0	44,6	2,7	2,8	3,7
Rio Grande do Norte	9,0	6,2	-31,1	506,0	513,0	1,4	4,6	3,2	-30,4
Paraíba	5,2	0,8	-84,6	700,0	646,0	-7,7	3,6	0,5	-86,1
Pernambuco	2,5	2,4	-4,0	750,0	652,0	-13,1	1,9	1,6	-15,8
Alagoas	3,1	1,6	-48,4	240,0	287,0	19,6	0,7	0,5	-28,6
Bahia	283,2	270,2	-4,6	3.330,0	4.020,0	20,7	943,1	1.086,2	15,2
Centro-Oeste	481,6	520,6	8,1	4.080,0	3.807,0	-6,7	1.965,0	1.982,0	0,9
Sudeste	22,5	19,8	-12,0	3.762,0	3.685,0	-2,0	84,7	73,0	-13,8
Sul	5,5	0,2	-96,4	2.430,0	2.130,0	-12,3	13,4	0,4	-97,0
Norte/Nordeste	333,6	305,9	-8,3	3.121,0	3.848,0	23,3	1.041,2	1.177,2	13,1
Centro-Sul	509,6	540,6	6,1	4.048,0	3.802,0	-6,1	2.063,1	2.055,4	-0,4
BRASIL	843,2	846,5	0,4	3.681,0	3.819,0	3,7	3.104,3	3.232,6	4,1

Fonte: (CONAB, 2010a).

No mercado interno, pressionados pela colheita no cerrado, os preços do algodão apresentaram tendência de queda em maio/10. Com o avanço do volume negociado, o que reduziu a oferta, os preços voltaram a reagir a partir da metade do mês de junho. Considerando o período janeiro/julho de 2010 observa-se valorização do preço do produto. No início de julho, a cotação da arroba da pluma de algodão chegou a R\$ 56,2 em São Paulo, R\$ 53,2 em Barreiras (BA) e R\$ 56,6 em Fortaleza (CE), alta de 25%, 26,8% e 26,7%, respectivamente, em relação a janeiro (Gráfico 19).

No cenário internacional, dados do USDA, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, mostram perspectiva de aumento de 10,7% na produção mundial, totalizando 24,8 milhões de toneladas. Porém, o consumo também deverá aumentar para 25,9 milhões de toneladas, reduzindo dessa forma os estoques de passagem. Portanto, no médio prazo, o preço do algodão deverá ser mantido.

Feijão

Na safra 2009/10 foram cultivados 1,4 milhão de hectares na primeira safra⁴, área 0,6% inferior à de 2008/09, enquanto na segunda safra também ocorreu redução de área (21%). Esse resultado está associado, sobretudo, aos baixos preços pagos ao produtor, à concorrência com outras culturas mais rentáveis, a exemplo do milho, soja e cana-de-açúcar, que no momento do plantio apresentavam melhor desempenho comercial.

Nesse contexto, estima-se queda de 11% na área total plantada com feijão (1ª, 2ª e 3ª safras) no Brasil e, embora esteja previsto aumento de 7,2% na produtividade, a produção nacional deve cair 4,5%. Deverão ser produzidas 3,3 milhões de toneladas em uma área de 3,7 milhões de hectares.

No Nordeste, além dos preços baixos, ocorreram problemas climáticos que causaram queda na produtividade. Na safra 2009/10, houve re-

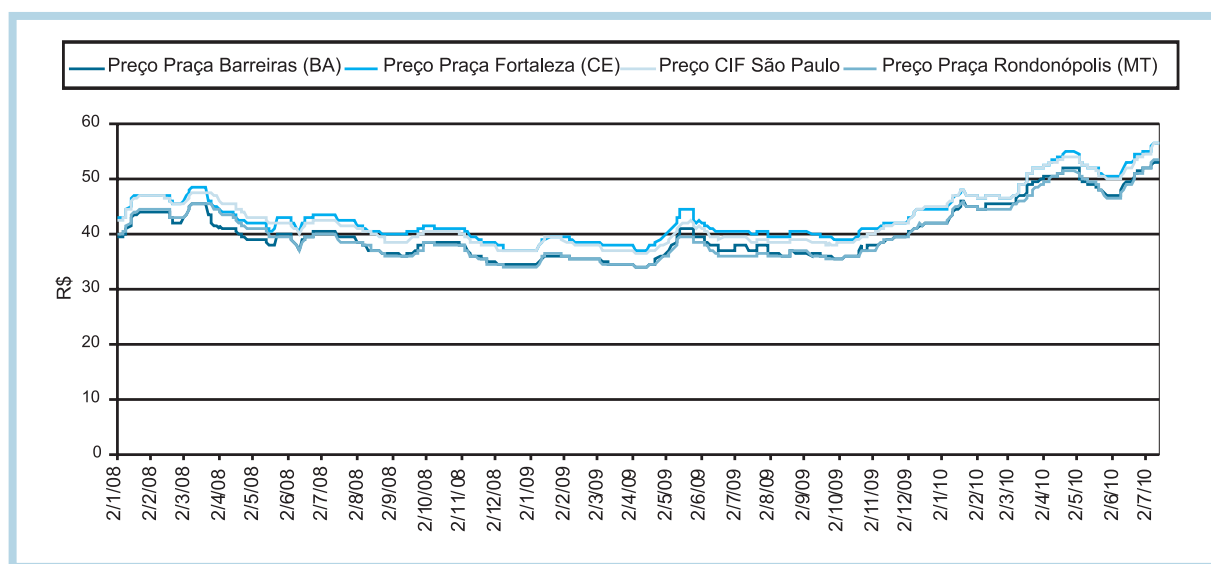


Gráfico 19 –Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2008 a julho/2010

Fonte: (CONSULTORIA , MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

⁴ A chamada primeira safra do feijão no Brasil consiste naquela cujo plantio é realizado no período de out/nov no Centro-Sul e nov/dez no Norte-Nordeste.

Tabela 14 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	167,2	144,5	-13,6	844,0	710,0	-15,9	141,1	102,7	-27,2
Nordeste	2.183,9	1.950,5	-10,7	413,0	390,0	-5,6	901,3	760,8	-15,6
Maranhão	96,8	85,0	-12,2	457,0	281,0	-38,5	44,3	23,9	-46,0
Piauí	246,5	214,5	-13,0	256,0	187,0	-27,0	63,0	40,1	-36,3
Ceará	589,1	458,2	-22,2	270,0	218,0	-19,3	159,3	99,9	-37,3
Rio Grande do Norte	59,2	46,6	-21,3	390,0	362,0	-7,2	23,1	16,9	-26,8
Paraíba	205,5	130,4	-36,5	390,0	388,0	-0,5	80,1	50,6	-36,8
Pernambuco	316,7	310,4	-2,0	432,0	394,0	-8,8	136,7	122,4	-10,5
Alagoas	83,5	67,0	-19,8	460,0	541,0	17,6	38,4	36,2	-5,7
Sergipe	35,8	42,4	18,4	559,0	697,0	24,7	20,0	29,6	48,0
Bahia	550,8	596,0	8,2	611,0	572,0	-6,4	336,4	341,2	1,4
Centro-Oeste	285,6	250,8	-12,2	1.657,0	1.858,0	12,1	473,4	465,9	-1,6
Sudeste	634,6	617,2	-2,7	1.493,0	1.498,0	0,3	947,7	924,3	-2,5
Sul	876,5	729,0	-16,8	1.172,0	1.481,9	26,4	1.027,1	1.080,3	5,2
Norte/Nordeste	2.351,1	2.095,0	-10,9	443,0	412,0	-7,0	1.042,4	863,5	-17,2
Centro-Sul	1.796,7	1.597,0	-11,1	1.363,0	1.547,0	13,5	2.448,2	2.470,5	0,9
Brasil	4.147,8	3.692,0	-11,0	842,0	903,0	7,2	3.490,6	3.334,7	-4,5

Fonte: (CONAB, 2010a).

dução de 10,7% na área plantada com feijão no Nordeste, de 5,1% no rendimento por hectare e de 15,6% na produção total comparada à safra 2008/09 (Tabela 14).

O preço do feijão depreciou-se durante todo o ano passado, começando a reagir a partir de fevereiro de 2010, devido à frustração de safra causada pelas condições climáticas adversas,

principalmente no Nordeste. No início de julho, a saca de 60 kg do tipo carioca foi comercializado a R\$ 130,00 em Barreiras (BA), R\$ 135,00 em Irecê (BA) e R\$ 127,50 em São Paulo, alta de 103,1%, 112,6%, 70%, respectivamente, entre janeiro e julho deste ano. O feijão preto foi cotado a R\$ 97,50 em São Paulo, aumento de 25,8% no mesmo período (Gráfico 20).

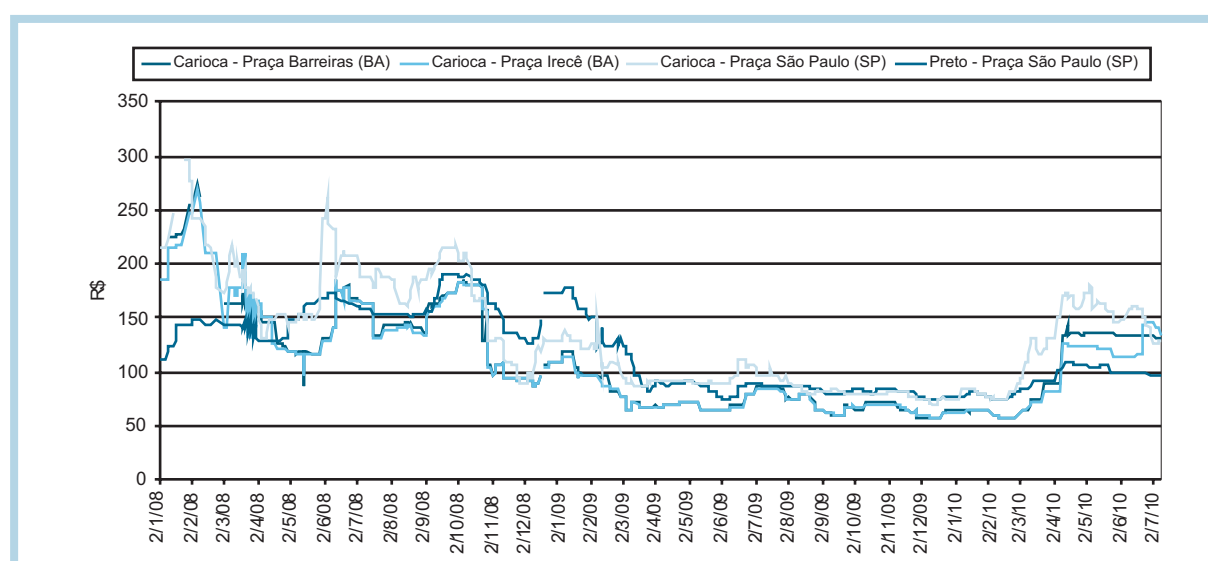


Gráfico 20 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2008 a julho/2010

Fonte: (CONSULTORIA , MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Milho

A área plantada em 2009/10, cerca de 13 milhões/ha, registra recuo de 8,7% sobre a safra anterior, em função sobretudo do grande volume do produto no mercado e dos preços praticados, abaixo da expectativa dos produtores. O Sul, onde ocorreu o maior incremento de produtividade, também é responsável pela maior fatia da produção na safra 2009/10. No Centro-Oeste, houve prejuízos com os veranicos na segunda safra enquanto no Nordeste, a falta de chuvas prejudicou todas as fases da cultura.

No Nordeste, apenas Sergipe e Maranhão deverão apresentar alta na produção. Na maioria dos demais estados o quadro é de queda em termos de área plantada e produtividade por conta das condições climáticas adversas. Em 2009/10, a safra nordestina de milho deverá ser de 4,1 milhões de toneladas em 2.737,7 mil hectares (Tabela 15).

Os preços do milho permaneceram estáveis no início de 2010. A partir de maio, observou-se tendência de crescimento devido a especulações quanto ao clima desfavorável no Centro-Oeste, possibilidades de geadas no Paraná e à retomada dos leilões do Prêmio de Escoamento de Produto (PEP). Em julho de 2010, a saca de 60 kg foi comercializada a R\$ 16,50, em Barreiras (BA); a R\$ 21,00, em Fortaleza (CE); a R\$ 14,70, em Cascavel (PR) e a R\$ 17,50, em São Paulo (preço CIF). As expectativas são de que o preço interno do milho permaneça estável em 2010, pois os estoques de passagem estão elevados (Gráfico 21).

Para a safra 2009/10, o USDA estima uma produção mundial de 809 milhões de toneladas de milho para um consumo de 816,8 milhões de toneladas. Mesmo assim, o volume dos estoques mundiais ficará acima do esperado e nesse contexto, não se espera recuperação do preço internacional do produto.

Tabela 15 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	521,4	529,5	1,6	2.393,0	2.387,0	-0,3	1.247,5	1.263,7	1,3
Nordeste	3.030,0	2.737,7	-9,6	1.532,0	1.511,0	-1,4	4.642,4	4.135,7	-10,9
Maranhão	373,4	382,4	2,4	1.350,0	1.354,0	0,3	504,1	517,8	2,7
Piauí	329,6	309,8	-6,0	1.503,0	1.158,0	-23,0	495,4	358,7	-27,6
Ceará	689,3	546,7	-20,7	805,0	523,0	-35,0	554,9	285,9	-48,5
Rio Grande do Norte	71,2	52,3	-26,5	604,0	493,0	-18,4	43,0	25,8	-40,0
Paraíba	194,0	120,4	-37,9	857,0	561,0	-34,5	166,3	67,5	-59,4
Pernambuco	309,7	317,1	2,4	685,0	500,0	-27,0	212,1	158,6	-25,2
Alagoas	71,3	59,0	-17,3	654,0	717,0	9,6	46,6	42,3	-9,2
Sergipe	172,7	174,6	1,1	3.560,0	4.088,0	14,8	614,8	713,8	16,1
Bahia	818,8	775,4	-5,3	2.449,0	2.535,0	3,5	2.005,2	1.965,3	-2,0
Centro-Oeste	3.528,1	3.586,0	1,6	4.411,0	4.322,0	-2,0	15.564,1	15.500,0	-0,4
Sudeste	2.253,7	2.102,7	-6,7	4.852,0	5.005,0	3,2	10.935,0	10.523,9	-3,8
Sul	4.838,6	3.984,6	-17,6	3.847,0	5.530,0	43,7	18.614,8	22.036,4	18,4
Norte/Nordeste	3.551,4	3.267,2	-8,0	1.658,0	1.653,0	-0,3	5.889,9	5.399,4	-8,3
Centro-Sul	10.620,4	9.673,3	-8,9	4.248,0	4.968,0	16,9	45.113,9	48.060,3	6,5
Brasil	14.171,8	12.940,5	-8,7	3.599,0	4.131,0	14,8	51.003,8	53.459,7	4,8

Fonte: (CONAB, 2010a).

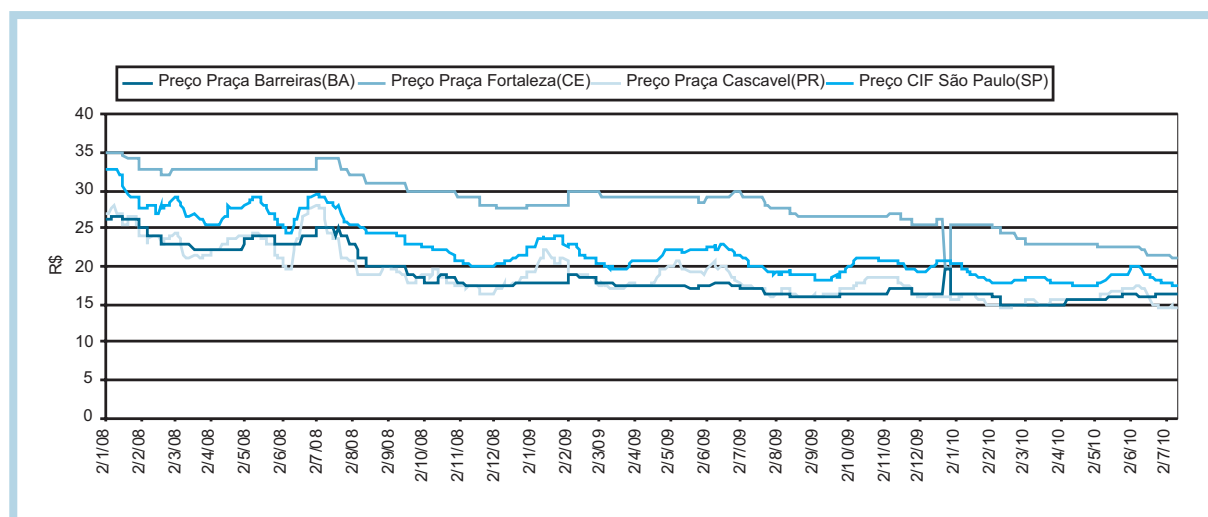


Gráfico 21 – Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2008 a julho/2010

Fonte: (CONSULTORIA , MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Soja

Para a safra 2009/10 está previsto aumento de 7,4% da área plantada, para 23,3 milhões de hectares, abrangendo todas as regiões brasileiras, especialmente o Nordeste (15,6%).

As condições climáticas favoráveis resultaram acréscimo de 11,9% na produtividade. As regiões Sul e Nordeste acusam os maiores rendimentos por hectare. O avanço da área plantada e a maior produtividade deverão resultar também em maior

produção. A estimativa é de 68,7 milhões de toneladas, 20,2% superior à safra 2008/09.

No Nordeste, Maranhão e Piauí observaram grande incremento da área plantada, fato que, no caso piauiense, neutralizou a queda de produtividade na hora de contabilizar a alta da produção estadual. Na Bahia e no Maranhão, a expressiva melhora na produtividade, de 19,9% e 10,7%, respectivamente, e a elevação da área contribuíram para que a produção regional atingisse 5,4 milhões de toneladas, alta de 29% sobre a safra anterior (Tabela 16).

Tabela 16 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	497,6	575,5	15,7	2.841,0	2.905,0	2,3	1.414,0	1.671,6	18,2
Nordeste	1.608,0	1.859,4	15,6	2.588,0	2.888,0	11,6	4.161,9	5.370,3	29,0
Maranhã	387,4	495,5	27,9	2.517,0	2.786,0	10,7	975,1	1.380,5	41,6
Piauí	273,1	347,4	27,2	2.815,0	2.531,0	-10,1	768,8	879,3	14,4
Bahia	947,5	1.016,5	7,3	2.552,0	3.060,0	19,9	2.418,0	3.110,5	28,6
Centro-Oeste	9.900,1	10.410,7	5,2	2.943,0	3.038,0	3,2	29.134,9	31.626,0	8,6
Sudeste	1.460,4	1.592,8	9,1	2.778,0	2.897	4,3	4.057,6	4.613,6	13,7
Sul	8.277,0	8.920,4	7,8	2.223	2.850	28,2	18.397,1	25.426,4	38,2
Norte/Nordeste	2.105,6	2.434,9	15,6	2.648	2.892	9,2	5.575,9	7.041,9	26,3
Centro-Sul	19.637,5	20.923,9	6,6	2.627	2.947	12,2	51.589,6	61.666,0	19,5
Brasil	21.743,1	23.358,8	7,4	2.629	2.941	11,9	57.165,5	68.707,9	20,2

Fonte: (CONAB, 2010a).

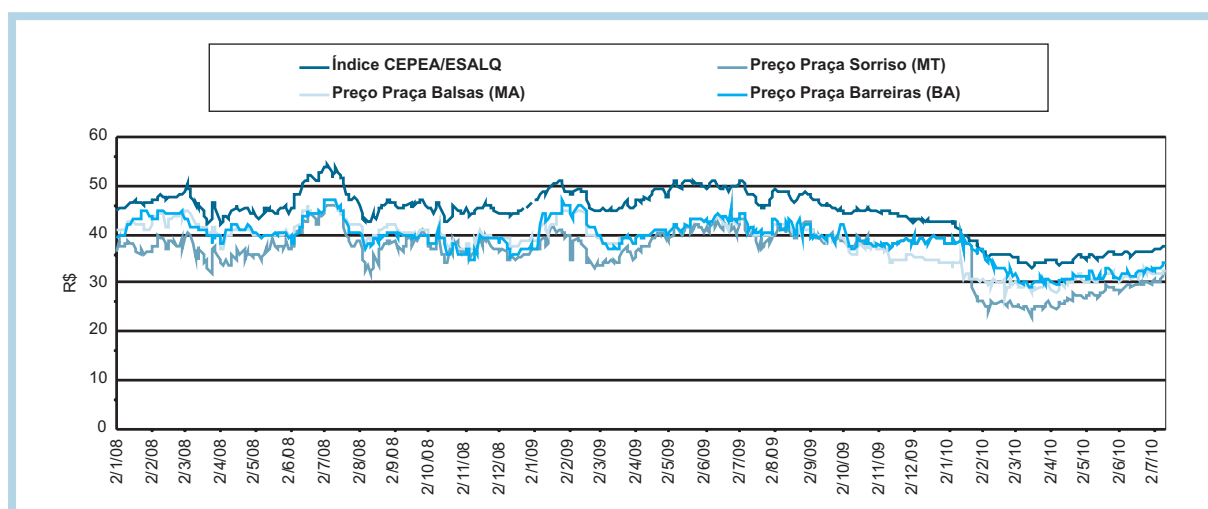


Gráfico 22 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice Cepea/Esalq, de janeiro/2008 a julho/2010

Fonte: (CONSULTORIA , MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Nos últimos três meses, o preço da soja acusou uma leve tendência de valorização, comportamento justificado por conta da demanda pelo produto brasileiro no mercado externo e a desvalorização do real frente ao dólar. Porém, as expectativas de aumento na produção mundial deverão pressionar os preços.

No Nordeste, em julho de 2010, a soja foi cotada a R\$ 32,3 em Balsas (MA) e a R\$ 34,0 em Barreiras (BA), valorização de 9,9% e 11,5%, respectivamente, nos últimos três meses⁵ (Gráfico 22).

Café

Para a safra 2009/10, a área plantada aumentou 1,5%, alcançando 2,1 milhões de hectares, com destaque para os estados de São Paulo, com 14,3% e Bahia, com 10,6%. Por conta do efeito da bienualidade positiva e condições climáticas favoráveis no período de floração em algumas áreas produtoras, espera-se crescimento de 19,2% na produção nacional.

O café arábica deverá representar 75,1% do café produzido no país, ou 35,3 milhões de sacas, e o robusta 24,9% ou 11,7 milhões de sacas.

Na Bahia, principal produtor do Nordeste, a expansão da área deverá ocorrer na região do Planalto com o plantio do café arábica. Para o Estado como um todo, a produção deverá avançar 23,9%, totalizando 2,3 milhões de sacas, das quais 1,8 milhão de sacas do tipo arábica (Tabela 17).

No segundo trimestre de 2010 a cotação do café arábica se valorizou em 8% e o conillon em 0,9%, pelo índice Cepea/Esalq. Em Vitória da Conquista, o preço do café Bica Rio T6/7 aumentou 3,8% entre abril e julho de 2010, o Bica Dura T6/7, 10,7% e o café despulpado, 23,2% (Gráfico 23). O aumento no consumo mundial de café, estimado pela Organização Internacional do Café (OIC) em 132 milhões de sacas em 2009, está sustentando os preços no mercado mundial.

Cana-de-açúcar

A lavoura canavieira continua em expansão no Brasil. Para a safra 2010/11, prevê-se crescimento de 9,2% da área plantada em relação a 2009/10, para 8 milhões de hectares, e de 9,9% na produção. Nessa safra, dez novas usinas entraram em funcionamento no Brasil.

⁵ Valores em 12/07/2010.

Tabela 17 – Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2009 e 2010(*)

UF/Região	Área (em ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
				Safr 2009			Safr 2010			Var. %
	Safr 2009	Safr 2010	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.000.731,0	1.007.400,0	0,7%	19.598,0	282,0	19.880,0	23.690,0	254,0	23.944,0	20,4%
Sul e Centro-Oeste	506.468,0	509.634,0	0,6%	9.750,0	-	9.750,0	12.094,0	-	12.094,0	24,0%
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	159.042,0	162.217,0	2,0%	3.859,0	-	3.859,0	5.064,0	-	5.064,0	31,2%
Zona da mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	335.221,0	335.549,0	0,1%	5.989,0	282,0	6.271,0	6.532,0	254,0	6.786,0	8,2%
Espírito Santo	479.798,0	470.380,0	-2,0%	2.603,0	7.602,0	10.205,0	2.887,0	8.144,0	11.031,0	8,1%
São Paulo	182.020,0	208.012,0	14,3%	3.423,0	-	3.423,0	4.355,6	-	4.355,6	27,2%
Paraná	85.180,0	82.700,0	-2,9%	1.467,0	-	1.467,0	2.100,0	-	2.100,0	43,1%
Bahia	126.170,0	139.550,0	10,6%	1.332,0	542,0	1.874,0	1.822,6	498,5	2.321,1	23,9%
Oeste	12.088,0	12.273,0	1,5%	436,0	-	436,0	521,4	-	521,4	19,6%
Planalto	91.373,0	103.344,0	13,1%	896,0	-	896,0	1.301,2	-	1.301,2	45,2%
Atlântico	22.709,0	23.933,0	5,4%	-	542,0	542,0	-	498,5	498,5	-8,0%
Rondônia	154.335,0	154.335,0	-	-	1.547,0	1.547,0	-	2.192,0	2.192,0	41,7%
Mato Grosso	15.272,0	13.805,0	-9,6%	11,0	130,0	141,0	10,9	125,1	136,0	-3,5%
Pará	12.407,0	12.460,0	0,4%	-	228,0	228,0	-	214,0	214,0	-6,1%
Rio de Janeiro	13.923,0	13.100,0	-5,9%	252,0	13,4	265,4	239,4	12,6	252,0	-5,0%
Outros	23.073,0	23.188,0	0,5%	180,0	260,0	440,0	201,4	294,6	496,0	12,7%
BRASIL	2.092.909,0	2.124.930,0	1,5%	28.866,0	10.604,0	39.470,0	35.306,9	11.734,8	47.041,7	19,2%

Fonte: (CONAB, 2010c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

O incremento de área será o principal fator responsável pela produção de 664,3 milhões de toneladas, conforme estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), já que a melhoria de rendimento da cultura será pequena, apenas 0,6%.

No Nordeste, a safra 2010/11 deverá atingir 65,4 milhões de toneladas, 7,9% superior à de 2009/10 resultado tanto do aumento da área plantada (4,3%) quando da maior produtividade (3,4%). O melhor desempenho em termos de produção é aguardado nos estados do Maranhão,

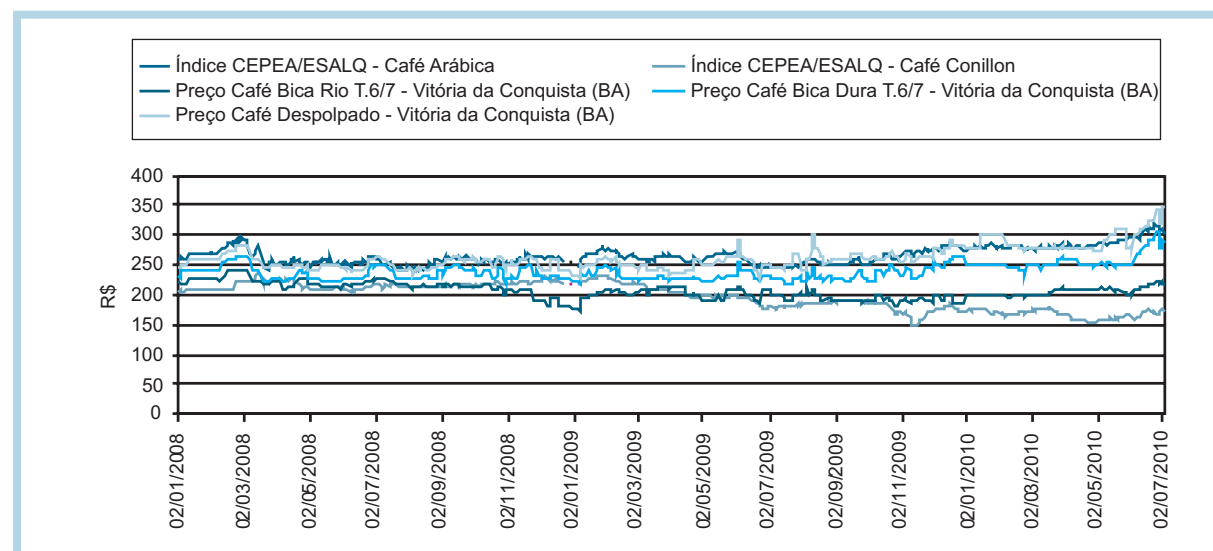


Gráfico 23 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e Índice Cepea/Esalq para os Cafés Arábica e Conillon, de janeiro/2008 a julho/2010.

Fonte: (CONSULTORIA , MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Bahia e Alagoas com acréscimos de, respectivamente, 21,4%, 16% e 10,9% sobre a safra 2009/10 (Tabela 18).

O preço do açúcar apresentou constante desvalorização no primeiro semestre de 2010. A intensificação da moagem e a necessidade das usinas em fazer caixa justificam esse comportamento. No Nordeste, observou-se a mesma tendência, com os preços locais acompanhando as cotações do mercado paulista. Em julho, a saca de 50 kg foi comercializada a R\$ 61,4, em Alagoas; a R\$ 56,7, em Pernambuco; e a R\$ 40,4 pelo índice Cepea/Esalq. As quedas foram de 21,1%, 27,9% e 43%, respectivamente, considerando a posição de janeiro/10 (Gráfico 24).

No mercado internacional, os preços foram pressionados pela crise financeira na Europa. Além disso, a Índia estuda a possibilidade de cobrar um imposto de importação sobre o açúcar como forma de sustentar os preços locais, tendo

em vista que a produção do país poderá crescer acima do esperado.

A expectativa é de que o preço internacional do açúcar se retraia ainda mais, diante das informações quanto ao acréscimo da produção mundial em 12 milhões de toneladas e, consequente, aumento dos estoques.

No caso do álcool, o avanço na moagem e a necessidade de fazer caixa por parte das usinas também causaram queda de preço no mercado interno. Por outro lado, as distribuidoras adquiriram pequenos volumes, na expectativa de maior recuo na cotação do produto.

No Nordeste, a subida do preço do etanol a partir de abril se deu por conta da escassez do produto na região. Porém, essa alta não alcançou os patamares de janeiro. Em junho de 2010, o litro do álcool anidro foi comercializado a R\$ 1,15, em Alagoas; a R\$ 1,17, em Pernambuco, e a R\$ 0,83 pelo índice Cepea/Esalq, queda

Tabela 18 – Cana-de-Açúcar. Comparativo de Área, Produtividade e Produção safras 2009/2010 e 2010/2011

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
Norte	17,2	29,9	73,8	57.670	89.384	55,0	991,6	2.671,7	169,4
Nordeste	1.082,6	1.128,9	4,3	56.049	57.977	3,4	60.677,2	65.452,0	7,9
Maranhão	39,4	45,7	16,0	56.090	58.700	4,7	2.209,4	2.682,0	21,4
Piauí	13,6	13,2	(2,9)	74.600	70.000	(6,2)	1.014,0	923,3	(8,9)
Ceará	2,3	2,3	-	66.000	57.300	(13,2)	154,4	134,1	(13,1)
Rio Grande do Norte	67,0	66,2	(1,2)	51.799	53.760	3,8	3.472,5	3.557,3	2,4
Paraíba	115,5	118,4	2,5	54.700	54.700	-	6.320,0	6.478,1	2,5
Pernambuco	321,4	334,3	4,0	55.400	56.250	1,5	17.805,6	18.802,1	5,6
Alagoas	448,0	464,6	3,7	54.700	58.500	6,9	24.504,5	27.176,2	10,9
Sergipe	37,9	39,8	5,0	59.360	57.300	(3,5)	2.249,7	2.280,5	1,4
Bahia	37,4	44,5	19,0	78.800	76.800	(2,5)	2.947,1	3.418,4	16,0
Centro-Oeste	940,3	1.160,1	23,4	82.354	84.587	2,7	77.435,9	98.132,3	26,7
Sudeste	4.832,6	5.163,5	6,8	86.881	86.655	(0,3)	419.857,7	447.445,1	6,6
Norte/Nordeste	1.099,8	1.158,8	5,4	56.074	58.787	4,8	61.668,8	68.123,7	10,5
Centro/Sul	6.309,8	6.932,6	9,9	86.032	86.000	-	542.844,8	596.209,7	9,8
Brasil	7.409,6	8.091,5	9,2	81.585	82.103	0,6	604.513,6	664.333,4	9,9

Fonte: (CONAB, 2010b).

de 13,1%, 13,6% e 36,2%, respectivamente, em relação a janeiro. O hidratado teve comportamento semelhante, cotado em junho/10, por litro, a R\$ 1,0, em Alagoas; a R\$ 1,01, em

Pernambuco, e a R\$ 0,72 pelo índice Cepea/Esalq, o que representa queda de 11,2%, 15% e 39,4%, respectivamente no mesmo período (Gráfico 25).

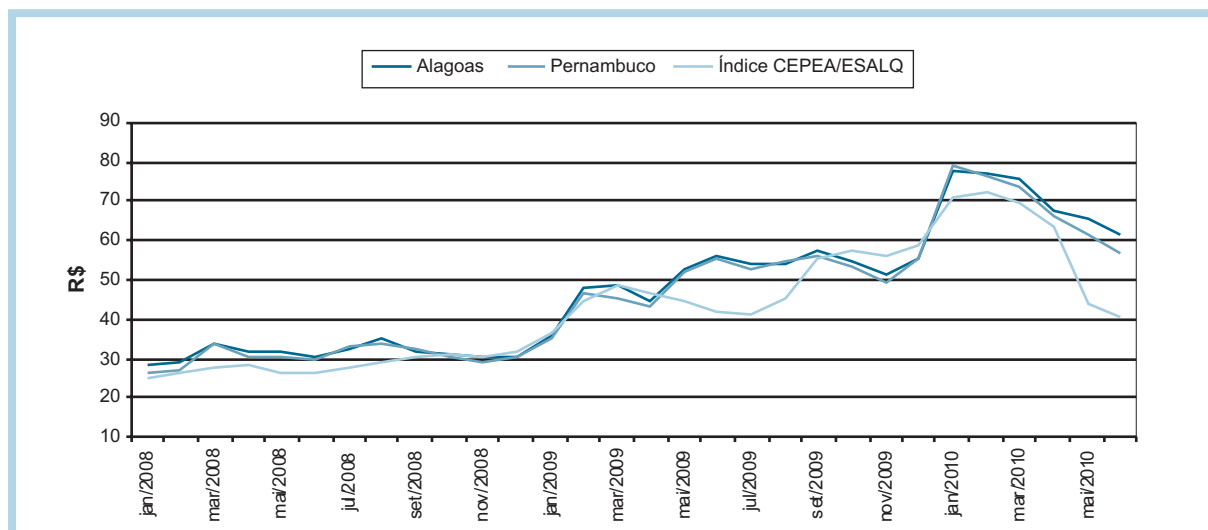


Gráfico 24 – Evolução dos Preços da Saca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e Índice Cepea/Esalq, de janeiro/2008 a junho/2010.

Fonte: (CEPEA; ESALQ, 2010l). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

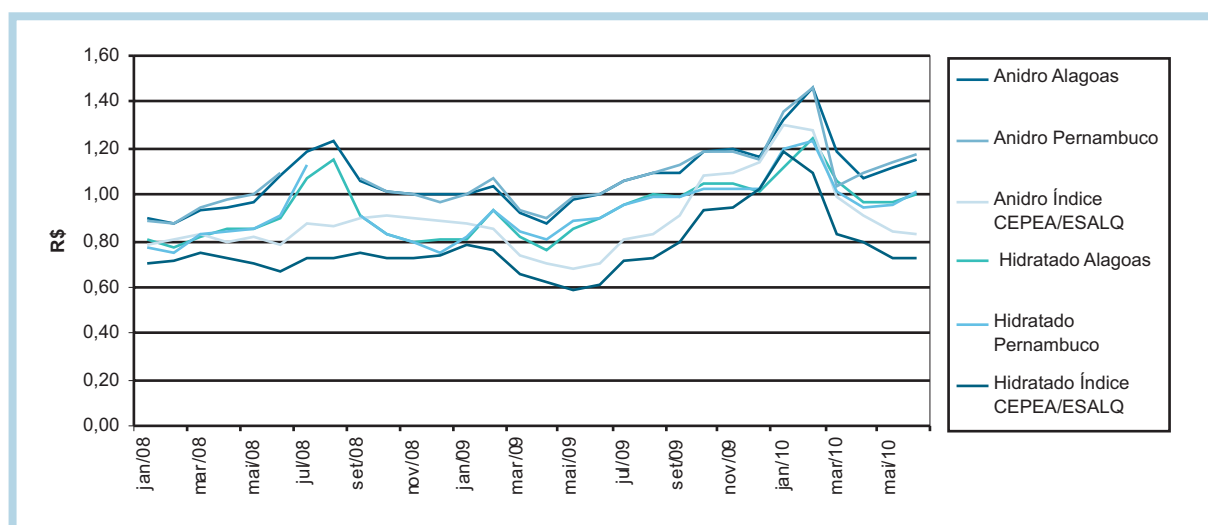


Gráfico 25 –Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e Índice Cepea/Esalq, de janeiro/2008 a junho/2010.

Fonte: (CEPEA; ESALQ, 2010m). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.4.3 - Pecuária

O segundo trimestre de 2010 teve um mercado mais movimentado para a pecuária, com tendência de alta em relação ao primeiro trimestre. Em abril, houve redução no indicador Esalq/BM&FBovespa (-0,3%), em parte devido à resistência dos produtores em negociar na primeira quinzena, esperando melhores preços. Na segunda quinzena, com aumento dos negócios, as escalas de abate se alongaram, mas mesmo assim houve recuo nos últimos dias do mês, refletindo-se nas exportações de carne *in natura* (78,4 mil toneladas), 2,2% menores em relação a março.

Em maio, o indicador fechou em R\$ 81,76 a arroba (+1%), havendo muita oscilação de cotações na primeira quinzena e oferta reduzida na segunda, o que obrigou os frigoríficos a diminuir a escala de abate e a fechar negócio a preços maiores.

As exportações tiveram aumento significativo em volume (+15,3%), chegando a 90,4 mil toneladas. Em junho, o indicador fechou em R\$ 84,07/@ (+2,8%), mantendo a característica de entressafra, com os pecuaristas poucos dispostos a negociar preços menores. Apesar da recente

suspensão à importação de carne bovina brasileira por parte de Rússia e Estados Unidos, os volumes e valores de exportação subiram 6% em relação a maio (CEPEA; ESALQ, 2010a, 2010c).

O preço do leite continuou em alta em abril e maio, por conta da baixa captação nas principais regiões produtoras, resultado da queda na produção de pastagens, prejudicadas pelo clima mais seco e temperaturas mais baixas. A média nacional do Cepea para abril foi de R\$ 0,76/litro, 11,8% superior à média de março; em maio, R\$ 0,79/litro, alta de 5% sobre abril.

Na Bahia, o preço do litro de leite passou de R\$ 0,66 em abril (alta de 10,3% em relação a março) para R\$ 0,69 em maio (6,4% a mais sobre o mês anterior). Em junho, depois de seguidas altas e por ser entressafra, a situação foi atípica: preços em baixa, devido a três aspectos - elevado estoque de leite UHT, grande volume de importações de lácteos e baixo desempenho das exportações. A média nacional do Cepea reduziu-se 3,3% em relação a maio (R\$ 0,77/litro), enquanto na Bahia a queda foi de 0,5%, com o preço do litro passando para R\$ 0,69 (CEPEA; ESALQ, 2010b, 2010d, 2010f).

REFERÊNCIAS

ABECIP. Empréstimo habitacional. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.abecip.org.br>>. Acesso em: 16 jul. 2010.

ABICALÇADOS. **Calçados**: embarques sobem 19,3% no semestre. Disponível em: <<http://www.abicalçados.com.br>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

ABIQUIM. **Déficit em produtos químicos cresceu 38% no primeiro semestre**. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br>>. Acesso em: 27 jul. 2010a.

_____. **Relatório de acompanhamento conjuntural**. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br>>. Acesso em: 27 jul. 2010b.

ABRABE. Grupo Schincariol anuncia investimentos regionais. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.abrabe.org.br>>. Acesso em: 29 jul. 2010.

ANP. **Dados estatísticos mensais**. Disponível em: <<http://www.anp.org.br>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

BARROS, G. S. de C.; FACHINELLO, A. L.; SILVA, A. F. **Menor recuo da pecuária segura desempenho do agronegócio em novembro**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2010a

_____. Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro. **Notas para a Imprensa**, 23 jun. 2010b.

BNDES. Investimentos em perspectiva já são superiores a valores pré-crise. **Visão de Desenvolvimento**, n. 81, maio 2010. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2010.

BRACELPA. **Boletim Conjuntura Bracelpa**, n. 7. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 03 ago. 2010a.

_____. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2010b.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial mensal**,

jun. 2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2010c.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil acumula 13,2 milhões de novos empregos desde 2003**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2010d.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil alcança marca histórica na geração de empregos formais**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2010e.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged: evolução do emprego por nível geográfico**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2010f.

BRASKEM. **Conheça a Braskem**. Disponível em: <<http://www.braskem.org.br>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

CASTRO, Inez Sílvia Batista; MOREIRA, Carlos Américo Leite. Reestruturação da indústria de calçados na região nordeste nas décadas 1990/2000. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, n. 4, out.-nov. 2009.

CEPEA; ESALQ. **Agromensal**: informações de mercado. abril de 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/04_abril/Pecuaria.htm>. Acesso em: 30 jun. 2010a.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, abr. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea%20Leite%20Abril_10.doc>. Acesso em: 30 jun. 2010b.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, maio 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/05_maio/Pecuaria.htm>.

Acesso em: 30 jun. 2010c.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, maio 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/05_maio/Pecuaria.htm>.

usp.br/comunicacao/Cepea%20Leite%20Maio_10.doc>. Acesso em: 30 jun. 2010d.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, jun. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/05_junho/Pecuarria.htm>.

Acesso em: 26 jul. 2010e.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, jun. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea%20Leite%20Junho_10.doc>. Acesso em: 04 jul. 2010f.

_____. **Indicador de açúcar & álcool.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 14 jul. 2010g.

_____. **Indicador de algodão.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/Algodao.htm>. Acesso em: 13 jul. 2010h.

_____. **Indicador de café.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/Cafe.htm>. Acesso em: 14 jul. 2010i.

_____. **Indicador de milho.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/Milho.htm>. Acesso em: 13 jul. 2010j.

_____. **Indicador de soja.** Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_fevereiro/Soja.htm>. Acesso em: 14 jul. 2010k.

_____. **Indicadores de preços:** açúcar. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 12 jul. 2010l

_____. **Indicadores de preços:** álcool. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/alcool/>>. Acesso em: 12 jul. 2010m.

CONAB. **Safra 2009/2010:** décimo levantamento de acompanhamento da safra de grãos, jul. 2010. Brasília: CONAB, 2010a.

_____. **Safra 2009/2010:** primeiro levantamento de acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar, abr. 2010. Brasília: CONAB, 2010b.

_____. **Safra 2010:** segunda estimativa de acompanhamento da safra brasileira de café, maio 2010. Brasília: CONAB, 2010c.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL. **Trading analysis information.** São Paulo: CMA, 2010.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Ceará é o maior exportador de calçados.** Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.globo.com>>. Acesso em: 02 ago. 2010.

FGV; IBRE. **Sondagens.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br>>. Acesso em: 26 de jul. 2010.

FGV. In. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior**, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2010

GLOBAL 21. **Brasil passará a exportador de derivados líquidos de petróleo em 2014.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 02 ago. 2010a.

_____. **Petrobrás cria superpetroquímica.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 28 jul. 2010b.

_____. **Preço da celulose bate novo recorde.** Disponível em: <<http://www.globa21.com.br>>. Acesso em: 15 jul. 2010c.

IBGE. **Contas nacionais.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2010a.

_____. **Contas nacionais trimestrais** (jan. - mar. 10). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2010b.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física (maio 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2010c.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física regional. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2010d.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física regional (maio 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 ago. 2010e.

_____. **Pesquisa mensal de comércio** (maio 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 jul. 2010f.

_____. **Pesquisa mensal de emprego** (jan. 10). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 jul. 2010g.

IEDI. **Produtividade sobe mais que salários na indústria.** Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 15 jul. 2010

INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO DO VAREJO. Varejo mantém forte ritmo das vendas no segundo mês mais importante do ano para o comércio. **Conjuntura e Comércio Varejista**, jul. 2010. Disponível em: <http://www.idv.org.br/images/upload/IDV_2010_07_Analise_PMC.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2010.

OIC. Organização Internacional do Café. **Relatório sobre o mercado cafeeiro. Junho 2010.** Disponível em: <<http://www.ico.org/>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE - USDA. **World corn production, consumption, and stocks.** Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/psdonline/psdHome.aspx>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

4 - Emprego e Rendimento

4.1 - Nordeste

As informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o agregado das seis principais regiões metropolitanas (RM) – Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo – revelam que a taxa de desocupação passou de 7,5% em maio de 2010 para 7% em junho. Na comparação com junho de 2009, a redução foi ainda mais significativa: 1,1 ponto percentual.

Recife e Salvador apresentaram trajetórias distintas no que tange às taxas de desocupação. A queda de 1,1 ponto percentual em Recife no indicador mês/mês anterior foi a maior entre as

seis regiões investigadas, reduzindo a diferença entre o seu indicador (8,6%) e a média nacional (7%). No confronto com igual período do ano anterior, observa-se recuo de 1,6 ponto percentual (Gráfico 1).

Já a RM de Salvador apresenta estabilidade em junho na comparação com o mês anterior e redução de 0,6 ponto percentual em relação a igual período de 2009. Sua taxa de desemprego (12%) é a maior entre as RMs investigadas, com diferença de cinco pontos percentuais diante da média nacional.

A PME estima um total de 21,9 milhões de pessoas exercendo algum trabalho em junho de 2010

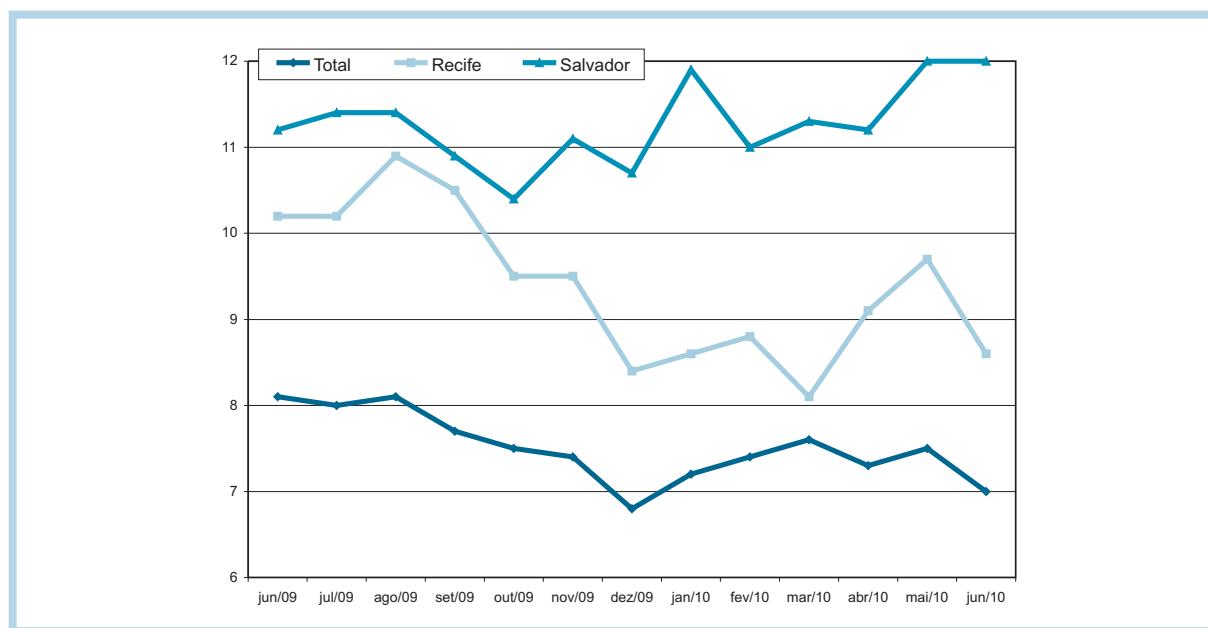


Gráfico 1 – Taxa de Desocupação para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador. Junho de 2009 a Junho de 2010

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

nas RMs pesquisadas, com estabilidade comparativamente ao mês anterior e acréscimo de 3,5% frente a junho de 2009. Esse aumento refletiu a incorporação de 731 mil pessoas ao mercado de trabalho. Com relação ao nível de ocupação, percebe-se uma estabilidade no confronto com o mês anterior e um aumento de um ponto percentual no confronto com igual mês de 2009.

Nas regiões de Recife e Salvador constata-se uma nítida progressão do número de pessoas ocupadas, assim como no nível de ocupação no primeiro semestre de 2010, ultrapassando os patamares observados no período anterior à crise econômica mundial.

O crescimento da ocupação reflete, sobretudo, a forte progressão do contingente de trabalhadores com carteira assinada. De fato, o primeiro semestre de 2010 consolida a recuperação do número de trabalhadores com carteira assinada iniciada no segundo semestre de 2009. Entre janeiro e junho do corrente ano, o emprego com

carteira assinada no setor privado aumentou de 10,9 milhões de pessoas para 11,1 milhões, ou seja, 2,61%. Já os trabalhadores sem carteira assinaram um incremento de apenas 0,2%.

A participação dos “com carteira” no total das pessoas ocupadas nos primeiros seis meses do ano evoluiu de 49,3% em janeiro de 2010 para 51% em junho do mesmo ano, registrando incremento de 1,7 ponto percentual. Vale destacar que a parcela dos empregos formais no total do pessoal ocupado foi bem maior do que no primeiro semestre de 2008, período de significativo crescimento da economia brasileira que antecedeu a crise econômica mundial (Gráfico 2).

Esse processo de formalização também atinge as duas RMs nordestinas que compõem o universo investigado pelo IBGE. Recife se destaca com um incremento de 9,9% no número de empregados com carteira assinada em junho de 2010 ante janeiro de 2010, passando de 629 mil trabalhadores para 691 mil. Já os trabalhadores sem carteira

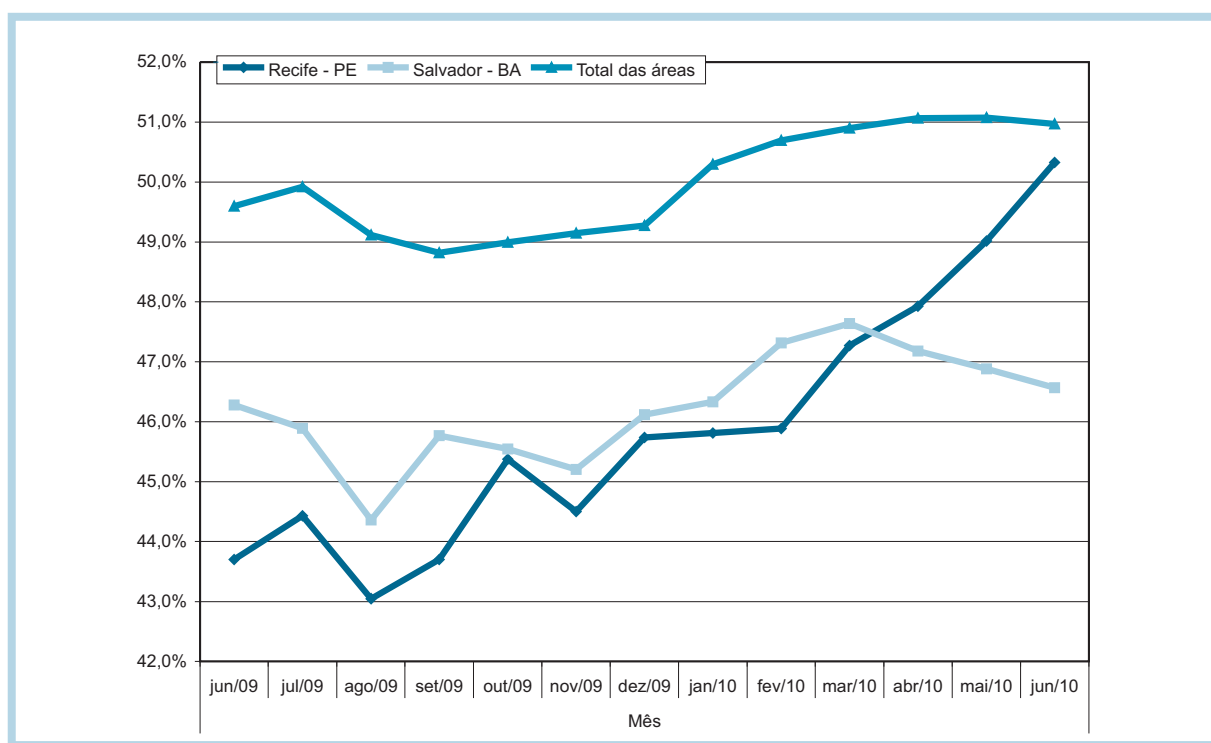


Gráfico 2 – Participação dos Trabalhadores Com Carteira para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador. Junho de 2009 a Junho de 2010

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

registraram aumento de 2%. Em termos de participação, os “com carteira” representaram 46,4% do pessoal ocupado de Recife em junho de 2010, superando em 1,9 ponto percentual os 44,5% observados no primeiro mês do ano.

Em Salvador, os trabalhadores com carteira assinada, nesse mesmo intervalo, passaram de 777 mil pessoas para 794 mil, acréscimo de 2,2%. Enquanto isso, os “sem carteira” não assinalaram variação nesse período.

A expansão da população ocupada foi acompanhada pela melhoria do rendimento médio real habitualmente recebido. Para o agregado das seis RMs investigadas pelo IBGE, o rendimento médio foi estimado em R\$ 1.423,00 – aumento de 1,2% em relação a janeiro de 2010 e de 3,42% em relação a mesmo mês do ano anterior (Gráfico 3).

No tocante aos rendimentos médios, relativos às formas de inserção das pessoas no mercado de trabalho, as informações de junho apontam para

um incremento de 2% dos “com carteira” na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Já os trabalhadores sem carteira registraram avanço de 6,9% nessa mesma base de comparação.

As RMs de Recife e Salvador tiveram comportamentos distintos no mês de junho. Em Recife, houve uma elevação de 1,8% dos rendimentos médios dos “com carteira” na comparação com junho de 2009, enquanto os “sem carteira” registraram aumento de 4,2%.

Avaliando-se segundo as categorias de posição na ocupação, os trabalhadores com emprego formal apresentaram acréscimo de 2,2% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior. Já os rendimentos dos trabalhadores sem carteira de trabalho também registraram um recuo de 14%.

Salvador exibe um aumento de 4,2% do rendimento médio real em relação a igual mês de 2009, com oscilações nos últimos 12 meses.

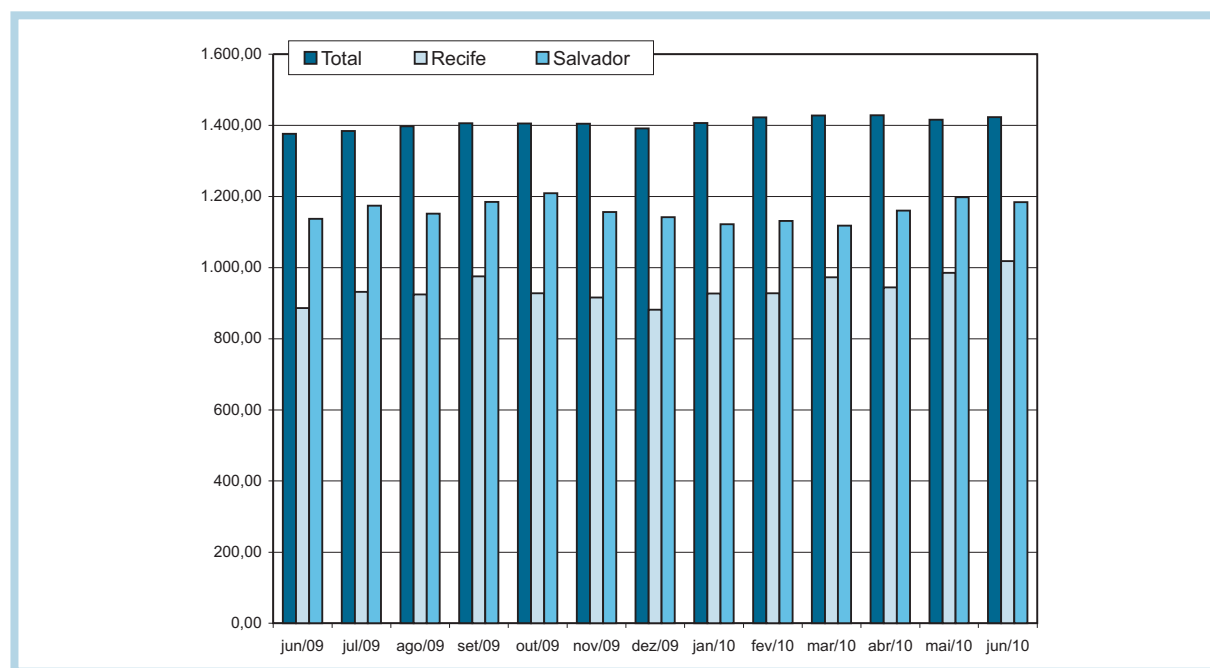


Gráfico 3 – Rendimento Médio Real Habitualmente Recebido para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador. Junho de 2009 a Junho de 2010

Fonte: (IBGE, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

4.2 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apresentam o melhor primeiro semestre registrado pela série. Foram geradas 1.473.320 novas vagas até junho de 2010. Isso ocorreu, principalmente, por conta da forte atuação dos setores de serviços (490.028), indústria de transformação (394.148) e construção civil (230.019) (Gráfico 4).

O Nordeste apresentou forte recuperação pós-crise, registrando 113.194 novos postos de trabalho no primeiro semestre de 2010, o melhor resultado obtido nos últimos anos para esse intervalo, conforme mostra o Gráfico 4.

O Gráfico 5 mostra a trajetória mensal na geração de empregos celetistas. Percebe-se uma nítida

da evolução no saldo nacional, com a exceção do mês de dezembro, que historicamente apresenta saldo negativo, devido ao término de contratos temporários na indústria, no comércio e no setor de serviços.

Na comparação entre junho de 2010 e junho de 2009, o Nordeste avançou 49%. Nessa mesma base de comparação, o Brasil registrou desempenho bem mais expressivo, com expansão de 78,2%. Isso demonstra que, apesar do crescimento significativo da economia nordestina, por vezes até maior do que o nacional, a dinâmica de geração do emprego formal ainda sofre com a precariedade das relações de trabalho no Nordeste (Gráfico 5).

Na Tabela 1 tem-se os resultados semestrais, nacionais e regionais, discriminados setorialmen-

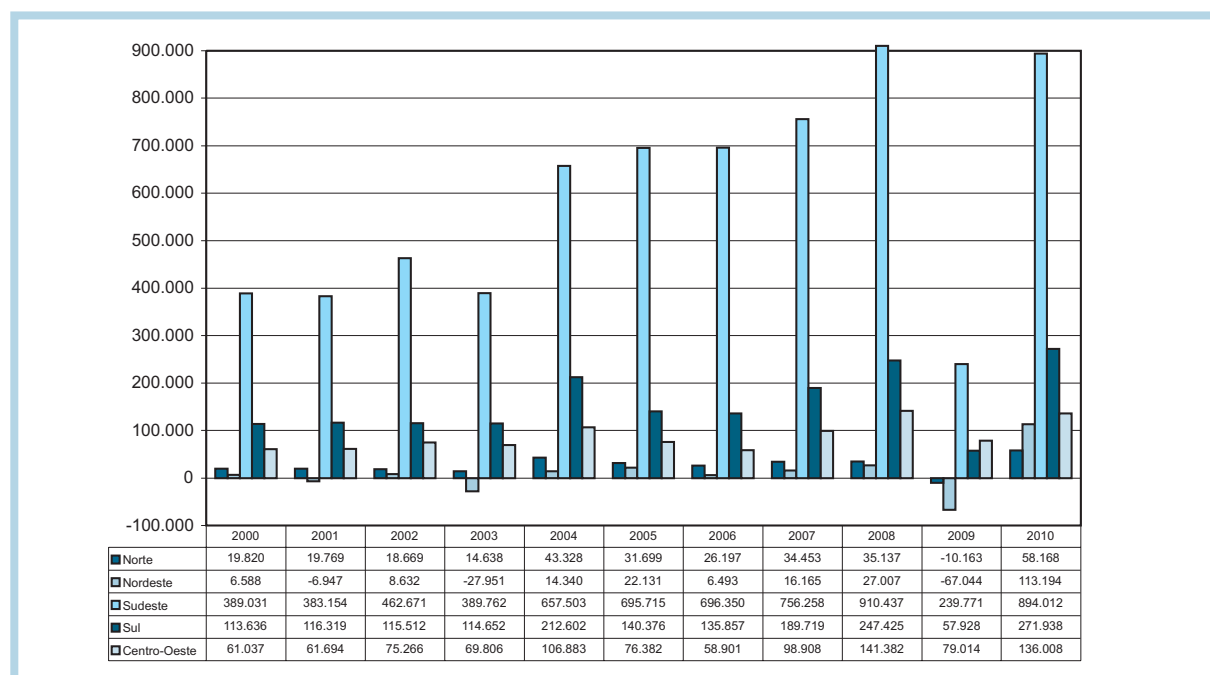


Gráfico 4 – Regiões. Evolução do Saldo de Empregos no Primeiro Semestre de Cada Ano – 2000 – 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

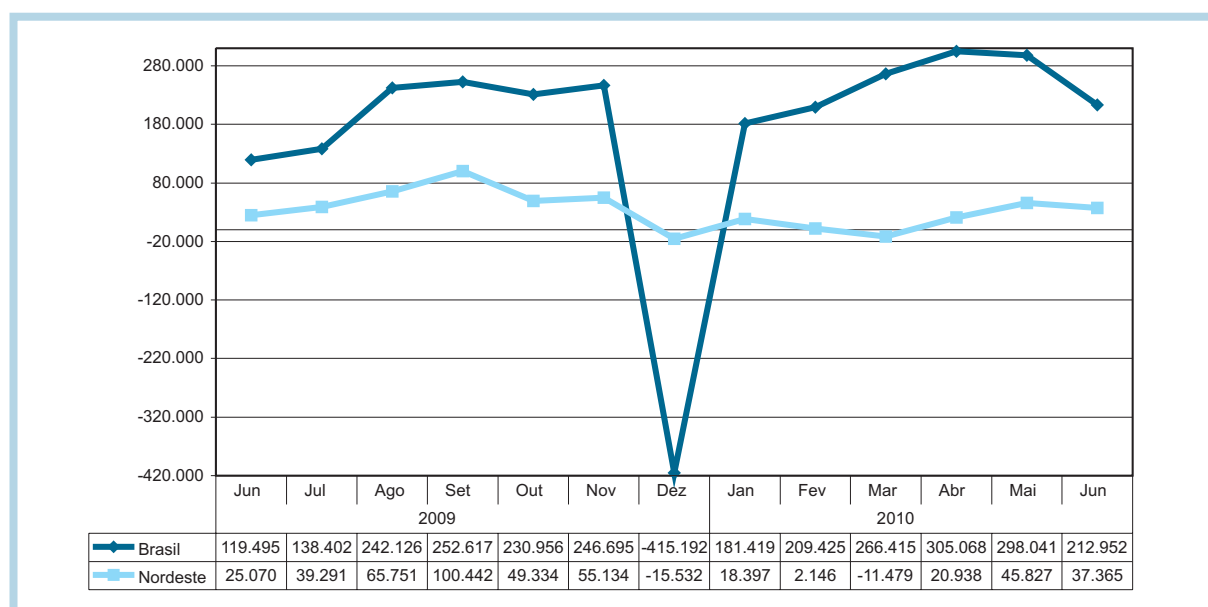


Gráfico 5 – Brasil e Nordeste – Evolução do Emprego Formal (Mensal). Junho 2009 a Junho 2010 (Saldo)

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

te. No total brasileiro, o setor de serviços aparece como forte demandante de mão de obra formal, com 33,3% de todos os empregos gerados no período, seguido pela indústria de transformação, com 26,7%, e pela construção civil, com 15,6%. No Nordeste, a construção civil revela-se a maior demandadora de mão de obra, com 42,6% de participação, enquanto o setor de serviços detém 39,6% – juntos, portanto, esses dois setores respondem por mais de 80% de todo o saldo da região nordestina.

Dos estados nordestinos, os destaques no mês de junho foram Bahia, Ceará e Pernambuco. Na comparação 2010/09, percebe-se a forte recuperação da região, que, com exceção tão-somente de Alagoas, apresentou evolução positiva em todos os estados.

Entre os setores de atividades do Nordeste, construção civil e serviços continuam liderando o bom desempenho da economia regional. O primeiro por conta de grandes projetos de infraestrutura

Tabela 1 – Brasil e Regiões: Saldo Acumulado de Empregos Formais – Por Setor – Janeiro a Junho de 2010

	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	8.801	394.148	9.862	230.019	144.135	490.028	21.277	175.050	1.473.320
Nordeste	1.256	-41.130	714	65.704	22.639	61.193	640	2.178	113.194
Norte	2.102	9.971	608	19.567	4.409	20.225	539	747	58.168
Sudeste	3.839	259.730	6.598	92.515	76.568	292.875	13.958	147.929	894.012
Sul	586	125.480	1.690	34.838	28.363	74.985	5.953	43	271.938
Centro-Oeste	1.018	40.097	252	17.395	12.156	40.750	187	24.153	136.008

Fonte: (BRASIL, 2010b).

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 2 – Brasil e Nordeste/Estados – Geração de Empregos Formais por Estado

Estados	Resultado Mensal Junho		Acumulado no Ano (Jan - Jun)	
	2009	2010	2009	2010
Brasil	119.495	212.952	299.506	1.473.320
Nordeste	25.070	37.365	-67.044	113.194
Alagoas	26	-67	-39.406	-35.450
Bahia	6.119	3.705	23.098	61.334
Ceará	5.752	6.318	5.173	30.110
Maranhão	-1.163	4.702	-8.115	18.440
Paraíba	844	2.587	-7.554	1.237
Pernambuco	9.790	12.538	-27.072	9.932
Piauí	2.236	2.871	2.846	13.236
Rio Grande do Norte	736	2.670	-14.519	8.188
Sergipe	730	2.041	-1.495	6.167

Fonte: (BRASIL, 2010b).

dos governos, federal e estaduais. Já o segundo (serviços) se destaca por conta da atuação dos subsetores ligados ao turismo, à habitação e ao ensino, que juntos respondem por mais de 70% de todos os empregos gerados pelo setor.

A indústria de transformação continua responsável pela perda de dinamismo da região no saldo total de empregos. Três dos nove estados nordestinos apresentaram saldo negativo nesse setor, com destaque para Alagoas (-40.259) e Pernambuco (-22.485), que, juntos, eliminaram

mais de 60 mil postos de trabalho no primeiro semestre de 2010, devido ao grande número de demissões do segmento de alimentos e bebidas. É que os dois estados são grandes produtores de açúcar e etanol, e, por conta de fatores sazonais, o segmento de manufatura da cana-de-açúcar sofre com a perda de postos de trabalho no primeiro semestre. Entretanto, historicamente, esse segmento recupera o fôlego no segundo semestre do ano, fato que deve se repetir em 2010 (Tabela 3).

Tabela 3 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado – Janeiro a Junho de 2010 (Saldo)

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	24	-40.259	33	3.530	393	1.629	-29	-771	-35.450
Bahia	685	11.730	23	17.547	5.131	13.455	138	12.625	61.334
Ceará	82	6.170	-30	11.146	3.657	12.416	546	-3.877	30.110
Maranhão	76	2.223	64	6.833	3.297	4.241	-33	1.739	18.440
Paraíba	53	-2.054	-636	3.322	2.471	3.231	23	-5.173	1.237
Pernambuco	102	-22.485	972	10.746	3.554	15.604	-131	1.570	9.932
Piauí	-43	1.544	29	6.314	1.635	3.184	3	570	13.236
Rio Grande do Norte	208	1.310	174	4.483	1.472	4.159	70	-3.688	8.188
Sergipe	69	691	85	1.783	1.029	3.274	53	-817	6.167
Nordeste	1.256	-41.130	714	65.704	22.639	61.193	640	2.178	113.194

Fonte: (BRASIL, 2010b).

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2010a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 21 jun. 2010b.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego** (jun. 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 ago. 2010.

5 - Setor Externo

Desde 2007, observa-se mundialmente a fase de descenso do ciclo econômico. Em 2009, o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2010) estimou que a taxa de crescimento mundial foi negativa em 0,6%. Importantes parceiros comerciais do Nordeste, como os Estados Unidos da América (EUA), apresentaram queda de 2,4% no Produto Interno Bruto (PIB), o mesmo acontecendo com a União Europeia que registrou recuo de 4,1%. Dessa maneira, as exportações regionais foram bastante prejudicadas em 2009 em relação ao ano anterior, com declínio de 24,8%, índice superior ao observado em escala nacional (22,7%).

Em 2010, as projeções de crescimento mundial acenam para 4,6% (FMI, 2010), com a expectativa de recuperação da economia norte-americana, para a qual se estima avanço de 3,3%. A análise do primeiro semestre do comércio exterior nordestino já reflete esse melhor desempenho da economia mundial. Inicialmente, constata-se a expansão de 51,4% das exportações, ou seja, quase o dobro do crescimento proporcional das exportações brasileiras (27,5%). No período de janeiro a junho de 2010 o Nordeste exportou US\$ 7.706,7 milhões, devendo, portanto, neste ano retomar os patamares de 2008, quando as vendas regionais ultrapassaram os US\$ 15 bilhões.

No que tange ao destino das exportações da região, 25,2% foram direcionadas para a União Europeia, destacando-se Holanda (6,2%), Alemanha (3,7%), Itália (3,3%), Reino Unido (3,1%), Espanha (3%), Bélgica (1,5%), França (1,4%) e Portugal (1,4%). Dentre os países isolados que

se distinguiram como receptores das exportações nordestinas estão Estados Unidos (15,6%), China (14,0%) e Argentina (7,8%).

O exame das exportações nordestinas, pela ótica das contas nacionais, corrobora o papel da região na matriz produtiva nacional e internacional como geradora de bens intermediários. Do valor total exportado no primeiro semestre de 2010, 73,3% (US\$ 5.647,9 milhões) referem-se a bens intermediários. De fato, foram US\$ 4.270,6 milhões em insumos industriais, US\$ 1.215,1 milhões em alimentos e bebidas destinados à indústria e US\$ 162,2 milhões em peças e acessórios de equipamentos de transporte. Somente 14,7% das exportações corresponderam a bens de consumo, enquanto combustíveis e lubrificantes responderam por 9,6%. A exportação de bens de capital alcançou nível irrisório: US\$ 54,7 milhões ou 0,7% do total exportado no primeiro semestre de 2010.

A relação das maiores empresas exportadoras confirma a característica de fornecedor de bens intermediários do Nordeste, como demonstram os ramos de atividade relacionados no Quadro I.

A distribuição espacial das exportações nordestinas no primeiro semestre de 2010 mostra concentração em apenas dois estados: Bahia (53,8%) e Maranhão (20,6%), conforme o Gráfico 1.

No Maranhão, as exportações cresceram 154% no primeiro semestre deste ano na comparação com igual período de 2009, consequência sobretudo da expansão nas vendas de minérios de fer-

Quadro 1 – Nordeste – Principais Empresas Exportadoras– Valores Exportados no Primeiro Semestre de 2010 – Participação no Total Exportado pela Região – Ramos de Atividade

Empresa	Valor Exportado (US\$ mil)	Participação no Total (%)	Ramo de Atividade
Vale S.A.	929.425	12,06	indústria extrativa - extração de minerais metálicos
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	841.255	10,92	indústria extrativa - extração de petróleo e gás natural e indústria de transformação - fabricação de coque e produtos derivados de petróleo
Braskem S.A.	539.543	7,00	indústria de transformação - fabricação de produtos químicos
Bahia Sul Celulose S.A.	454.880	5,90	indústria de transformação - fabricação de papel e celulose
Paranapanema S.A.	258.951	3,36	indústria de transformação - metalurgia de metais não-ferrosos (cobre)
Ford Motor Company Brasil Ltda.	237.581	3,08	indústria de transformação - fabricação de veículos automotores
Copertrading Comércio Exportação e Importação S.A.	218.896	2,84	comércio de açúcar e álcool
Veracel Celulose S.A.	212.553	2,76	indústria de transformação - fabricação de papel e celulose
Bunge Alimentos S.A.	179.629	2,33	indústria de transformação - fabricação de produtos alimentícios (processamento de soja) e fabricação de produtos químicos (fertilizantes)
Cargill Agrícola S.A.	177.114	2,30	indústria e comércio de açúcar e óleo de soja
Bahia Specialty Cellulose S.A.	167.359	2,17	indústria de transformação - fabricação de papel e celulose
Alcoa Alumínio S.A.	165.782	2,15	indústria de transformação - extração de minerais não-ferrosos (alumínio)

Fonte: (BRASIL, 2010b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

ro e aglomerados. Houve crescimento tanto na quantidade exportada como no preço do produto, que subiu 73,7% no segundo trimestre de 2010, comparativamente ao primeiro, conforme a Vale (DISPARADA..., 2010). Entre os países de destino, destaque para o Japão (com aumento superior a 807% do valor comprado) e a China (incremento de 201%). Juntos, esses dois países responderam por 38% das exportações maranhenses.

O aumento do consumo de minério de ferro se alicerça na expansão de atividades das indústrias de construção civil e automotiva. A China, por exemplo, planeja a construção de três milhões de apartamentos populares em 2010. Dessa maneira, a Vale antecipa maior demanda por ferro, inclusive com repercussões de investimentos no Maranhão. Segundo a empresa, a ferrovia Parauapebas (PA)-São Luís (MA) será duplicada em

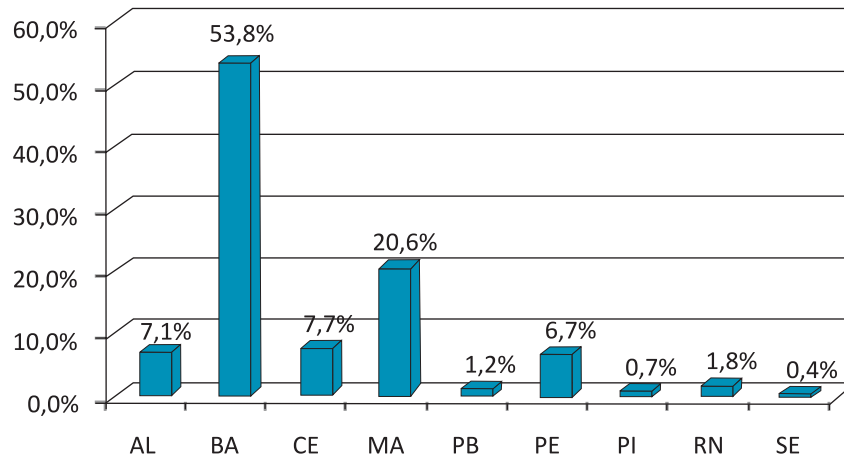


Gráfico 1 – Distribuição Proporcional das Exportações Nordestinas por Estado no Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

605 dos seus 892 kms e construído mais um *pier* no terminal marítimo da Ponta da Madeira (no complexo portuário de Itaqui), onde é feito o embarque do minério de ferro destinado ao exterior. Estima-se que até 2015 a capacidade anual de embarque atingirá 230 milhões de toneladas (VALE..., 2010).

Dos nove estados nordestinos, a Bahia assinou o segundo maior crescimento no valor expor-

tado no período em análise: 46,8%. Os capítulos que mais se destacaram foram: combustíveis, óleos e ceras minerais etc., com vendas de US\$ 717,1 milhões (incremento de 317%), produtos químicos orgânicos, US\$ 706,4 milhões (+100%) e sementes e frutos oleaginosos, grãos etc., US\$ 267 milhões (+17%). Ressalte-se ainda o desempenho do capítulo veículos, automóveis, tratores e ciclos que apresentou recuperação depois de sofrer efeitos acentuados da crise financeira internacional.

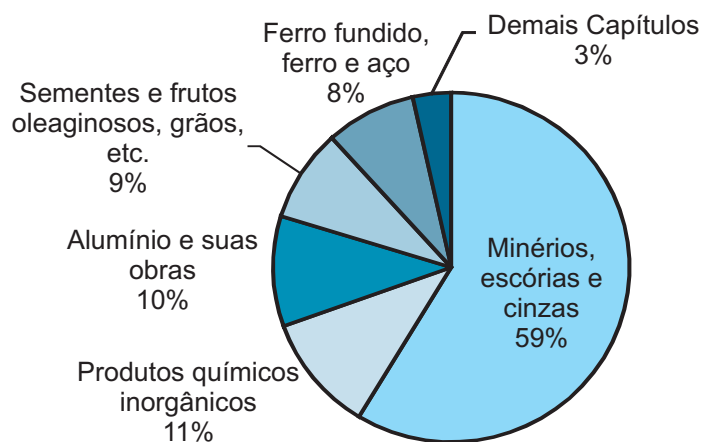


Gráfico 2 – Maranhão. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

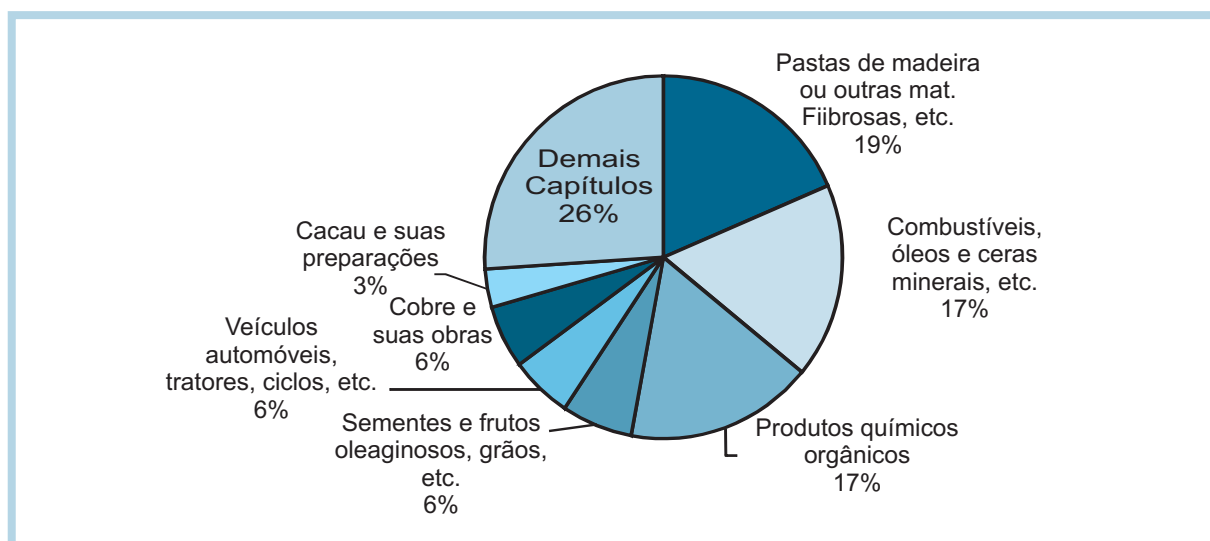


Gráfico 3 – Bahia. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Entre os estados nordestinos, o Piauí apresentou o maior declínio na análise semestral, somando exportações de US\$ 57,7 milhões, redução de 20,1%. As maiores quedas foram registradas pelos segmentos de castanha de caju (-18%), couros ovinos (-34%) e quartzitos em bruto (-44%).

O Ceará retomou o patamar das exportações de 2008, alcançando US\$ 595,3 milhões no primeiro semestre de 2010. Dentre os capítulos de maior crescimento na pauta estadual destacam-se

peles e couros (68%) e calçados, polainas, etc. e suas partes (39%). As vendas externas de melões frescos – produto integrante do capítulo frutas, cascas de cítricos e melões – também experimentaram expressivo aumento de valor: 35%

No segmento de couros, o estado foi o maior exportador nordestino em 2010, via porto do Pecém. Nacionalmente, é ultrapassado apenas por São Paulo e Rio Grande do Sul. EUA, Itália, República Tcheca e China foram os principais destinos

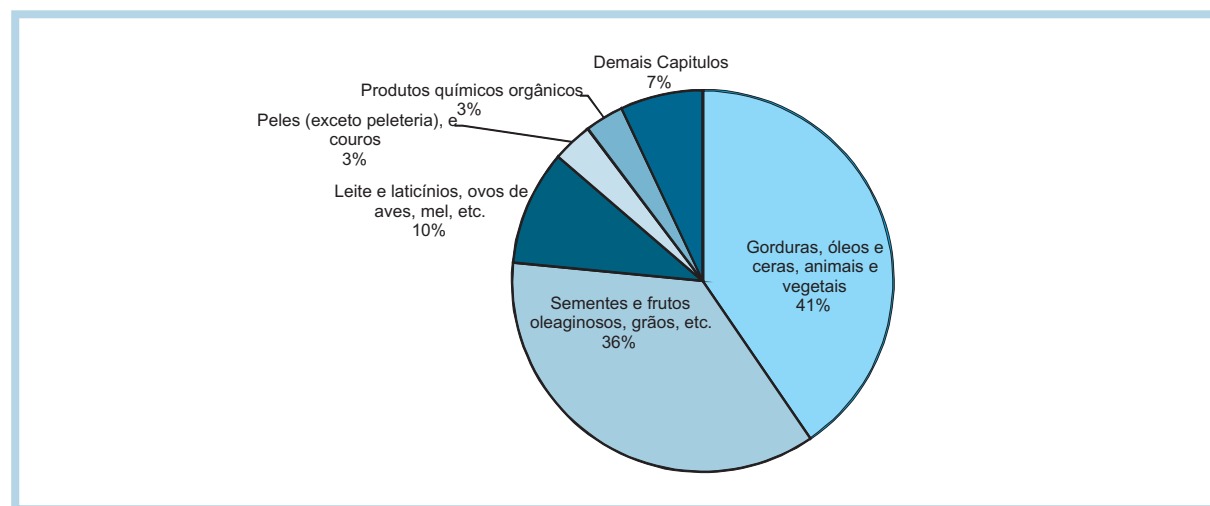


Gráfico 4 – Piauí. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

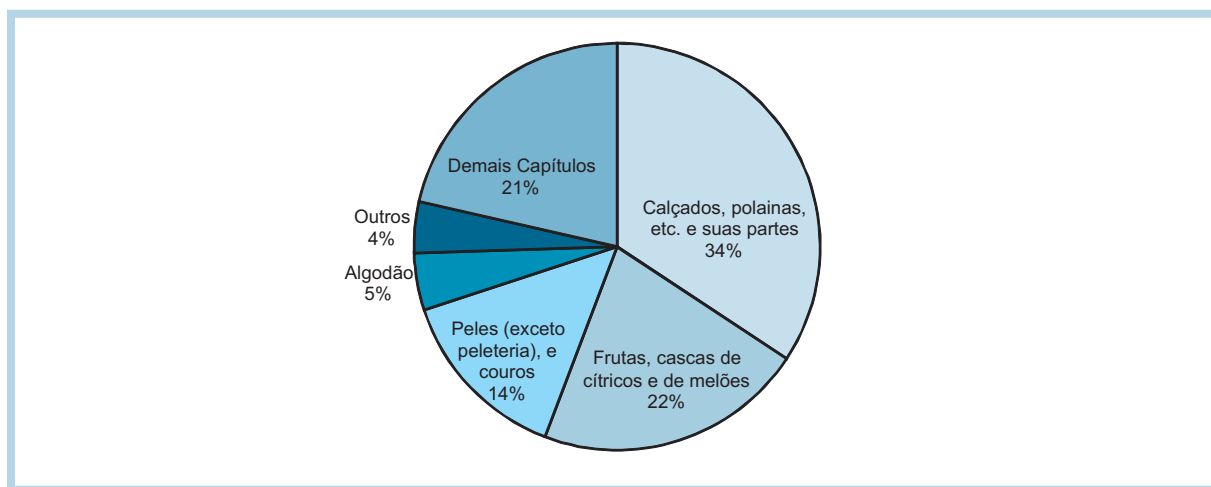


Gráfico 5 – Ceará. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

do couro cearense, utilizado principalmente em revestimento de automóveis e em móveis. Duas empresas foram responsáveis por esse desempenho do setor coureiro: a Cascavel Couros Ltda. (vendas de US\$ 65,4 milhões) e a Bermas Maracaná Indústria e Comércio de Couros.

Pernambuco exportou US\$ 517,9 milhões no primeiro semestre de 2010, acréscimo de 42% sobre o mesmo período de 2009. Os capítulos de desempenho mais significativos foram: açúcares

e produtos de confeitaria (54,5%) e plásticos e suas obras (49,6%).

As exportações de Alagoas totalizaram US\$ 547 milhões, crescimento de 13,4% em relação ao primeiro semestre do ano passado. No que tange aos cinco principais capítulos da pauta exportadora estadual, manteve-se basicamente a mesma configuração de 2009. Os capítulos açúcares e produtos de confeitaria (86,51%) e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (8,43%) permane-

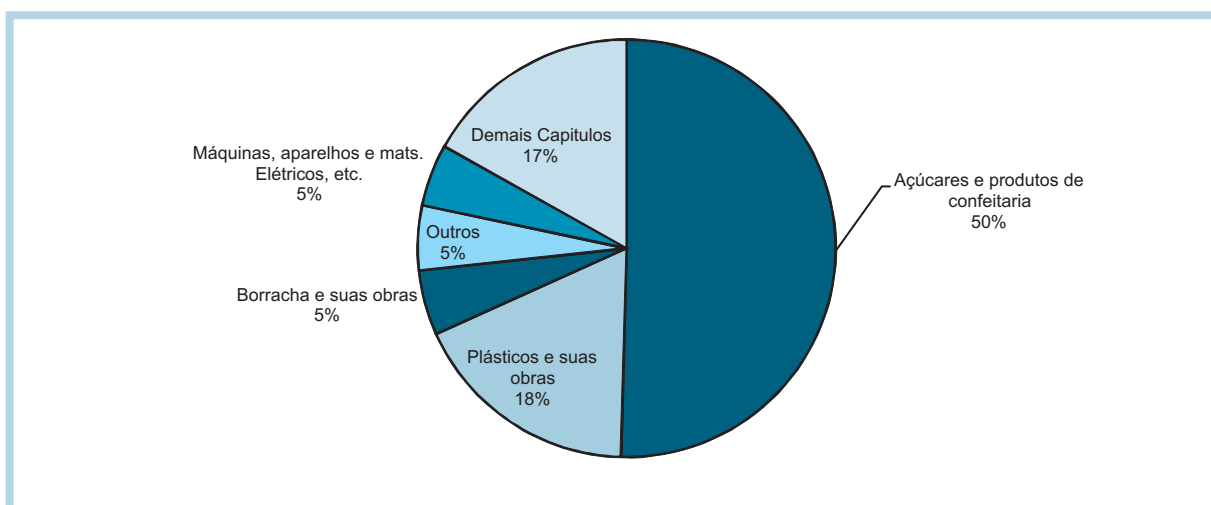


Gráfico 6 – Pernambuco. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

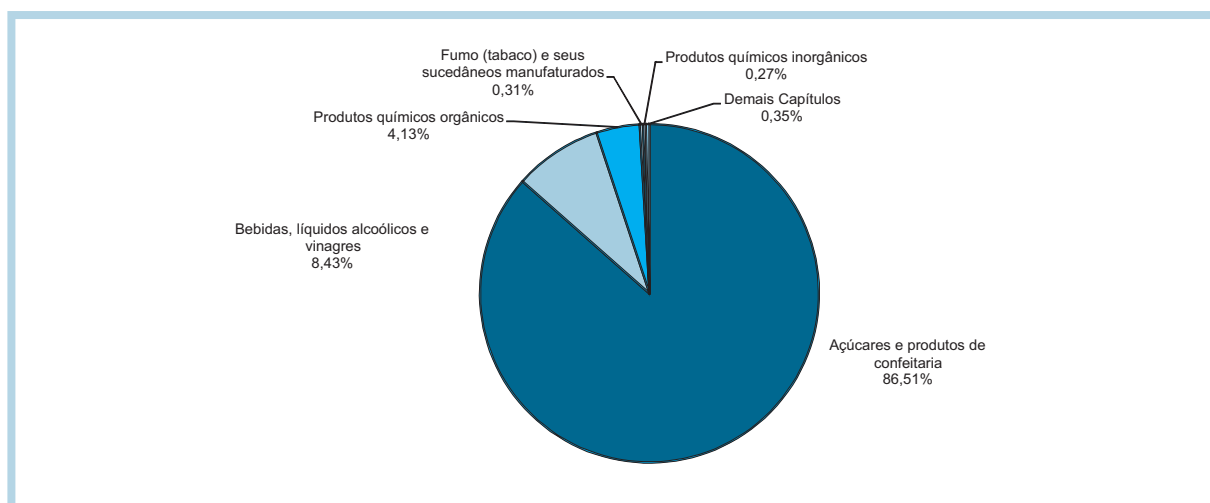


Gráfico 7 – Alagoas. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

ceram, respectivamente, em primeiro e segundo lugares, enquanto se observou uma alternância de posições entre os capítulos produtos químicos orgânicos (4,13%) e produtos químicos inorgânicos (0,27%).

A novidade fica por conta da entrada do item fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados no rol dos principais capítulos exportados pelo estado, com participação de 0,31% do valor das vendas.

Sergipe exportou US\$ 27,6 milhões no primeiro semestre de 2010, montante 7% inferior ao registrado no mesmo período de 2009. Esse resultado pode ser explicado pela ausência do capítulo sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento (cimento não pulverizado “clinkers”) na pauta de exportações. No período anterior, esse grupo de produtos ocupava o segundo lugar das vendas estaduais – tendo como principal destino a África Ocidental.

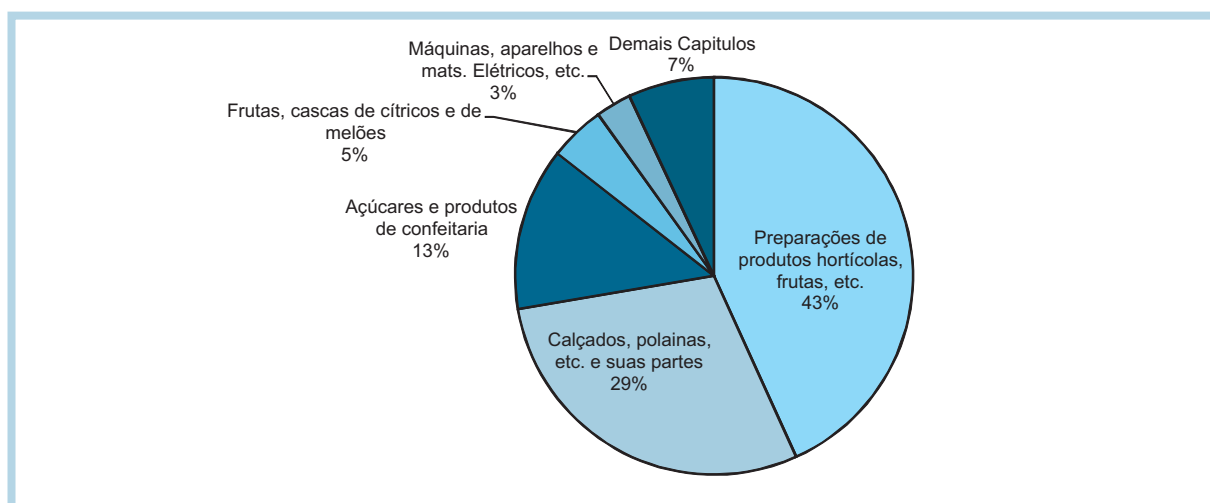


Gráfico 8 – Sergipe. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Isso pode ser reflexo do aumento da demanda interna pelo produto, em decorrência das grandes obras previstas para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, da implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Há registros de escassez do produto no mercado nacional no primeiro semestre de 2010, sendo que, segundo o secretário executivo do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), José Otávio de Carvalho, já se planeja importar cimento para suprir eventuais desabastecimentos.

Em Sergipe, o capítulo preparações de produtos hortícolas, frutas, etc. continua ocupando o primeiro lugar nas vendas, com 43% de participação, seguido por calçados, polainas, etc. e suas partes (29%), cujas vendas, em termos de quantidade, registraram o expressivo aumento de 142%, provavelmente reflexo da movimentação de preços no setor. O capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões não pontuou na pauta de 2009, mas sua entrada em 2010 não chegou a ser suficiente para compensar a perda com relação às exportações de cimento, uma vez que só representou 5% do total.

As exportações do Rio Grande do Norte cresceram 10,31% no primeiro semestre, totalizando US\$ 137 milhões. A liderança continua com o capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões, cujo principal produto é a castanha de caju, com vendas de US\$ 23,6 milhões, seguido por melões (US\$ 12,4 milhões) e bananas (US\$ 10 milhões).

Em segundo lugar na pauta potiguar aparece o capítulo açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 29,4 milhões), vindo na sequência o relativo a outros artefatos têxteis confeccionados, etc. (US\$ 14,7 milhões). Assim, os capítulos responsáveis por mais de 80% das exportações locais permaneceram os mesmos, observando-se apenas uma troca de posições. Os dois últimos puxaram a queda do *quantum* exportado, com decréscimos de 41,9% e 37,5%, respectivamente. Os demais registraram crescimento, com destaque para açúcares e produtos de confeitaria, com 62,3%.

As vendas da Paraíba alcançaram US\$ 95 milhões no primeiro semestre de 2010, valor 24% superior ao obtido em igual período de 2009. Esse desempenho é explicado pela evolução do valor exportado dos dois principais capítulos da pauta paraibana: calçados, polainas, etc. e suas partes

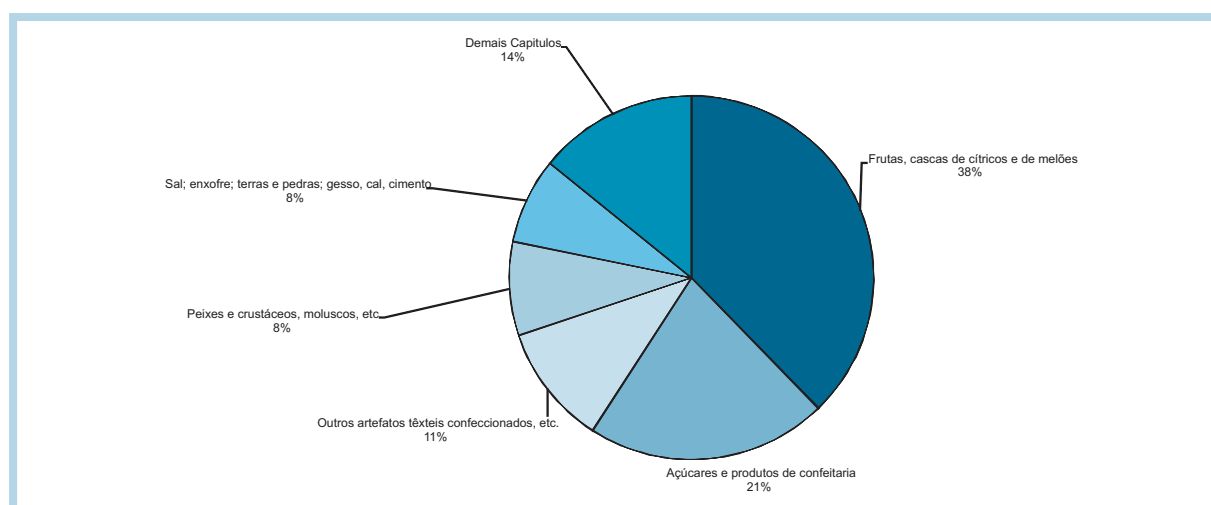


Gráfico 9 – Rio Grande do Norte. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

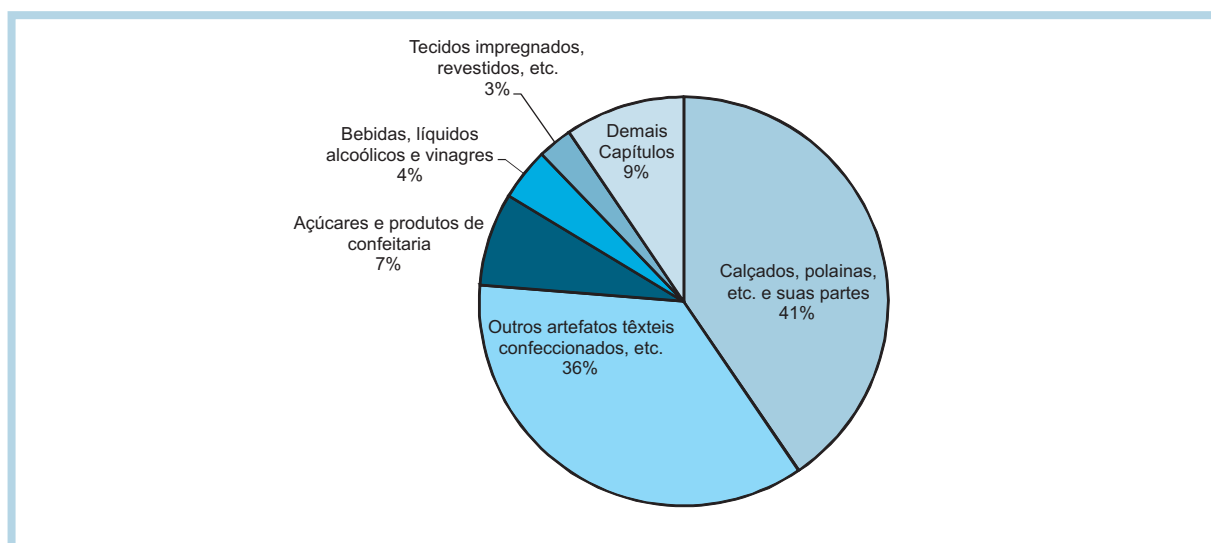


Gráfico 10 –Paraíba. Participação Proporcional (%) dos Capítulos (NCM) no Total das Exportações do Primeiro Semestre de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(5,6%) e outros artefatos têxteis confeccionados, etc. (52,2%). O capítulo açúcares e produtos de confeitaria manteve o mesmo patamar em termos de valor exportado (US\$14,8 milhões), mas sofreu redução na quantidade embarcada.

Segundo Carlos Cogo, da Consultoria Agroecômica, a demanda internacional por açúcar segue aquecida e o Brasil é o único país no momento com oferta do produto, de modo que há boas perspectivas para as exportações de açúcar nos próximos meses (mais detalhes sobre a *commodities* na página 56).

No tocante às importações, o Nordeste alcançou, no primeiro semestre, o patamar de US\$ 7.773,5 milhões. Com isso, houve déficit de aproximadamente US\$ 66 milhões na balança comercial da região. Assim como as exportações, as importações se aproximaram dos montantes registrados em 2008.

A análise dos principais países e blocos econômicos de origem das importações nordestinas

revela que houve crescimento dos valores importados de praticamente todos os parceiros comerciais. De fato, os quatro principais países que exportam para o Nordeste computaram expansão em suas vendas para a região – Argélia (214%), Argentina (52%), China (53%) e EUA (139%).

O incremento das importações foi favorecido pela apreciação da taxa de câmbio efetiva real, movimento que se processa desde janeiro de 2009 (Gráfico 11). Cumpre ressaltar que o aumento da taxa de juros e o expressivo ingresso de capitais na conta financeira do Balanço de Pagamentos sinalizam para a permanência dessa apreciação do real. O mercado prevê a taxa de câmbio em R\$ 1,80/US\$ 1,00 para dezembro de 2010 (BACEN, 2010).

Dessa maneira, as projeções para 2010, tanto para as importações quanto para as exportações nordestinas, devem situar-se em torno de US\$ 15 bilhões. A balança comercial anual deverá ser deficitária em pelo menos US\$ 120 milhões.

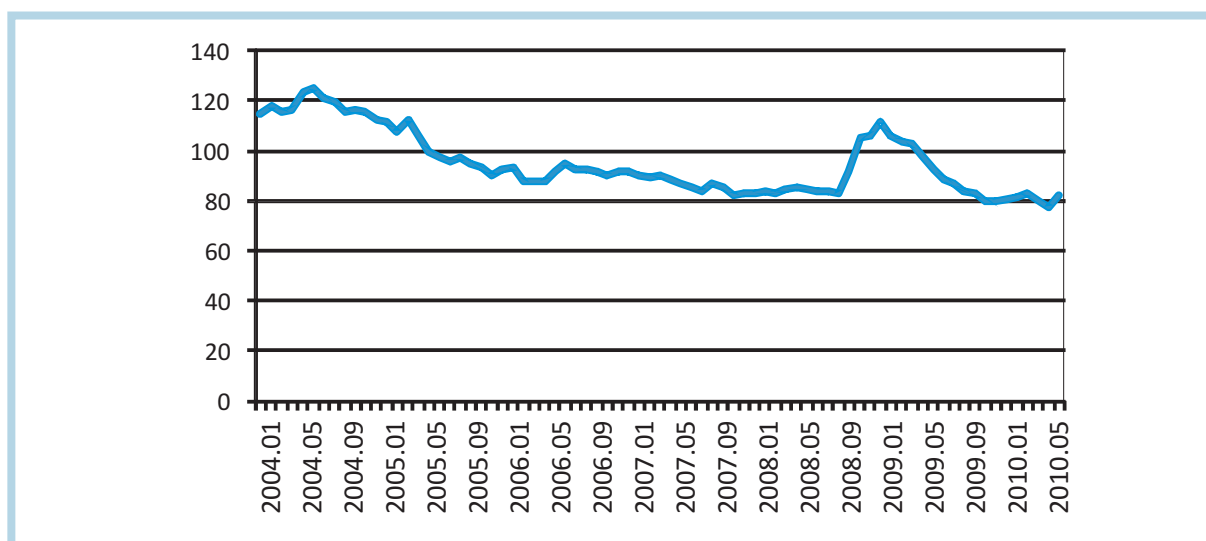


Gráfico 11 – Brasil – Taxa de Câmbio Efetiva Real

Fonte: (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010). Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: A taxa de câmbio efetiva real é a média ponderada do índice de paridade de poder de compra dos 16 principais parceiros comerciais do Brasil. Quando há apreciação da moeda nacional, reduz-se o índice da taxa de câmbio efetiva real.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus:** relatório de mercado, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?FOCUSRELMERC>>. Acesso em: 4 ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2010a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2010b.

DISPARADA no preço quadruplica lucro da Vale a R\$ 6,6 bilhões. Disponível em: <<http://sa-ladeimprensa.vale.com/pt/noticias/interna.asp?id=20022>>. Acesso em: 3 ago. 2010.

EXPORTAÇÃO – Couro: Ceará é o maior exportador do Nordeste. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=30383&tipo=noticia>>. Acesso em: 4 ago. 2010.

FMI. Restoring confidence without harming recovery. **World Economic Outlook Update**, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2010/update/02/index.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

VALE prepara a maior expansão da história em Carajás. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/empresas/industria/vale+prepara+maior+expansao+da+historia+em+carajas/n1237726862142.html>>. Acesso em: 3 ago. 2010.

6 - Finanças Públicas

A composição da receita corrente dos estados e municípios do Nordeste apresenta como fontes relevantes a arrecadação do ICMS, as transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE)¹, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as Transferências Voluntárias da União. A crise financeira internacional impactou a economia em 2009, com reflexos diretos na arrecadação tributária. Outro fator desacelerador da arrecadação tributária federal foi a redução de alíquotas de impostos federais (IPI, principalmente) para alguns setores, como parte da política anticíclica adotada pelo governo para estimular a demanda interna.

A recuperação da atividade arrecadadora nos cinco primeiros meses de 2010, comparados com o mesmo período de 2009², que sofreu todo o reflexo da crise financeira internacional, pode ser comprovada pelo forte crescimento espelhado pelos dados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Contudo, as Transferências Constitucionais não surpreenderam positivamente em 2010. Em termos reais, ficaram no mesmo patamar do primeiro semestre de 2009. A arrecadação líquida dos impostos de renda (IR)

e sobre produtos industrializados (IPI), que é a base do cálculo das transferências constitucionais, caiu 0,45% em termos reais, na comparação do primeiro semestre de 2010 com o primeiro semestre de 2009. Uma possível explicação para essa queda é a base da arrecadação do IR, que representa um pouco mais que 80% do total da arrecadação líquida. O IR arrecadado em 2009 deve-se, em parte, aos lucros e rendas auferidas em 2008, enquanto que o arrecadado no primeiro semestre de 2010 deve-se aos lucros e rendas de 2009, quando o PIB não cresceu.

As Transferências Voluntárias da União para os estados e municípios do Nordeste assinalaram significativo crescimento, em termos reais, comparando-se janeiro a maio de 2010 com o mesmo período de 2009. As transferências para os municípios cresceram 32,65%, enquanto as dos estados cresceram 576,97%. O substancial aumento nas transferências voluntárias aos estados da região Nordeste se deve às transferências do Ministério da Educação (MEC)³. Essas transferências representam mais de 80% do total das transferências voluntárias aos estados.

1 Atualmente as transferências de FPE e FPM correspondem, respectivamente, a 21,5% e 22,5% da arrecadação do IR e do IPI. A Emenda Constitucional nº 55, de 22 de setembro de 2007, alterou o art. 159 da CF/88, determinando que anualmente deve ser repassado ao FPM mais 1% da arrecadação do IR e IPI, a ser entregue no primeiro decêndio de dezembro. Desde março de 2007, 16,66% desses recursos são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

2 A análise é feita em termos reais, a preços de junho de 2010 (IPCA).

3 O maior volume mensal dessas transferências se deu em abril de 2010.

6.1 – Arrecadação do ICMS

A arrecadação do ICMS cresceu nos cinco primeiros meses de 2010, se comparada com a do mesmo período de 2009. A Tabela 1 apresenta as principais arrecadações estaduais, em que se nota a perda de uma posição de Pernambuco. Em 2009, esse estado era a oitava arrecadação, sendo superado por Goiás em 2010. Observe-se que Bahia (6ª posição) e Pernambuco (8ª) são os dois únicos estados do Nordeste entre as dez maiores arrecadações, em 2009. O seleto grupo inclui ainda todos os estados das regiões Sul e Sudeste, mais um único representante da região Centro-Oeste (Goiás).

O crescimento do ICMS da região Nordeste superou o crescimento da média nacional. Isso é reflexo do maior aquecimento do consumo interno da região em comparação com o das outras quatro. A Tabela 2 mostra a evolução da arrecadação por estado no período analisado – janeiro a maio –, comparando 2010 com 2009. Em termos reais, a

preços de junho de 2010 (IPCA), o ICMS cresceu 17,7% no Nordeste e 13,8% no agregado do Brasil. Três estados cresceram abaixo da média nacional: Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Norte.

O baixo crescimento de Alagoas em comparação com a média nacional se deve ao índice de expansão da arrecadação do setor terciário, que cresceu apenas 11,5%. Em Alagoas, esse setor representa 55% da arrecadação do ICMS. No detalhamento, aflora a evolução das seguintes atividades: energia elétrica, queda de 15,3%; petróleo, combustíveis e lubrificantes, aumento de 8,8%; e serviços de comunicação, aumento de 4,4%.

O comportamento insatisfatório do ICMS no Maranhão se deve às quedas ocorridas nos setores primário (17,4%) e secundário (3,7%), que respondem por 17% da arrecadação total. Como a arrecadação do setor terciário, que representa 43,4% do ICMS estadual, ficou abaixo da média

Tabela 1 – ICMS – Dez Maiores Arrecadações Estaduais – 2003-2010 – R\$ Milhões ¹

Estado	Média do Período							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	jan. a maio de 2010
São Paulo	4.691	4.884	5.125	5 702	5.933	6.440	6 519	7.108
Rio de Janeiro	1.303	1.393	1.346	1 461	1. 472	1.506	1 586	1.794
Minas Gerais	1.284	1.405	1.571	1 680	1. 816	1.962	1 856	2.002
Rio Grande do Sul	1.046	1.024	1.144	1 167	1.151	1.252	1 252	1.389
Paraná	781	834	880	915	947	994	1 022	1.103
Bahia	684	758	787	849	840	866	842	1.002
Santa Catarina	545	560	586	609	642	671	708	794
Pernambuco	370	390	434	480	509	524	570	637
Goiás	430	423	425	464	491	518	558	650
Espírito Santo	342	397	466	503	552	591	554	564
Total(a)	11.477	12.068	12.763	13.830	14.352	15.324	15.467	17.043
Brasil(b)	13.892	14.706	15.593	16.983	17.621	18.838	19.035	20.911
Participação(a/b) - %	82,6	82,1	81,9	81,4	81,4	81,3	81,3	81,5

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de maio de 2010 (IGP-DI).

Tabela 2 – ICMS – Evolução da Arrecadação Estadual no Nordeste – 2010/2009 – R\$ Mil¹

Estado/Região	Janeiro a Maio		Var (%)	Participação (%) no Total do País em 2010
	2009	2010		
Alagoas	732.845	823.902	12,4	0,8
Bahia	4.278.724	5.161.991	20,6	4,8
Ceará	2.054.600	2.405.795	17,1	2,2
Maranhão	1.035.223	1.142.751	10,4	1,1
Paraíba	865.216	1.010.456	16,8	0,9
Pernambuco	2.760.658	3.289.607	19,2	3,1
Piauí	643.653	752.152	16,9	0,7
Rio Grande do Norte	1.004.547	1.141.206	13,6	1,1
Sergipe	609.831	735.197	20,6	0,7
Nordeste	13.985.296	16.463.057	17,7	15,3
Brasil	94.771.668	107.814.152	13,8	100,0

Fonte: (BRASIL, 2010b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de junho de 2010 (IPCA).

da região (15%), a arrecadação estadual avançou apenas 10,4%.

A arrecadação de ICMS do Rio Grande do Norte ficou abaixo da média nacional, em função da *performance* do setor primário, com alta de apenas 12,2%. Esse setor representa 14,7% da arrecadação total. A expansão verificada nos setores secundário e terciário não superou a média regional.

Nos estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe o nível da arrecadação suplantou a média do Nordeste. A Bahia marcou incremento acima dos 18%, nos setores primário, secundário e terciário

e apresentou uma arrecadação surpreendente no item Dívida Ativa, com alta de 1.665%, assim como na arrecadação de ICMS – outras fontes, de 1.581%. Esses dois itens representaram 4% do ICMS baiano para o período analisado em 2010.

Explicação similar pode ser dada para a situação em Pernambuco e Sergipe. No caso pernambucano, a arrecadação do ICMS – outras fontes cresceu 2.819% e representa 6,3% do ICMS total de 2010. Em Sergipe, a arrecadação da Dívida Ativa foi 2.548% maior e representa 7,2% da arrecadação total de 2010.

6.2 – Transferências Constitucionais

As Transferências Constitucionais são parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O Nordeste recebe, em média, 52,4% do FPE e 35,2% do FPM.

Em 1989, os secretários estaduais de fazenda e finanças de todo o país definiram o coeficiente para cada Unidade da Federação, conforme dis-

posto no Anexo da Lei Complementar n. 62, de 28 de dezembro de 1989. Para se calcular o valor do FPE devido a cada estado, multiplica-se o valor do FPE total, que é informado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil, pelo respectivo coeficiente individual.

A lógica da definição dos coeficientes estaduais para distribuição do FPE, estabelecidos naquela lei, não foi divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Cabe observar que, no Nordeste,

Tabela 3 – FPE – Evolução da Participação Estadual do Nordeste – 2010/2009 (1º Semestre) – R\$ 1,00¹

Estado/Região	1º Semestre de 2009	1º Semestre de 2010	Participação (%) no Total do Nordeste
Alagoas	821.285.071	815.136.843	7,9
Bahia	1.854.993.578	1.841.106.896	17,9
Ceará	1.448.447.498	1.437.604.264	14,0
Maranhão	1.425.013.797	1.414.345.991	13,8
Paraíba	945.422.484	938.344.950	9,1
Pernambuco	1.362.234.380	1.352.036.547	13,2
Piauí	853.128.844	846.742.230	8,2
Rio Grande do Norte	824.799.139	818.624.604	8,0
Sergipe	820.337.457	814.196.323	7,9
Nordeste	10.355.662.248	10.278.138.648	100,0

Fonte: (BRASIL, 2010d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de junho de 2010 (IPCA).

as quatro maiores economias, em ordem decrescente, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, detêm os mais altos coeficientes: 9,4%, 6,9%, 7,3% e 7,2%, respectivamente. Os coeficientes dos demais estados variam em torno de 4%.

A distribuição dos recursos do FPM aos municípios se dá de acordo com a população estimada pelo IBGE. A partir desse levantamento, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixa o coeficiente de participação de cada município, com base no disposto no Decreto-Lei n. 1.881/81.

Como comentado no início deste capítulo, a distribuição dos recursos para os estados via

Transferências Constitucionais (FPE e FPM) caiu em termos reais. O FPE caiu 0,8% e o FPM caiu 0,3%. A Tabela 3 apresenta a evolução do FPE, em termos reais, comparando o primeiro semestre de 2010 com o mesmo período de 2009.

A queda no FPM foi um pouco menor, e está apresentada na Tabela 4. As possíveis razões para a queda do FPE e FPM, estão na *performance* do imposto de renda, principalmente, e foram comentadas no início deste capítulo.

Cabe observar que a queda no FPM não tem a mesma magnitude em todos os estados. Com efeito, Piauí e Rio Grande do Norte assinalaram

Tabela 4 – FPM – Evolução da Participação Estadual do Nordeste – 2010/2009 (1º Semestre) – R\$ 1,00¹

Estado/Região	1º Semestre de 2009	1º Semestre de 2010	Participação (%) no Total do Nordeste	Variação %
Alagoas	489.841.453	487.450.536,12	6,7	-0,5
Bahia	1.879.656.503	1.859.007.831,42	25,4	-1,1
Ceará	1.075.026.954	1.069.296.932,87	14,6	-0,5
Maranhão	859.412.110	853.781.578,56	11,7	-0,7
Paraíba	666.196.919	662.065.331,73	9,0	-0,6
Pernambuco	1.035.309.829	1.029.937.637,13	14,1	-0,5
Piauí	524.620.415	542.939.479,95	7,4	3,5
Rio Grande do Norte	511.315.212	516.584.736,89	7,1	1,0
Sergipe	299.544.042	297.917.142,86	4,1	-0,5
Nordeste	7.340.923.437	7.318.981.208	100,0	-0,3

Fonte: (BRASIL, 2010d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de junho de 2010 (IPCA).

Tabela 5 – Fundo de Participação dos Municípios – Capitais do Nordeste – Evolução 2010/2009 (1º Semestre) – R\$ 1,00¹

Estados	1º Semestre de 2009	1º Semestre de 2010	Participação (%) no Total do Nordeste	Variação (%)
Maceió	105.793.483	106.574.937	1,5	0,7
Salvador	152.342.616	153.467.910	2,1	0,7
Fortaleza	211.586.966	213.149.875	2,9	0,7
São Luís	105.793.483	106.574.937	1,5	0,7
João Pessoa	84.634.787	85.259.950	1,2	0,7
Recife	118.488.701	119.363.930	1,6	0,7
Teresina	84.634.787	106.574.937	1,5	25,9
Natal	60.937.046	68.207.960	0,9	11,9
Aracaju	54.166.263	54.566.368	0,7	0,7
Nordeste - Capitais	978.378.132	1.013.740.805	13,9	3,6

Fonte: (BRASIL, 2010d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de junho de 2010 (IPCA).

incremento real de 3,5% e 1%, respectivamente. O FPM total transferido às capitais do Nordeste não sofreu queda no período. Pelo contrário, experimentou expansão real de 3,6%, conforme visualizado na Tabela 5.

Assim como no FPM total Piauí e Rio Grande do Norte não sofreram queda, suas capitais registraram aumento surpreendente. O FPM de Teresina cresceu 25,9%, enquanto o de Natal cresceu 11,9%, em termos reais.

6.3 – Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias compreendem os montantes de recursos financeiros transferidos pela União para os estados, Distrito Federal e municípios, em decorrência da celebração de convênios, acordos ou instrumentos similares. Comparando-se os cinco primeiros meses de 2010 com o mesmo período de 2009, observa-se um crescimento considerável (577%) nas transferências para os estados do Nordeste, como se vê na Tabela 6.

A maior parte desse aumento se deve às transferências do MEC, ao amparo de programas como Brasil Escolarizado, Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos. Os repasses do MEC corres-

pondem a mais de 80% do total das transferências para os estados⁴; no Piauí, representam 99%.

As transferências voluntárias para os municípios do Nordeste experimentaram acréscimo real de 32,7% no período analisado (Tabela 7). A variação é muito parecida em sete dos nove estados da região, indo de 30,5% a 35,3%. As exceções ficam por conta da Bahia (+46,5%) e de Pernambuco (+17%). As transferências para os municípios da Bahia, em 2010, vieram quase que exclusivamente de dois ministérios: MEC, com 59% das transferências, e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com 38%.

É oportuno mencionar os cinco programas responsáveis pelos maiores montantes de transferên-

4 Em apenas dois estados os repasses do MEC correspondem a menos de 80%: Ceará, 65%; e Rio Grande do Norte, 74%.

Tabela 6 – Transferências Voluntárias da União – Evolução da Participação Estadual do Nordeste – 2010/2009 (1º Semestre) – R\$ mil¹

Estado/Região	Janeiro a Maio		Participação (%) em 2010 no Total do Nordeste	Variação 2010/2009 (%)
	2009	2010		
Alagoas	5.126	53.035	6,4	934,6
Bahia	26.577	220.655	26,4	730,3
Ceará	13.277	76.924	9,2	479,4
Maranhão	11.811	89.857	10,8	660,8
Paraíba	10.708	63.974	7,7	497,4
Pernambuco	25.592	166.493	19,9	550,6
Piauí	6.714	74.399	8,9	1.008,2
Rio Grande do Norte	11.028	62.518	7,5	466,9
Sergipe	12.470	26.865	3,2	115,4
Nordeste	123.303	834.721	100,0	577,0

Fonte: (BRASIL, 2010d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de junho de 2010 (IPCA).

cias voluntárias para os estados até maio de 2010: Brasil Escolarizado, Projovem, Resposta aos Desastres e Reconstrução, Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade e Acesso à Alimentação, os quais, juntos, representam 95% das transferências. No caso dos municípios, foram os seguintes: Brasil Escolarizado, Projovem, Resposta aos Desastres

e Reconstrução, Proteção Social Básica e Erradicação do Trabalho Infantil, os quais representam 87% das transferências. O programa Transferência de Renda com Condiionalidades – Bolsa Família representa 0,15% das transferências voluntárias para os estados e 5,3% das transferências voluntárias para os municípios, até maio de 2010⁵.

Tabela 7 – Transferências Voluntárias da União aos Municípios – 2010/2009 (1º Semestre) – R\$ mil¹

Estado/Região	Janeiro a Maio		Participação (%) em 2010 no Total do Nordeste	Variação 2010/2009 (%)
	2009	2010		
Alagoas	27.852	37.684	5,7	35,3
Bahia	109.828	160.951	24,5	46,5
Ceará	84.637	110.463	16,8	30,5
Maranhão	65.316	87.034	13,3	33,3
Paraíba	38.378	50.383	7,7	31,3
Pernambuco	85.786	100.371	15,3	17,0
Piauí	33.449	44.068	6,7	31,7
Rio Grande do Norte	31.604	41.693	6,3	31,9
Sergipe	18.296	24.177	3,7	32,1
Nordeste	495.145	656.823	100,0	32,7

Fonte: (BRASIL, 2010d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ A preços de junho de 2010 (IPCA).

5 Referido programa responde por 2,9% do total das Transferências Voluntárias da União para estados e municípios.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 22 jul. 2010a.

_____. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/boletim/valores/asp>>. Acesso em: 22 jul. 2010b.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 22 jul. 2010c.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Transferências constitucionais e voluntárias**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 22 jul. 2010d.

7 - Intermediação Financeira

7.1 - Panorama Geral

O sistema financeiro nacional apresenta desempenho forte e sustentado nos últimos anos. A partir de 2003, o estoque de crédito cresceu a taxas anuais superiores a 20%, com pequena queda em 2008 por conta dos efeitos negativos da crise financeira internacional. Entretanto, voltou a se expandir em torno dessa média a partir de 2009.

Uma outra forma de mostrar esse resultado é comparar o estoque das operações de crédito em relação ao PIB: de 22% em dezembro de 2002, essa proporção para 45%, em dezembro de 2009. Embora tenha dobrado em sete anos, a relação permanece inferior à de países em situação econômica equivalente, indicando que o crédito pode continuar a crescer sem atingir níveis preocupantes.

Nada obstante esse quadro favorável, cabe argumentar até que ponto esse crescimento pode trazer dificuldades à sustentabilidade e riscos ao sistema bancário brasileiro, no médio e longo prazos. Embora a história mostre que a maioria das crises financeiras foi precedida de rápida expansão das operações de crédito, esse parece não ser o caso brasileiro.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2010a), no período de aumento do crédito no Brasil houve redução significativa das taxas de juros, motivada pela estabilização da economia brasileira e controle inflacionário. Assim, clientes que não utilizavam o crédito devido ao nível das taxas de juros e

às incertezas quanto ao cenário econômico, foram incorporados ao sistema bancário.

Por outro lado, entre 2004 e 2009, além da expansão do crédito nas modalidades já existentes, como o financiamento imobiliário e o de veículos, foram criadas novas linhas, a exemplo dos empréstimos consignados em folha, o que implicou mudanças na estrutura da carteira de crédito destinada às pessoas físicas. Cheque especial, cartões de crédito e crédito pessoal não consignado, que correspondiam a 19% da carteira de pessoas físicas, passaram a representar 15%. Já a participação do crédito consignado em folha e de financiamentos imobiliários e de veículos (incluindo **leasing**) subiu de 40% para 57% no mesmo período.

Com isso, ocorreu queda significativa no perfil de risco da carteira de crédito do sistema como um todo, tendo em vista que as modalidades de maior crescimento apresentaram menores taxas de inadimplência, com redução das perdas das instituições. Dito de outra forma, a expansão decorreu principalmente da inclusão de novos clientes de baixo risco de crédito e não da incorporação de clientes de risco elevado.

Em anos recentes, houve também menor concentração em empréstimos de maior valor, em face da inclusão de novos devedores, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas e consequente decréscimo da relação entre os maiores devedores e a carteira total. Os mil maiores devedores re-

presentavam 25% do total da carteira de crédito em dezembro de 2004. Cinco anos depois, a participação era de 20%, conforme o Banco Central do Brasil (2010a).

De outra parte, o nível de solvência das instituições permaneceu elevado em função dos novos aportes de capital e da acumulação de lucros. Os resultados da análise de cenários feita pelo Banco Central do Brasil (2010a), realizada por meio de estresse em indicadores macroeconômicos (variações abruptas nas taxas de juros e de câmbio), indicaram que a solvência do sistema bancário brasileiro não seria impactada de forma relevante. Assim, nesse cenário, o Índice de Basileia¹ do agregado do sistema atingiria 15% em junho de 2011, bem acima do mínimo regulamentar de 11%.

Apenas para fazer um contraponto: relatório do Comitê Bancário dos Reguladores Europeus

(COMITEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS, 2010a) sobre teste de estresse em 91 grandes bancos europeus revela que sete deles (oriundos da Alemanha, Espanha e Grécia) foram reprovados, significando que necessitam levantar recursos para reforçar suas situações financeiras. Em 2009, 10 das 19 instituições dos Estados Unidos submetidas ao teste também fracassaram.

Em resumo, o crescimento das operações de crédito no Brasil se realiza de forma consistente e saudável, ocorrendo principalmente em modalidades de menor risco para os bancos, e a partir do incremento da base de clientes, com moderada expansão do endividamento médio dos tomadores e redução da concentração da carteira. Nada obstante esse conjunto de fatos positivos, o Bacen chama a atenção para a necessidade de aprimorar marcos regulatórios, critérios de concessão e processos de gestão do risco de crédito.

7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

No final de maio, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional² alcançou o montante de R\$ 1.500,3 bilhões, aumento de 2,1% sobre abril e de 19% em 12 meses, segundo o Banco Central do Brasil (2010b). Em função desse desempenho, a participação do estoque

de crédito no PIB saltou de 41,1%, em maio/09 para 45,3%, em maio/10. Os resultados positivos estão associados à retomada da atividade econômica e à expansão do emprego e da renda, elementos que continuam impulsionando projetos de investimento e gastos de consumo.

1 Conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência e o Patrimônio de Referência Exigido. No Brasil, a relação mínima exigida é de 11%, de acordo com a Res. No. 3.490/07 e a Circular 3.360/07, do Banco Central. Por outras palavras, corresponde ao mínimo necessário de capital que o banco tem de reservar para fazer frente a perdas inesperadas decorrentes de suas operações.

2 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento formado pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Em maio de 2010, as operações de crédito do Sistema Bancário representavam 86% do total do Sistema Financeiro Nacional.

Nesse contexto, as instituições públicas de crédito registraram incremento de 30,9% impulsionado pela crescente demanda por empréstimos habitacionais e investimentos. Em função desse resultado, sua participação no total do crédito subiu de 37,9% em maio/09 para 41,7%, em maio último. A banca privada (instituições nacionais e estrangeiras) avançou apenas 11,7% no período considerado, o que revela sua maior cautela e conservadorismo na concessão de crédito.

Refletindo em certa medida o quadro descrito, as operações realizadas com recursos livres, cerca de dois terços do total na posição de maio último, apresentaram expansão de 12,5% em 12 meses. Por outro lado, as operações com recursos direcionados (lastreadas com recursos compulsórios ou governamentais) cresceram quase três vezes mais (34,3%), fortemente influenciadas pelo desempenho do BNDES (+40,8%).

O setor privado continua a absorver a maior parcela dos recursos (95,9%), com crescimento de 16,7% em 12 meses, com destaque para o setor habitacional (+ 50,6%), no qual se distingue o programa **Minha Casa, Minha Vida**. O aumento verificado no setor comercial (22,4%) é justificado pela expansão do consumo das famílias, impulsionada pela ampliação do emprego, da massa salarial, do crédito e dos prazos de financiamento.

Vale destacar, ainda, que, paralelamente ao aumento dos empréstimos ocorreu, também, melhoria na qualidade e nas condições dos créditos concedidos. Assim, o índice de inadimplência (valor das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total do crédito) caiu de 4,3% em maio/09 para 3,8% um ano depois. Nas operações referenciais para taxas de juros, houve também melhoras substanciais entre maio/09 e maio/10. A taxa de juro caiu de 37,9% a.a para 34,9% a.a, o **spread**

Tabela 1 – BRASIL – Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos – Maio de 2009 e 2010

Usos e Fontes dos Recursos	Maio 2009	Maio 2010	Variação Nominal	Participação Maio/2010 (%)	R\$ Milhões Correntes Ope/PIB ⁽¹⁾ , em %	
					Maio/2009	Maio/2010
1. Usos dos Recursos	1.261.272	1.500.315	19,0	100,0	41,4	45,3
1.1.Setor Público	28.434	61.688	117,0	4,1	0,9	1,9
Gov. Federal	9.461	33.969	259,0	2,3	0,3	1,0
Gov. Est. e Mun.	18.973	27.719	46,1	1,8	0,6	0,8
1.2.Setor Privado	1.232.838	1.438.627	16,7	95,9	40,5	43,4
Indústria	295.471	314.406	6,4	21,0	9,7	9,5
Habitação	71.545	107.718	50,6	7,2	2,3	3,3
Rural	107.678	117.123	8,8	7,8	3,5	3,5
Comércio	120.404	147.339	22,4	9,8	4,0	4,4
Pessoas Físicas	422.566	493.160	16,7	32,9	13,9	14,9
Outros Serviços	215.174	258.881	20,3	17,3	7,1	7,8
2. Fontes dos Recursos	1.261.272	1.500.315	19,0	100,0	41,4	45,3
2.1. Livres	889.869	1.001.478	12,5	66,8	29,2	30,2
2.2.Direcionados ⁽²⁾	371.403	498.837	34,3	33,2	12,2	15,1
BNDES	215.558	303.577	40,8	20,2	7,1	9,2
Outros	155.845	195.260	25,3	13,0	5,1	5,9
3.Controle de Capital	1.261.272	1.500.315	19,0	100,0	41,4	45,3
3.1. Instituições Privadas	782.964	874.356	11,7	58,3	25,7	26,4
3.2. Instituições Públicas	478.308	625.959	30,9	41,7	15,7	18,9

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

⁽²⁾ Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

(diferença entre a taxa de concessão de empréstimo e a de captação de recurso) diminuiu de 28,1 p.p (ponto percentual) para 23,9 p.p e o prazo médio dos empréstimos aumentou de 357 para

434 dias corridos. Cabe esclarecer que os dados relativos a essas três últimas variáveis representam a média entre pessoas físicas e jurídicas que, isoladamente, também registraram melhoras.

7.3 - Saldo das Operações e da Qualidade do Crédito no Nordeste

No final de abril, o saldo das operações de crédito do sistema financeiro do Nordeste³ atingiu R\$ 153,8 bilhões, incremento de 1,8% sobre o mês anterior e de 34,6% em 12 meses, conforme o Banco Central do Brasil (2010b). Em termos regionais, foi o maior aumento no período de um ano, seguindo-se Norte (21,6%), Sudeste (18,4%), Sul (13,8%) e Centro-Oeste (13,4%).

Como ocorreu em âmbito nacional, o desempenho do crédito no Nordeste foi influenciado pela retomada da atividade econômica, pela expansão do emprego e da renda e pela melhora das expectativas dos empresários e do consumo das famílias. Ademais, se a expansão de 34,6% for tomada como indicador da atividade econômica, é admissível supor que a economia nordestina apresentou, nos 12 meses findos em abril/10, se não o melhor, pelo menos um significativo desempenho entre as demais regiões do país.

Um outro resultado subjacente a forte expansão dos empréstimos regionais é que a relação estoque das operações de crédito/PIB do Nordeste vem também evoluindo em períodos recentes. Estimativas do BNB/Etene indicam que entre abril/09 e abril/10 a marca mudou de 28,9% para

35,1%. Contudo, essa participação ainda está dez pontos percentuais abaixo da média brasileira.

Entre os estados nordestinos, os maiores incrementos das operações de crédito foram registrados em Pernambuco (78,4%), Piauí (44,7%), Maranhão (36,2%) e Sergipe (31,9%).

Ao lado da expansão do volume de crédito, motivada ainda pela incorporação de novos tomadores e de riscos menores, a qualidade do crédito do Nordeste também foi melhorada. Em abril/09, a taxa de inadimplência total (valor das operações em atraso superior a 90 dias/total do crédito concedido) foi de 4,7% ante 3,9%, em abril deste ano. Por categoria de tomador também registrou-se melhora. Para pessoas físicas, caiu de 6,9% para 5,7% e para pessoas jurídicas, baixou de 2,8% para 2,5% entre os meses considerados.

Como informação adicional, no final de abril, as pessoas jurídicas respondiam por 54,5% do total do crédito no Nordeste e as pessoas físicas pelo restante. Nas demais regiões, o maior percentual dos empréstimos para pessoas jurídicas foi no Sudeste (64,4%) e o maior índice para pessoas físicas ficou no Centro-Oeste (56,7%).

3 Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro¹ e Qualidade do Crédito – Posições em Final de Abril de 2009 e 2010

Estados/Regiões	Saldo Oper. R\$ milhões		Varia. Nomi. (b) / (a) em %	Patic. % abr/10	Índice de Inadimplência ² - Abril/2010 (%)		
	Abril de 2009 (a)	Abril de 2010 (b)			Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Maranhão	8.923	12.156	36,2	7,9	6,1	5,1	5,7
Piauí	4.331	6.269	44,7	4,1	6,0	3,9	5,0
Ceará	17.113	22.015	28,6	14,3	5,2	2,5	3,6
R.G. Norte	7.519	9.370	24,6	6,1	5,3	2,6	4,2
Paraíba	6.656	8.631	29,7	5,6	5,5	4,1	4,9
Pernambuco	20.926	37.325	78,4	24,3	5,7	1,8	3,0
Alagoas	6.359	7.828	23,1	5,1	5,5	2,9	4,2
Sergipe	4.673	6.164	31,9	4,0	4,3	3,1	3,8
Bahia	37.773	44.060	16,6	28,6	6,3	2,2	3,9
NORDESTE	114.273	153.818	34,6	11,7	5,7	2,5	3,9
NORTE	39.033	47.460	21,6	3,6	5,9	3,7	4,8
CENTRO-OESTE	107.152	121.549	13,4	9,3	5,3	2,6	4,1
SUDESTE	630.588	746.766	18,4	57,0	4,7	2,1	3,0
SUL	212.420	241.640	13,8	18,4	4,1	2,7	3,1
TOTAL REGIÕES ³	1.103.466	1.311.233	18,8	100,0	4,8	2,4	3,3

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010c). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

¹ Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

² Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total das operações de crédito.

³ Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de abril/2010, a 89,2% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

Na região nordestina, houve predominância de empréstimos a pessoas físicas na Paraíba (62,4%), seguindo-se Maranhão (60,5%) e Rio Grande do Norte (58,6%), sugerindo que nesses estados o crédito é mais destinado ao consumo. De outra parte, a preponderância de pessoas jurídicas foi observada em Pernambuco (67,4%), no Ceará (57,2%) e na Bahia (56,5%), indicando que nesses estados o crédito está mais orientado para a produção.

Quanto à inadimplência, o menor índice, posição de abril último, foi registrado em Pernambuco

(3%), seguido de Ceará (3,6%), Sergipe (3,8%) e Bahia (3,9%). Já a maior taxa, verificou-se no Maranhão (5,7%).

No Nordeste, Pernambuco, estado a apresentar o maior crescimento das operações de crédito (78,4%), tem a maior concentração dos empréstimos tomados por pessoas jurídicas (67,4%), detendo ainda a menor taxa de inadimplência das operações (3%). Uma das explicações é que Pernambuco está sendo beneficiado com grandes obras privadas e governamentais (refinaria de petróleo, porto e estaleiro, entre outros projetos).

7.4 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito no Nordeste

No final de abril, o saldo dos depósitos captados pelo sistema bancário nordestino⁴ alcançou R\$ 117,3 bilhões, com queda de 3,9% sobre o mês anterior e aumento de 14,6% no período de 12 meses, ligeiramente acima do observado em âmbito nacional (12,1%), segundo o Banco Central do Brasil (2010d).

Com taxa de 17,1%, a expansão do saldo dos depósitos na região nordestina foi liderada pelos bancos públicos, responsáveis por quase dois ter-

ços do total. No período de 12 meses findo em abril, o melhor desempenho foi do Banco do Nordeste, com expansão de 76,3%, vindo em seguida a Caixa Econômica Federal (15,6%) e Banco do Brasil (13,3%). No mesmo período, os bancos privados, que respondem por um terço dos depósitos regionais, aumentaram suas captações em 10,1%.

O estado da Bahia concentrava, no final de abril, a maior parcela dos depósitos regionais (28%), seguindo-se Ceará (22,2%), Pernambu-

Tabela 3 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a) – Abril de 2009 e 2010 R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos.Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Abril de 2009	34.507	25.049	3.537	3.948	1.983	65.487	36.888	102.375
Abril de 2010	39.108	28.947	6.234	6.696	1.928	76.679	40.619	117.298
Variação nominal, em %	13,3	15,6	76,3	69,6	-2,8	17,1	10,1	14,6
Participação Abr/10, em %	33,3	24,7	5,3	5,7	1,6	65,4	34,6	100,0
Operações de Crédito								
Abril de 2009	22.996	14.813	4.934	6.485	920	45.214	23.246	68.460
Abril de 2010	28.241	21.465	6.483	7.681	1.087	58.474	29.595	88.069
Variação nominal, em %	22,8	44,9	31,4	18,4	18,2	29,3	27,3	28,6
Participação Abr/10, em %	32,1	24,4	7,4	8,7	1,2	66,4	33,6	100,0

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010d). Com taxa de 17,1%, a expansão do saldo dos depósitos na região nordestina foi liderada pelos bancos públicos, responsáveis por quase dois terços do total. No período de 12 meses findo em abril, o melhor desempenho foi do Banco do Nordeste, com expansão de 76,3%, vindo em seguida a Caixa Econômica Federal (15,6%) e Banco do Brasil (13,3%). No mesmo período, os bancos privados, que respondem por um terço dos depósitos regionais, aumentaram suas captações em 10,1%. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

4 O sistema bancário nordestino aqui considerado é formado pelo pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal e representa um subconjunto do sistema financeiro nordestino, comentado no tópico anterior.

Tabela 4 – NORDESTE – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados – Posição em Final de Abril de 2010

Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação Abr-10/Abr-09	Participação Est/NE, Abr/10	Variação Abr-10/Abr-09	Participação Est/NE, Abr/10
Maranhão	14,7	5,9	30,1	6,9
Piauí	18,6	3,3	31,9	4,4
Ceará	31,4	22,2	24,5	13,8
Rio Grande do Norte	9,6	5,1	35,2	6,1
Paraíba	19,8	5,4	24,2	5,9
Pernambuco	0,4	21,0	32,9	23,6
Alagoas	19,4	4,1	28,3	4,5
Sergipe	6,3	5,0	24,0	4,4
Bahia	15,5	28,0	27,0	30,4
NORDESTE ¹	14,6	100,0	28,6	100,0
BRASIL	12,1	...	10,6	...

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010d). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica

¹ No Nordeste, no final de abril de 2010, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 117,3 bilhões e as operações de crédito R\$ 88,1 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste.

co (21,0%) e Maranhão (5,9%). Em termos de crescimento, as maiores taxas de expansão das captações foram registradas pelo Ceará (31,4%), Paraíba (19,8%) e Alagoas (19,4%).

No caso das operações de crédito do sistema bancário nordestino, o saldo no final de abril atingiu o montante de R\$ 88,1 bilhões⁵, aumento de 2,3% em relação a março e de 28,6% no intervalo de 12 meses, quase três vezes superior ao índice nacional (10,6%) registrado pelo mesmo agregado. No Nordeste, os bancos privados e bancos públicos expandiram o crédito a taxas aproximadas: 27,3% e 29,3%, respectivamente. Entre os bancos públicos, o maior destaque foi a Caixa Econômica Federal (44,9%), seguida de Banco do Brasil (22,8%) e Banco do Nordeste (22,1%).

Em âmbito estadual, a Bahia absorveu a maior parcela das operações de crédito (30,4%), vindo em seguida Pernambuco (23,6%), Ceará (13,8%) e Maranhão (6,9%). Em termos de ritmo de crescimento das operações de crédito, destacaram-se Rio Grande do Norte (35,2%), Pernambuco (32,9%) e Piauí (31,9%).

Vale ressaltar a composição das operações de crédito do Nordeste, segundo as suas principais rubricas, no final de abril último. As operações de curto prazo (empréstimos e títulos descontados) continuaram a absorver a maior parcela (53,2% do total) contra 41,2% em escala nacional. As operações de longo prazo (empréstimos rurais, industriais, comerciais e imobiliários) responderam por 32,5% do total ante 34,5% no país.

⁵ Na referida posição, o saldo das operações de crédito do sistema bancário nordestino representava 57,3% do total do sistema financeiro regional, enquanto em nível nacional essa proporção era de 86,1%. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito do Nordeste e que, por definição, não estão agrupadas no sistema bancário nordestino, mas figuram no sistema financeiro regional.

Nas operações de longo prazo, houve incremento de 49,2% nos financiamentos imobiliários entre abril/09 e abril/10, resultado fortemente influen-

ciado pelo desempenho do programa **Minha Casa, Minha Vida** e pelos estímulos governamentais concedidos à construção civil.

7.5 - BNB: Taxas de Juros, Depósitos e Operações de Crédito

As taxas de juros cobradas nas operações de crédito realizadas pelo Banco do Nordeste continuam bastante competitivas quando comparadas à média dos encargos praticados no mercado brasileiro.

Segundo pesquisa realizada pelo Banco Central (2010e) entre 23 e 29 de junho, o BNB destacou-se especialmente nas operações realizadas junto às empresas. A taxa das operações de capital de giro prefixado foi a 10ª mais baixa do mercado nacional de crédito enquanto a taxa cobrada nas operações de conta garantida foi a 11ª menor. No caso de desconto de duplicata foi 12ª mais baixa

do sistema bancário. Para operações realizadas junto às pessoas físicas, a taxa de juro cobrada no cheque especial ficou em 17º lugar, ocupando ainda a 33ª colocação nos encargos cobrados no crédito pessoal.

A pesquisa mostra, mais uma vez, que a média das taxas de juros cobradas pelos bancos públicos ficou bem abaixo da média dos bancos particulares. Essa postura tem proporcionado maior competição no mercado de crédito e consequente rebaixamento dos juros.

Tabela 5 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro – Período de 23 a 29 de junho de 2010

Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Coeficiente Variação ¹ em %	Posição do BNB	No. Bcos. Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado			
Pessoa Física							
Cheque especial	6,67	6,29	1,76	9,35	39,4	17º	35
Crédito pessoal	2,40	4,73	1,13	21,15	89,6	33º	98
Pessoa Jurídica							
Desconto de duplicata	2,16	2,72	1,13	4,49	28,7	12º	54
Capital de giro prefixado	1,26	2,16	0,04	5,26	42,1	10º	67
Conta garantida	2,56	3,81	1,04	8,49	47,8	11º	38

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

¹ Dado pela relação desvio padrão/média e indica o índice de variabilidade das taxas em relação à média.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

No final de junho, o estoque de depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado o montante de R\$ 6,2 bilhões⁶, com acréscimo nominal de 76,3% sobre junho/09, representando o maior desempenho dentre as instituições públicas do sistema bancário nordestino, conforme já comentado.

O maior crescimento na captação de depósitos ocorreu no Ceará (130,1%), vindo em seguida Pernambuco (77,4%), Rio Grande do Norte (67,7%) e Sergipe (29,7%). Em termos de participação, o Ceará também ocupa a primeira colocação (59,7% do saldo total), seguido, à distância, pelos estados da Bahia (12,3%), Pernambuco (10,4%) e Rio Grande do Norte (4,3%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito do BNB na região atingiu R\$ 6,5 bilhões⁷ no final de junho, com crescimento nominal de 31,4% no período de 12 meses. Os maiores acréscimos foram observados no Maranhão (74%), na Bahia (41,3%), em Sergipe (27,5%) e em Pernambuco (26,4%). Porém, os maiores volumes foram absor-

vidos pelas economias mais fortes a região (em ordem alfabética): Bahia (32,9%), Ceará (15,8%), Maranhão (11,7%) e Pernambuco (8,9%).

Com relação às operações de crédito, vale salientar que ao somar o valor aplicado pelo BNB com o valor das contratações feitas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), ambas as variáveis restritas à região nordestina, o saldo dos empréstimos em favor da região, no final de junho último, se eleva para R\$ 33,6 bilhões, crescimento nominal de 15,5% sobre igual mês de 2009. Desse total, o FNE representa exatos 77,8%, colocando-o como a principal fonte de recursos de longo prazo de que dispõe o BNB para financiar o desenvolvimento regional.

Do total de recursos formado pelo BNB e FNE, na posição de final de junho último, a Bahia absorveu a maior parcela (25,5%), vindo em seguida os estados do Ceará (21,2%), Pernambuco (13,5%) e Maranhão (12,2%).

Tabela 6 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição em Final de Junho de 2010

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Jun-2010/Jun-2009	Participação Est/NE, Jun/2010	Variação Jun-2010/Jun-2009	Participação Est/NE, Jun/2010
Maranhão	-9,6	3,9	74,0	11,7
Piauí	20,0	1,8	17,8	7,4
Ceará	130,1	59,7	19,3	15,8
Rio Grande do Norte	67,7	4,3	17,4	6,0
Paraíba	15,1	2,7	19,0	5,4
Pernambuco	77,4	10,4	26,4	8,9
Alagoas	-23,7	1,4	12,7	6,5
Sergipe	29,7	3,5	27,5	5,4
Bahia	27,9	12,3	41,3	32,9
NORDESTE	76,3	100,0	31,4	100,0

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura.

6 Incluindo as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 6,9 bilhões, no final de junho de 2010

7 Incluindo as agências extrarregionais, o saldo das operações de crédito do BNB atingiu R\$ 8,9 bilhões, no final de junho de 2010.

Tabela 7 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do CREDIAMIGO e do PRONAF – Acumulado no Período Janeiro-Junho de 2010

Em %

Estados	CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	33,3	12,5	67,7	15,1
Piauí	41,4	11,9	13,4	8,4
Ceará	46,0	31,2	9,9	18,7
Rio Grande do Norte	35,4	6,2	14,1	5,9
Paraíba	40,1	7,2	91,8	6,3
Pernambuco	28,2	8,0	56,2	15,7
Alagoas	18,6	5,5	46,9	6,6
Sergipe	28,8	4,9	19,1	6,0
Bahia	35,9	12,6	7,3	17,3
NORDESTE	37,2	100,0	27,7	100,0

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura.

¹ Variação nominal do valor das contratação no período de jan/junho-10, em relação a jan/junho-09.

² Participação dos estados no período de jan/jun-10.

Obs.: No período de janeiro-junho/10, o valor das contratação do CREDIAMIGO, no Nordeste, alcançou R\$ 870,1 milhões e do PRONAF R\$ 465,0 milhões.

No âmbito dos programas de crédito geridos pelo BNB, cabe destacar dois, pelos resultados apresentados. O primeiro, o Crediamigo, programa de microcrédito produtivo orientado, cujo objetivo é fortalecer pequenos empreendimentos, notadamente os tocados por pessoas físicas. No primeiro semestre de 2010, foram contratadas 726 mil operações, no total de R\$ 870,1 milhões. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve acréscimo de 27,4% e 37,2%, respectivamente, na quantidade e valor dos contratos. O programa conta ainda com outras características relevantes: pequeno valor médio por operação

(R\$ 1.198,94), o que demonstra seu poder de abrangência e capilaridade; atendimento a um público predominantemente feminino (65%); e baixa inadimplência (1,2%), bem abaixo da média nordestina para pessoas físicas (5,7%).

O segundo programa a destacar é o PRONAF, voltado para apoiar o desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar. Na primeira metade deste ano, o BNB contratou 168 mil operações, com aporte adicional de R\$ 465 milhões, crescimento de, respectivamente, 8,7% e 27,7% no semestre.

7.6 - Conclusão

O crescimento das operações de crédito no país, em anos recentes, tem se realizado de forma consistente e saudável. A expansão abrange principalmente modalidades de menor risco para os bancos, a partir do incremento da base de clientes, com moderado avanço do endividamen-

to médio dos tomadores e redução da concentração da carteira.

Ademais, o nível de solvência das instituições nacionais permaneceu elevado, em função de novos aportes de capital e acumulação de lucros. Testes de estresse, num cenário de al-

terações abruptas da taxa de juros e de câmbio, revelaram que o sistema bancário brasileiro – ao contrário de outros países -- não seria impactado de forma relevante, permanecendo o Índice de Basileia do agregado do sistema bem acima do mínimo regulamentar.

Entre maio/09 e maio/10, os bancos públicos lideraram o crescimento do crédito no Brasil sob a influência da crescente demanda por financiamentos habitacionais e investimentos. A expansão no período, de 30,9%, foi quase três vezes a experimentada (11,7%) pela banca privada, que ainda permanece cautelosa e conservadora na concessão de crédito.

De forma semelhante ao ocorrido em âmbito nacional, o comportamento das operações de crédito do Nordeste foi também influenciado pela retomada da atividade econômica, pela expansão do emprego e da renda e pela melhora das expectativas dos empresários e do consumo das famílias. Em 12 meses, período findo em abril, o incremento das operações de crédito no Nordeste foi o maior entre as regiões brasileiras. Tomando-se isso como indicador da atividade econômica, o Nordeste tende a apresentar destacado desempenho entre as demais regiões brasileiras, durante o período.

Na posição do final de abril, houve uma predominância no Nordeste para o financiamento orientado para os gastos de consumo nos estados da Paraíba, Maranhão e Rio Grande do Norte. Em Pernambuco, no Ceará e na Bahia preponderaram os financiamentos orientados para a produção. Particularmente em Pernambuco, registrou-se a maior taxa de crescimento das operações de crédito, maior concentração de financiamentos para a produção e menor taxa de inadimplência das operações.

O saldo das operações de crédito do BNB na região atingiu R\$ 6,5 bilhões no final de junho, com crescimento nominal de 31,4% no período de 12 meses. Esse valor, entretanto, se eleva para R\$ 33,6 bilhões quando consideradas também as aplicações feitas pelo BNB com recursos do FNE, que continua como principal fonte de financiamento de longo prazo do Nordeste.

Nos 12 meses terminados em abril, o Banco do Nordeste apresentou a maior taxa de expansão na captação de depósitos entre os bancos públicos que operam na Região. O BNB também tem praticado taxas de juros bastante competitivas, no âmbito do mercado de crédito brasileiro. Nesse particular, tem-se destacado nos encargos mais baixos cobrados nas operações de capital de giro prefixado, conta garantida e desconto de duplicata.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade financeira**, v. 9, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010a.

_____. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura – indicadores econômicos – moeda e crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010b.

_____. **Economia e finanças**: sistema gerenciador de séries temporais. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 21 jul. 2010c.

_____. **SISBACEN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010d.

_____. **Taxas de juros de operações de crédito**, 23-29 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010e.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações da área de controle financeiro**, Fortaleza, jul. 2010a.

_____. Informações gerenciais do programa Crediamigo. **Cadernos mensais**, jun. 2009.

_____. Informações gerenciais do programa Crediamigo. **Cadernos mensais**, jun. 2010b.

_____. **Nordeste: Conjuntura Mensal – Boletim Eletrônico**, Fortaleza, n. 6, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 22 jul. 2010c.

COMMITTEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISORS – CEBS. **2010 EU Wide Stress Testing**, 23 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.c-ebs.org>>. Acesso em: 26 jul. 2010.